

## Capítulo 1 – A Questão Agrária Portuguesa: análise histórica, bibliográfica e literária

Definitivamente, a Reforma Agrária portuguesa não foi um movimento espontâneo, de inspiração imediata por parte de vários grupos simultâneos de “iluminados”. Se de facto se verificou pela primeira vez uma ocupação efectiva de uma quantidade enorme de terras por parte de trabalhadores aparentemente sem qualquer relação entre eles a não ser o grupo sócio-profissional a que pertenciam, este fenómeno não pode ser retratado como o foi pelos seus contemporâneos: como um belo sonho quase de inspiração divina (isto é ainda agravado pelo facto de estarmos a lidar com uma população com muitos baixos índices de religiosidade). Pelo contrário, este movimento e os legisladores a ele associados foram herdeiros de uma série de correntes fisiocráticas e mercantilistas, cujas tentativas de resolução dos problemas sociais ligados à terra e à agricultura atravessaram os séculos. Se bem que a sua grande maioria não tenha ultrapassado o contexto teórico e literário, alguns marcos significativos da legislação portuguesa introduziram alterações profundas no panorama agrário e nas relações sociais nos campos portugueses. Num trabalho de História impõe-se a apresentação cuidada desta questão e das respectivas origens históricas, pretendendo-se, sem ser completamente exhaustiva, pelo menos estudar a evolução dos diagnósticos e propostas relativas ao problema agrícola português, tendo o cuidado de não descuidar a linguagem e cair na tentação de alguns autores que descrevem “A Reforma Agrária” de D. Afonso Henriques quando distribuiu as terras pelas ordens militares; ou a “reforma agrária *avant la lettre...*” de D. Fernando com a lei das Sesmarias, referida por Oliveira Marques<sup>1</sup>; ou ainda a “reforma agrária absolutista”, descrita por Hélder Fonseca e Rui Santos<sup>2</sup>. Se bem que estes momentos históricos, assim como a legislação liberal da primeira metade do século XIX e a legislação proteccionista do final do mesmo<sup>3</sup>, tenham alterado profundamente o meio rural português, a nenhum deles se atribuiu formalmente a designação de Reforma Agrária.

Tentando algum rigor linguístico, a primeira expressão que se vulgarizou para definir as preocupações com o abastecimento alimentar do reino e com a necessidade do recurso à

---

<sup>1</sup> A. H. de Oliveira Marques – “Lei das Sesmarias”, in Joel Serrão (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Livraria Figueirinhas, Porto, 1981, pp. 544. Álvaro Cunhal também escreveu sobre *As lutas de classes em Portugal nos fins da Idade Média* (2ª ed. revista e aumentada, Estampa, Lisboa, 1980).

<sup>2</sup> Hélder Adegar Fonseca e Rui Santos – “Três séculos de mudanças no sector agrário alentejano: a região de Évora nos séculos XVII a XIX”, *Ler História*, 40 (2001), p. 70.

importação dos cereais foi consagrada por José Luciano de Castro em 1856<sup>4</sup> com a sua obra *A Questão das Subsistências*, título adaptado por Salazar em 1916 para o seu texto “Alguns Aspectos da Crise das Subsistências”<sup>5</sup>. E se de *subsistências* se tratava nos textos dos políticos portugueses, o problema mais amplo da situação social e económica nos campos portugueses foi sintetizado em 1908 por Lino Netto, que pela primeira vez usou em Portugal o título “Questão Agrária”, traduzido directamente da obra de Karl Kautsky<sup>6</sup>, cujos temas, além de outros que exprimiam as preocupações da Sociologia Agrária da época, foram desenvolvidos e adaptados à realidade portuguesa por Lino Netto (1873-1961), um professor do Instituto Industrial de Lisboa, com fortes ligações à grande propriedade fundiária alentejana. Salientando os defeitos da repartição da propriedades do solo, os preços dos produtos agrícolas mais baixos que os das indústrias, a tradição nacional de orientar a economia política noutro sentido, os capitais fugindo da agricultura, o despovoamento dos campos e a emigração com destino permanente para os centros urbanos, o autor alterou, contudo, a solução apresentada: propôs a colectivização parcial da terra e o seu parcelamento por meio de aforamento<sup>7</sup>. Mas a sua concretização só seria possível com uma diferente atitude psicológica em relação ao mundo rural, que deveria ser valorizado, face aos atractivos das cidades, focos de vida social e política. Para tal o autor considerava necessário fomentar o associativismo rural e, por isso, fez uma importante recensão da legislação sobre associações de classe<sup>8</sup>.

---

<sup>3</sup> As quais Manuel Villaverde Cabral também classifica de “Reforma Agrária”, “Algumas indicações sobre os passos essenciais da História Agrária do Portugal Moderno”, *Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal, sécs. XIX e XX*, Editorial Inova, Porto, 1974, p. 39.

<sup>4</sup> José Luciano de Castro – *A Questão das Subsistências*, Tipografia Universal, Lisboa, 1856.

<sup>5</sup> António de Oliveira Salazar – *O Ágio do Ouro e outros textos económicos 1916 – 1918*, Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, nº 16, introdução de Nuno Valério, Banco de Portugal, Lisboa, 1997, pp. 221-275.

<sup>6</sup> Karl Kautsky afirmou a sua posição na IIª Internacional Socialista e pretendeu completar o volume d’*O Capital* sobre a agricultura, descrevendo as formas, dentro da sociedade capitalista, da agricultura precapitalista e não capitalista. Esta descrição assume uma forma romântica, na qual a sociedade medieval é composta por camponeses trabalhando em comunidades familiares que exploravam o seu próprio solo com o seu trabalho, e que foi desestruturada a partir do século XVII com a introdução das grandes explorações que tinham uma corte de trabalhadores assalariados, o que fez crescer o antagonismo entre o explorador e o explorado, entre o possuidor e o proletário, *La cuestión agraria*, 1ª ed. de 1899, Ruedo Ibérico, Paris, 1970, p. 19. Entre os temas desenvolvidos salientam-se a conquista do poder político por parte do proletariado e a socialização da indústria, a formação de cooperativas agrícolas de grandes dimensões e a substituição do trabalhador assalariado por um cooperante livre.

<sup>7</sup> António Lino Netto – *A Questão Agrária*, Typ. Emp. Litteraria e Typographica, Porto, 1908, p. 179. Esta sua obra foi precisamente a dissertação que apresentou como título de candidatura ao concurso para provimento da 16ª cadeira do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, após a qual assumiu a posição de Professor Catedrático daquele instituto.

<sup>8</sup> Sobre o associativismo rural e a criação dos Sindicatos Agrícolas, além de uma síntese da história da ACAP (fundada em 1860), mais tarde RACAP, ver Conceição Andrade Martins – “Agricultor”, in Conceição Andrade Martins e Nuno G. Monteiro (orgs.) – *op. cit.*, pp. 15-24 e Raul Miguel Rosado Fernandes – “Associação Central da Agricultura Portuguesa (ACAP)”, in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coords.) – *Dicionário de História de Portugal – Suplemento A/E*, vol. VII, Livraria Figueirinhas, Porto, 1999, pp. 137-138. Também no livro *CAP. Recortes de uma Luta*, Edições CAP, Viseu, 1977, se encontra uma síntese do movimento associativo rural, assim como em Manuel de Lucena – “Sobre as

Esta abordagem das questões ligadas à economia agrária e sobretudo ao eterno problema do abastecimento alimentar português, apresentando os problemas considerados mais importantes e sugerindo soluções cuja originalidade vai diminuindo ao longo dos séculos, tem origens remotas na literatura científica portuguesa (ver resumo dos autores e temas tratados no anexo 2), cuja leitura nos revela um complexo de problemas sociais e políticos diversos que preocuparam gerações de teóricos. Jaime Reis resumiu criticamente (negando cada uma) as tentativas de explicação do atraso económico português e da “decadência” que se verificava nos finais do século XIX a três factores fundamentais presentes em praticamente toda a bibliografia: em primeiro lugar, “o mal radicava-se na dependência externa do País (...) a economia via-se relegada a uma especialização produtiva, a primária, de produtividade não só baixa, como difícil de elevar”; depois, a estrutura fundiária vinda do Antigo Regime, alterada e consolidada pela reformas liberais do século XIX, que resultou numa excessiva concentração da propriedade nas mãos dos latifundiários do Sul, a par de uma excessiva fragmentação e dispersão da propriedade camponesa no Norte; finalmente, as estruturas sociais e mentais da época, a dominação aristocrático-religiosa da sociedade do Antigo Regime e uma burguesia fraca, dividida e indecisa<sup>9</sup>.

## 1.1 – Autores e Temas

Sem dúvida o primeiro dos autores de referência que teorizou sobre a Questão Agrária portuguesa e deu origem ao seu debate ao longo dos séculos foi o Padre Manuel Severim de Faria, que em 1655 descreveu as causas da falta de população do Alentejo e a necessidade do uso de mão-de-obra escrava e deu sugestões para o seu povoamento, com o objectivo de abastecer o reino de cereais<sup>10</sup>. A sua citação de Plínio consagrou para sempre a palavra *latifúndio*<sup>11</sup>, o qual contribuía para a decadência do Império Romano. Por esse motivo, Severim Faria sugeriu a divisão das herdades e a sua colonização por aforamentos<sup>12</sup>. Os

---

federções de grémios da lavoura (breve resumo sobre o que fizeram e deixaram de fazer)”, *Análise Social*, vol. XVI (64), 1980, pp. 738-739.

<sup>9</sup> Jaime Reis – “O atraso económico português em perspectiva histórica (1860 – 1913)”, *Análise Social*, vol. XX (80), 1984, pp. 9-10.

<sup>10</sup> 1º *Discurso*, cap. V: “Porque não he tão povoado como as demais Provincias do Reyno”, Manuel Severim de Faria – *Noticias de Portugal oferecidas a el-rei D. João IV*, 2ª impressão acrescentada pelo Padre D. Jozé Barbosa (1ª ed. Officina Craesbeeckiana, 1655), Oficina de António Isidoro da Fonseca, Lisboa, 1740.

<sup>11</sup> O “latifúndio de Plínio” passou a fazer parte das expressões mais citadas, ver, por exemplo, Joaquim José Varela in Teresa Fonseca – *Joaquim José Varela e a Memória Estatística àcerca da notável vila de Montemor-o-Novo* (1816), Edições Colibri, Lisboa, 1997, p. 49 e o abuso que dela foi feita na segunda metade do século XX em Portugal.

<sup>12</sup> Manuel Severim de Faria – *op. cit.*, p. 22.

temas da deficiente distribuição da população portuguesa e da colonização do Sul por gente do Norte foram repetidos ainda em pleno século XX em vários planos de colonização interna do Estado Novo. Para quem objectasse com a falta de água ou de produtividade da terra no Alentejo, Severim Faria respondeu com a abertura de poços e a possibilidade de diversificação das culturas, solução retomada nos diversos planos de hidráulica agrícola dos finais do século XIX (incluindo os projectos de lei de Oliveira Martins e, já no séc. XX, de Ezequiel de Campos) e concretizados na segunda metade do século XX com a construção de barragens no Ribatejo e Alto Alentejo. A lista dos temas abordados por este autor e as soluções por ele propostas parecem ter perseguido a literatura agrária, o que constituiu motivo de lamento para alguns defensores da lavoura alentejana tradicional. É o caso de José Adriano Pequito Rebelo, grande proprietário do concelho do Gavião, que descreveu em 1926 as “Falsas ideias claras, erros falsamente evidentes, sofismas que subtilmente captam o nosso assentimento e depois se põem a correr como boa moeda, fórmulas perentórias (*sic*) de um intelectualismo fácil...”<sup>13</sup>, assim como o seu sobrinho José Hipólito Raposo, que em 1977 considerou o padre Severim de Faria responsável por uma enorme quantidade de ideias erradas que se divulgaram e que deram origem ao movimento de Reforma Agrária. Segundo este autor, Severim de Faria espalhou *mitos* (usa também o termo *mania*, repetido por Villaverde Cabral<sup>14</sup>) que muito mal fizeram à agricultura alentejana: “Mal sonhava que essa obra iria influenciar sucessivas gerações de políticos, economistas e agrónomos até aos nossos dias...”. Estes mitos foram consolidados no projecto legislativo de Oliveira Martins, “distorcendo os problemas e impedindo a sua verdadeira resolução”<sup>15</sup>. De facto, desde as *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa* que esta herança é bastante visível nos textos dos mais variados autores, chegando ao final do milénio quase intacta. Por este motivo não surpreende que o Sr. General Vasco Gonçalves, na entrevista que me deu, tenha feito questão de citar a obra de Severim de Faria, além da *Antologia dos economistas portugueses*, de António Sérgio, e a tese de Júlio Silva Martins, com as quais ele concluiu que “desde há 3 séculos se falava de Reforma Agrária em Portugal”<sup>16</sup>.

Um século depois de Severim de Faria, D. Luís da Cunha escreveu o seu *Testamento Político*, sob a forma de uma carta a D. José (no início do seu reinado), na qual deu conselhos

---

<sup>13</sup> José Pequito Rebelo – *As falsas ideias claras em economia agrária*, Nação Portuguesa, Lisboa, 1926, p. 13.

<sup>14</sup> José Rebelo Raposo – *Amargas Verdades Agrárias*, e. a., Lisboa, 1962, p. 69 e Villaverde Cabral – *op. cit.*, p. 543.

<sup>15</sup> José Hipólito Raposo – *Alentejo: Dos princípios à chamada “Reforma Agrária”*, O Século, Lisboa, 1977, pp. 63, 81. Salienta-se que José Rebelo Raposo é o mesmo que José Hipólito Raposo.

<sup>16</sup> Entrevista realizada em Lisboa, em 30/10/1998.

ao jovem rei e enumerou as obrigações dos pais de família, com a intenção de lhe dar exemplos de boa conduta<sup>17</sup>. Nesta obra, a abordagem é diferente da de Severim de Faria, pois as causas apresentadas para o atraso da agricultura residem antes nos grandes encargos que incidiam sobre as terras e que impediam o investimento. Estes encargos eram devidos ao sistema de enfiteuse, já apontado em 1610 por Duarte Nunes do Leão<sup>18</sup> como negativo. Este foi, aliás, um dos pontos de discórdia desta questão: enquanto os herdeiros de Severim de Faria defenderam a divisão da propriedade a sul e a sua distribuição por aforamento, outros atacaram a enfiteuse como maior responsável pela decadência da agricultura portuguesa. Esta segunda posição, mais vocacionado para os problemas do norte de Portugal, não impediu D. Luís da Cunha de abordar alguns dos defeitos da estrutura fundiária alentejana e entender que, nos casos em que as terras estivessem incultas, os proprietários deviam ser obrigados a aforá-las. Por isso o autor aconselhou o rei a mandar avaliar essas terras para se saber se eram capazes de alguma produção, ou, em alternativa, aconselhou a sua florestação<sup>19</sup>.

Na mesma linha do tema da falta de capitais para a agricultura e da necessidade de se facilitar o acesso ao crédito escreveu o Conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 1798<sup>20</sup>, cujas preocupações incidiram sobre o facto dos domínios directos e úteis estarem dividido por diferentes pessoas, o que implicava a cobrança de direitos excessivos. O seu plano, bastante pormenorizado, advoga o fomento das instituições de crédito e a melhoria dos meios de comunicação, preocupando-se ainda com a questão do arrendamento rural e da industrialização do país para aumentar o consumo; foi seguido de um *Projecto de Carta de Lei sobre Reformas na Agricultura* (c. 1800) que antecedeu a legislação liberal, prevendo a remissão de todos os direitos enfitêuticos e censuais em prédios rústicos e urbanos, em morgados e bens vinculados, e a abolição dos bens de mão-morta.

---

<sup>17</sup> D. Luís da Cunha – *Testamento Político* (1747), Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1978.

<sup>18</sup> Duarte Nunes do Leão – *Descrição do Reino de Portugal em que se trata da sua Origem, Produções, das Plantas, Mineraes, e Fructos: com huma breve noticia de alguns Heróes, e tambem Heroínas, que se fizerão distintos pelas virtudes, e valor*, 2ª ed. (1ª ed. 1610), Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1785.

<sup>19</sup> D. Luís da Cunha – *op. cit.*, pp. 38-41. O tema da florestação foi retomado no século XX por Aristides de Amorim Girão, que afirmou que o Alentejo já tinha tido uma mais densa cobertura florestal: desbravou-se o matagal porque era preciso alargar os campos cultivados e rompeu-se o equilíbrio natural que era preciso restabelecer. Para corrigir esta situação sugeriu o revestimento florestal do solo para reter a água, face à impossibilidade de irrigação das zonas secas, “Impossibilidade de fixar no sul do país o excesso demográfico do Noroeste Português”, in *Congresso do Mundo Português*, vol. XVIII, 1940, pp. 672-681. O mesmo é também recomendado pelos agrónomos Mário de Azevedo Gomes, Henrique de Barros e Eugénio de Castro Caldas – “Traços Principais da Evolução da Agricultura Portuguesa entre as Duas Guerras Mundiais”, in *Revista do Centro de Estudos Económicos*, nº 1, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 1945, pp. 21-203.

<sup>20</sup> D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares – *Textos políticos, económicos e financeiros: 1783-1811*, Intr. e Dir. de André Mansuy Diniz Silva, Colecção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, nº 7, Tomo II, Banco de Portugal, Lisboa, 1993, pp. 161-167.

Seu contemporâneo, e também herdeiro do pensamento de D. Luís da Cunha, José Veríssimo Álvares da Silva lamenta-se do excesso de terras nas mãos do clero e dos prejuízos que a guerra e o serviço militar trazem para a agricultura, impondo tributos aos lavradores e levando-lhe uma “infinidade de braços”<sup>21</sup>. Tal como ele, também Domingos Vandelli<sup>22</sup>, Joaquim José da Costa Simas<sup>23</sup>, José Acúrsio das Neves<sup>24</sup>, entre outros, escreveram para a *Academia Real das Ciências de Lisboa*<sup>25</sup> alguns textos que constituem verdadeiros tratados para a reconversão da agricultura alentejana. Estes autores encontram-se mais directamente ligados ao pensamento de Severim de Faria, como é o caso de António Henriques da Silveira, que no seu *Racional Discurso...*<sup>26</sup> apresentou um plano de colonização e povoação do Alentejo por gente do Minho “que a tem em excesso”, baseado na divisão voluntária das herdades em courelas e sua distribuição por colonos, às custas dos proprietários das terras, que deviam gastar nisso o dinheiro que habitualmente gastam em luxo e sumptuária. O plano de Henriques da Silveira foi muito elogiado por Pequito Rebelo em 1931 pelo desenvolvimento e justificação que deu às ideias propostas por Severim de Faria: “cheira a terra, e tem sabor agrícola e não burocrático ou livresco (...) vê-se sentido social...”<sup>27</sup>.

Assim como a colonização Alentejo por minhotos é um tema recorrente, também o luxo dos proprietários agrícolas preocupou muitos autores<sup>28</sup>. Este tema surgiu em paralelo a outro lugar comum ainda agora repetido: o absentismo<sup>29</sup> dos lavradores alentejanos, que abandonam as suas terras e não investem, preferindo entregá-las a rendeiros a quem exploram, gastando o dinheiro das rendas nas cidades. Entretanto os rendeiros, pela

---

<sup>21</sup> José Veríssimo Álvares da Silva – “Memória histórica sobre a agricultura portuguesa considerada desde o tempo dos romanos até ao presente. 1782”, in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal e suas Conquistas (1789-1815)*, Tomo V, Banco de Portugal, Lisboa, 1990, p. 165.

<sup>22</sup> Domingos Vandelli – “Memória sobre a agricultura deste reino, e das suas conquistas” (1789), *Memórias Económicas da Academia...*, pp. 127 – 134, e outras sobre os mais diversos temas.

<sup>23</sup> “natural da província do Alentejo”, Joaquim José da Costa e Simas – “Considerações acerca da província de Alentejo no reino de Portugal” (1808), in *Memórias Económicas Inéditas (1780-1808)*, Academia das Ciências, Lisboa, 1987, pp. 193-209.

<sup>24</sup> José Acúrsio das Neves – “Memória sobre a Agricultura” (1820), in Manuel Villaverde Cabral – *op. cit.*, pp. 112-127.

<sup>25</sup> Teve a aprovação régia dos seus estatutos em 24/12/1779.

<sup>26</sup> António Henriques da Silveira – “Racional discurso sobre a agricultura, e população da província de Alentejo”, in *Memórias Económicas da Academia...*, pp. 43-98.

<sup>27</sup> José Pequito Rebelo – *O desastre das reforma agrárias*, e. a., Coimbra, 1931, pp. 33-34. Este autor gostou particularmente da proposta para o recrutamento militar passar a ser feito na Beira...

<sup>28</sup> Por exemplo Nuno Gusmão, num discurso na Associação Central da Agricultura Portuguesa em 1920, critica as elites nas cidades: “Esse estardear de luxos excessivos, essa ânsia de prazer, de divertimento, de embriaguez pela folia, cuja origem é exactamente idêntica à da revolta do operário – a falta de princípios religiosos – são como que o aguilhão que vem espicaçar o espírito cheio de raiva, de inveja e sem senso do pobre operário”, citado por Laura Larcher Graça – *Propriedade e Agricultura. Evolução do modelo dominante de sindicalismo agrário em Portugal*, Dissertação para obtenção do grau de Doutor, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, 1995, p. 249.

<sup>29</sup> Alguns autores utilizam o termo mais correcto de *absenteísmo*. No entanto, por ser mais vulgarmente usado na maioria da bibliografia sobre o tema, mantenho a forma *absentismo*.

precariedade dos contratos e pelos altos valores das rendas, ficariam sem capacidade de investimento para melhorar as terras, esgotando-as. Joaquim José Varela queixa-se deste mal na sua *Memória Estatística* de Montemor-o-Novo de 1816<sup>30</sup>. Se Oliveira Martins escreveu em 1887 sobre o facto do absentismo rural produzir frequentemente o espectáculo de um dispêndio considerável nas cidades, “um vício inerente à condição de proprietário”<sup>31</sup>, em 1975 isto foi usado como um dos argumentos legais para a Reforma Agrária. Apenas nos anos 80 do século XX, a partir das obras dos historiadores Jaime Reis<sup>32</sup>, Conceição Andrade Martins e Ana Cardoso de Matos<sup>33</sup>, Hélder Fonseca<sup>34</sup>, Jorge Fonseca<sup>35</sup>, e outros que estudaram, entre outras fontes, as contabilidades de casas agrícolas, começou a surgir a noção do lavrador alentejano como um empresário dinâmico e capitalista<sup>36</sup>, capaz de introduzir modernizações na agricultura, por ter dimensão suficiente na sua exploração e possuir o capital necessário ou o recurso ao crédito<sup>37</sup>. Mariano Feio também acentuou o trabalho de “lavradores excepcionais”, como Miguel Fernandes, que, em Évora, “experimentou e divulgou o uso dos adubos, a partir de 1884, e foi vigoroso defensor da agricultura, através de conferências e escritos”<sup>38</sup>.

---

<sup>30</sup> Joaquim José Varela – *Memória Estatística A cerca da notavel Villa de Monte Mor o Novo*, Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1816, in Teresa Fonseca – *op. cit.*

<sup>31</sup> J. P. Oliveira Martins – “Projecto de ‘Lei sobre o fomento rural’ lido na Câmara dos Deputados em 27/4/1887”, *A Política Agrícola de Oliveira Martins*, Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, Secretaria-Geral, Lisboa, 1987.

<sup>32</sup> Jaime Reis – “Latifúndio e progresso técnico no Alentejo: a difusão da debulha mecânica no Alentejo, 1860 – 1930”, *Análise Social*, vol. XVIII (71), Lisboa, 1982, pp. 371-433. *Idem* – *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica: Estudos sobre a Economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX (1850 – 1930)*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1993.

<sup>33</sup> Ana Cardoso de Matos, Conceição Andrade Martins, Maria de Lourdes Bettencourt (estudo e selecção) – *Senhores da Terra. Diário de um Agricultor Alentejano (1832 – 1889)*, prefácio de Jaime Reis, Temas Portugueses, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1982, e Conceição Andrade Martins – “Opções económicas e influência política de uma família burguesa oitocentista: o caso de São Romão e José Maria dos Santos”, in *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), 1992, pp. 367-404.

<sup>34</sup> Hélder Adegar Fonseca – *O Alentejo no Século XIX. Economia e Atitudes Económicas*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1996.

<sup>35</sup> Jorge Fonseca – “Um Lavrador Setecentista Alentejano e o seu livro de ‘Memórias’”, in *Almansor*, Revista de Cultura, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, n.º 13, 1995-1996, pp. 127-151.

<sup>36</sup> Conceição Andrade Martins escreveu que José Maria dos Santos possuía um “espírito empresarial moderno” porque com os seus investimentos obteve lucros para si próprio, ao “transformar cerca de 2400 ha de ‘solo arento e árido...’ numa extensa vinha”, e para a nação, “pelo número de famílias que se fixaram na região e pela tributação que, assim, se passou a cobrar de uma terra até aí deserta e improdutivo”; abriu ainda um canal para levar ao mercado os batelões com o vinho, *op. cit.*, p. 386. Para um resumo desta questão, ver também *Idem* – “Empresário Agrícola”, in Conceição Andrade Martins e Nuno G. Monteiro (orgs.) – *op. cit.*, pp. 49-51.

<sup>37</sup> O tema do capital na agricultura e do recurso ao crédito para viabilização económica das empresas agrícolas é apresentado como condição indispensável por praticamente todos os autores, desde Henriques da Silveira, passando pela *Lei Basilar* de Andrade Corvo (2/7/1867), por Brito Camacho com a lei de 1/3/1911, até chegar aos legisladores do período revolucionário de 1975, que extenderam o crédito agrícola de emergência ao pagamento de salários nas cooperativas ou Novas Unidades de Produção (Decreto-Lei n.º 541-B/75, de 27/09/1975).

<sup>38</sup> Mariano Feio – *A Evolução da Agricultura do Alentejo Meridional. As Cartas Agrícolas de G. Pery. As Dífceis Perspectivas Actuais na Comunidade Europeia*, Edições Colibri, Lisboa, 1998, p. 10.

Este novo retrato do lavrador alentejano, originalmente rendeiro na maior parte dos casos antes de passar à condição de grande proprietário, ajudou também a diluir a ideia do arrendamento rural como um dos malefícios da agricultura portuguesa, impeditivos do investimento a longo prazo<sup>39</sup>, sobretudo a partir da legislação pombalina. É claro que isto foi imediatamente contestado como exceções que confirmam a regra. Logo em 1983, Pedro Hespanha escreveu que obras como *Senhores da Terra...*, baseada na vida e nos apontamentos (os *Pandemónios*) de João Maria Parreira Cortez, não passam de “retratos retocados”. Nem todos os lavradores se comportavam deste modo, “ainda quando se situam no mesmo plano social”. E acrescenta que o facto dele ser um bom gestor e até ter comportamentos de verdadeiro empresário capitalista não o faz ser muito avançado, mas sim perpetuar os valores tradicionais da imperecibilidade do património familiar, de suporte e de continuidade<sup>40</sup>. A polémica mantém-se.

Outro dos temas de preferência entre estes autores é certamente a ideia de um passado mítico glorioso que deve ser recuperado, sobretudo a primeira dinastia, época em que “em Portugal não havia terra ociosa”, nem pestes, nem terramotos, e até exportávamos para os países de onde agora importamos<sup>41</sup>. Segundo José Rebelo Raposo em 1962, “havia e ainda hoje existe uma espécie de ‘economia de erudição histórica’ que para explicar qualquer fenómeno tinha de ir até D. Sancho I ou mesmo aos árabes e romanos”<sup>42</sup>. Mário de Castro, por exemplo, na sua obra sobre o Alentejo escrita em 1932<sup>43</sup>, não só remete romanos, como acrescenta uma curiosa versão da história de Viriato, o qual alegadamente teria um sogro muito rico, com muitas propriedades... As causas mais repetidas para o desvirtuamento desta época áurea encontram-se habitualmente na triologia *fome, peste e guerra* do século XIV, na *quimera* ultramarina e nos “rios de ouro e prata”<sup>44</sup> que chegaram a Portugal a partir dos séculos XV e XVI. Tudo isto levou à falta de população e à decadência da agricultura e do povo português em geral: nas palavras de Basílio Teles,

“A aventura castelhana de D. Fernando vibra o primeiro golpe á estabilidade da nossa machina economica, preludiando a inversão dos papeis que a descoberta e a conquista da

---

<sup>39</sup> Ver no quadro do anexo 2 o Conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que também afirmou que o arrendamento impede o investimento...

<sup>40</sup> Pedro Hespanha – “Através dos Campos dos Senhores da Terra. Notas para o estudo da grande lavoura alentejana oitocentista”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 11, Maio, 1983, pp. 76-78.

<sup>41</sup> António Henriques da Silveira – *op. cit.*, pp. 44-45 e José Joaquim Soares de Barros – “Memória sobre as causas da diferente população de Portugal em diversos tempos da monarquia”, *Memórias Económicas da Academia...*, p. 99.

<sup>42</sup> José Rebelo Raposo – *op. cit.*, p. 9.

<sup>43</sup> Mário de Castro – *Alentejo, Terra de Promissão. Linha Geral de um Pensamento Agrário*, Lisboa, 1932.

<sup>44</sup> José Veríssimo Álvares da Silva – *op. cit.*, p. 175.



India e do Brazil haviam irresistivelmente de impôr á agricultura e ao commercio (...) Lavrar para quê? Se, melhor do que o arado, sabia a quilha d'um navio rasgar com menor fadiga e tempo a carreira da fortuna? (...) Conquistou o mundo é certo; mas consumiu e devorou um povo”<sup>45</sup>.

Oliveira Marques escreveu em 1968 a *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, a qual ainda se pode considerar uma das mais importantes obras sobre o período em causa. Nela, o autor caracteriza a Idade Média Portuguesa, no seu aspecto cerealífero, como uma “época que luta desesperadamente por uma auto-suficiência e que não se resigna a depender do comércio externo para poder subsistir, em oposição à Idade Moderna, que aceita a importação de trigo como normal e a regulariza, sem mais se preocupar a sério com a valorização da Terra e com o aumento da produção dos campos”<sup>46</sup>. Desmistificando este período áureo, descreve a maior parte dos solos portugueses como pouco favoráveis à cultura do trigo e afirma que o verdadeiro Celeiro de Portugal era o Ribatejo e as lezírias<sup>47</sup>, pois a questão mais importante colocava-se no abastecimento dos grandes centros, sobretudo Lisboa, para onde o cereal se dirigia usando a via fluvial. Devido à inexistência de caminhos transitáveis na maior parte do Alentejo, o que impossibilitava definitivamente a circulação dos produtos, esta região caracterizava-se pela falta de população e pelo auto-consumo, não passando, até à legislação proteccionista dos finais do século XIX, de uma “coutada para porcos montezes”<sup>48</sup>! Nas palavras de Costa Lobo em 1903, no século XV Portugal era “um vasto matagal entressachado, afora algumas cidades e vilas, de pequenas povoações circundadas de breves arroteias. O Alentejo era na máxima parte uma brenha selvática”<sup>49</sup>. Também Léon de Poinard refere esta província como o reino dos pastores e dos porqueiros, que viviam das bolotas e da lenha, com alguns carvoeiros, em estado de verdadeira barbárie<sup>50</sup>!

Por este motivo, continua Oliveira Marques, todos os autores que ajudaram a espalhar o “lugar comum” e escreveram “enfáticas declarações sobre a natural fertilidade do solo

---

<sup>45</sup> Bazilio Telles – *O Problema Agrícola (crédito e imposto)*, Livraria Chardron de Lello e Irmão Editores, Porto, 1899, pp. 11, 27. Também Lobo d'Ávila ajudou a difundir a ideia do mito medieval e a nocividade dos descobrimentos para a produção agrária nacional, *A Protecção á Agricultura e o Commercio dos Cereaes*, Typ. Universal, Lisboa, 1886.

<sup>46</sup> Oliveira Marques – *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, Edições Cosmos, Lisboa, 1968, p. 15.

<sup>47</sup> *Ibidem*, pp. 46, 72.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 77. Esta é também a tese exposta por Manuel Villaverde de Cabral – *op. cit.*, o qual salienta que no campo sempre houve auto-subsistência e só mesmo em períodos de crise é que havia falta de cereais.

<sup>49</sup> António de Sousa Silva da Costa Lobo – *História da sociedade em Portugal no século XV*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1903 (Facsimile com pref. de José Mattoso, Ed. Rolim, Lisboa, 1984), p. 71. Este autor também defendeu o associativismo na obra *O Estado e a liberdade de Associação*, Universidade de Coimbra, 1864.

português”, não passam de “economistas literatos ou geógrafos turistas dos tempos actuais”. Desde Severim de Faria até aos geógrafos do século XVIII, todos “fazem eco do mesmo engano” sobre a aptidão cerealífera do país. “A plêiade da Academia Real das Ciências persiste no erro” e, por eles serem mais “ensaístas e historiadores, do que agrónomos, geógrafos ou economistas” é que resolveram arranjar outras explicações para a impossibilidade do auto-consumo em Portugal e a falta de pão. “Surgiu, assim, a tese clássica de explicar a deficiência cerealífera do País pelo abandono das culturas, resultante da falta de mão-de-obra e do desinteresse, provocados, uma e o outro, pela expansão ultramarina”. No século XIX “constituíra-se definitivamente o lugar comum. Historiadores, economistas, literatos proclamam a nocividade dos descobrimentos e das conquistas na produção agrária nacional e, saudosos, voltam os olhos para os bons tempos medievais, onde o trigo abundava e o povo vivia contente e feliz”. Esta foi uma “visão que fez escola, se introduziu nos manuais e nos livros eruditos e ainda hoje persiste como explicação fácil de uma desagradável situação económica”<sup>51</sup>.

Nas *Memórias* também encontramos algumas ideias bastante poéticas que foram repetidas nas ocasiões mais convenientes. Por exemplo, José Joaquim Soares de Barros, por alguns considerado o fundador da demografia portuguesa, pois apresenta dados bastante rigorosos sobre a evolução da população do reino e a sua urbanização, escreveu:

“Olhemos para essa província do Alentejo celeiro de Portugal algum dia, mas hoje com este nome de alcunha (...) deixam nos tempos mais favoráveis sempre pobres os pequenos lavradores, e só aos grandes fazem ricos...”<sup>52</sup>.

---

<sup>50</sup> Léon Poincard – *op. cit.*, p. 158. O lamento sobre o estado de barbárie e de brenha selvática era sempre seguido pelo da necessidade de melhorar as vias de comunicação e os transportes, outro dos temas recorrentes.

<sup>51</sup> Oliveira Marques – *op. cit.*, pp. 26-29. Jaime Reis coloca esta questão exactamente do mesmo modo, ao afirmar que “se em 1900 Portugal estava afundado no atraso económico, dificilmente a situação poderia ter sido outra”, pois estava limitado pelas deficiências do mercado interno, do mercado externo e das nossas condições naturais e tecnológicas que provocavam uma real escassez de oportunidades, *op. cit.*, p. 26. No entanto, a tese do desinteresse dos portugueses pela agricultura atravessou fronteiras e revela-se por exemplo no espanto revelado pelo Antropólogo Social brasileiro Gilberto Freyre, que, ao descrever a sociedade rural brasileira, comenta: “É verdade que muitos dos colonos que aqui se tornaram grande proprietários rurais não tinham pela terra nenhum amor nem gosto pela sua cultura. Há séculos que em Portugal o mercantilismo burguês e semita, por um lado, e, por outro lado, a escravidão moura sucedida pela negra, haviam transformado o antigo povo de reis lavradores no mais comercializado e menos rural da Europa. No séc. XVI é o próprio rei que dá despacho não em um castelo gótico cercado de pinheiros, mas por cima de uns armazéns à beira do rio (...). O que restava dos portugueses do século XVI de vida rural era uma fácil horticultura e um doce pastoreio; e, como outrora entre os israelitas, quase que só florescia entre eles a cultura da oliveira e da vinha. Curioso, portanto, que o sucesso da colonização portuguesa do Brasil se firmasse precisamente em base rural”, *Casa-Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal* (1ª ed. Rio de Janeiro, 1933), Edição Livros do Brasil, Lisboa, 2001, p. 35.

<sup>52</sup> José Joaquim Soares de Barros – *op. cit.*, tomo I, p. 114. Esta frase também foi usada por Rui Santos no título da sua tese de doutoramento: *Celeiro de Portugal Algum Dia. Crescimento e Crises Agrárias na Região de Évora. 1595 – 1850*, dissertação para obtenção do grau de Doutor em Sociologia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995. Na introdução desta obra encontra-se uma importante recensão de toda a Questão Agrária Portuguesa.

O conceito do Alentejo como “Celeiro de Portugal” foi retomado por Salazar na sua *Questão Cerealífera: O Trigo*, escrita em 1916<sup>53</sup>, e constituiu um dos lemas do Estado Novo para o lançamento das *Campanhas do Trigo* nos anos 30 do século XX.

Outros escreveram apontamentos sobre questões pontuais, como Alexandre António das Neves Portugal que sugeriu a criação de um fundo para os agricultores (tradução para linguagem de finais do século XX: *subsídios*) como solução para o problema da falta de mão-de-obra e de capital na agricultura<sup>54</sup>. O tema da falta de instrução como causa do atraso da agricultura portuguesa foi desenvolvido em várias épocas. Já Álvares da Silva dizia que “Jamais houve povo agricultor que não fosse juntamente sábio...”<sup>55</sup>. O referido Neves Portugal lamentava-se da indolência dos agricultores, enquanto Francisco Soares Franco escreveu um *Diccionario da Agricultura* que publicou em 1804<sup>56</sup>, exactamente para ajudar resolver a questão da falta de conhecimentos práticos deste grupo, tal como mais tarde o fez Paulo de Moraes, em 1881, ao escrever um *Manual de Agricultura Elementar e Prática*, cujo objectivo era “derramar a instrução agrícola no meio das nossas populações rurais”<sup>57</sup>.

O século XIX foi muito rico em bibliografia agronómica, tanto em obras de autores portugueses, como em traduções de textos estrangeiros, sobretudo franceses e ingleses<sup>58</sup>. A partir de 1812, Soares Franco publicou também uma *Gazeta de Agricultura e Commercio de Portugal*, na qual defendeu a formação de *Sociedades* de Agricultores para a transmissão de conhecimentos técnicos. Segundo ele, a agricultura em Portugal varia segundo as províncias e não é possível aos agricultores conhecerem todas as práticas; daí a necessidade de instrução e aconselhamento no local, além do fornecimento de crédito à agricultura e incentivos à

---

<sup>53</sup> António de Oliveira Salazar – *op. cit.*, pp. 149-220.

<sup>54</sup> Alexandre António das Neves Portugal – “Exposição sobre o modo de haver em Portugal os braços necessários para a agricultura e o meio de criar um fundo de 240.000\$000, que anualmente se distribua e dê aos lavradores, feita à Rainha D. Maria I” (1790), in *Memórias Económicas Inéditas...*, pp. 183-192. Este autor escreveu também sobre os prejuízos que as roças (queimadas) e as carvoarias apresentavam para uma agricultura que se pretendia mais diversificada e com nova orientação: “Apontamentos sobre as Queimadas em quanto prejudiciaes á Agricultura” (1791), in *Memórias Económicas da Academia...*, Tomo III, Banco de Portugal, Lisboa, 1991, pp. 245-249. Também são apontadas como prejudiciais por Henriques da Silveira, Neves Portugal, J. J. Varela, Ezequiel de Campos.

<sup>55</sup> José Veríssimo Álvares da Silva – *op. cit.*, p. 188.

<sup>56</sup> Francisco Soares Franco – *Diccionario da Agricultura*, 5 vols., Real Imprensa da Universidade, Coimbra, 1804-1806.

<sup>57</sup> Paulo de Moraes – *Manual de Agricultura Elementar e Prática*, coordenado segundo as theorias e processos mais modernos e dedicado aos Agricultores Portuguezes, Livraria Editora Lallemant Frères, Lisboa, 1881, p. VII. Ver também T. M. Ferreira – *O Agricultor Popular Português Instruído*, Tip. Comercial, Porto, 1870.

<sup>58</sup> Ver Maria Carlos Radich – *Agronomia no Portugal Oitocentista. Uma discreta desordem*, Celta Editora, Oeiras, 1996. E Pedro Lains – *A Evolução da Agricultura e da Indústria em Portugal (1850-1913). Uma Interpretação Qualitativa*, Col. História Económica, vol. 1, Banco de Portugal, Lisboa, 1990 e *idem* e Paulo Silveira e Sousa – “Estatística e produção agrícola em Portugal, 1848-1914”, *Análise Social*, vol. XXXIII (149), 1998, pp. 935-968.

produção por meio de prémios<sup>59</sup>. A questão da instrução e do aconselhamento técnico na agricultura acompanhou toda a bibliografia teórica sobre economia agrícola do século XIX e XX. Por outro lado, a teoria oposta também aparece com uma certa frequência. Já o personagem Levine, da *Ana Karenina* de Tolstoi, descrita de forma positiva como o melhor dos proprietários agrícolas, que até trabalha junto com os seus *mujiques* na ceifa e que distribui terras pelos camponeses, defende que a instrução não tem qualquer utilidade<sup>60</sup>.

Basílio Teles tem em 1899 uma posição semelhante. Em toda a sua obra se nota um grande espírito de contradição em relação às teses mais correntes. Nesta questão também afirma a ignorância dos agricultores, e especialmente dos rendeiros e dos feitores, “gafanhotos que devoram a verdura” e “lesam o proprietário”. No entanto, para ele, ensinar a ler é suficiente, e “ultrapassar este objectivo é crear pretendentes a empregos, aspirantes a pequenos burguezes...”<sup>61</sup>. Também Lino Netto, apesar de defender o desenvolvimento dos estudos e do ensino agrícola<sup>62</sup>, descreve, como um dos malefícios do urbanismo e dos estudos nas cidades, o facto destes atraírem definitivamente as populações do campo. E remete a Anselmo de Andrade que descreve de forma acutilante a maneira de pensar da população rural portuguesa e os motivos para o êxodo rural que perduram até aos nossos dias<sup>63</sup>.

Por outro lado, o já referido José Rebelo Raposo afirma que a ideia de que os lavradores são todos ignorantes é mais um dos *clichés* completamente errados, pois, para ele, os lavradores são os que mais estudam por terem possibilidades para isso, o que lhes dá a mais valia para exercerem correctamente a sua actividade agrícola. O aconselhamento técnico, panaceia habitualmente aconselhada, não tem os melhores resultados: é o mesmo que “fazer papel de médico sem medicamentos, a tentar curar doenças reais ou imaginárias, por hipnotismo. (...) os lavradores que são técnicos agrários e todos os outros de melhor nível de

---

<sup>59</sup> Francisco Soares Franco – *Gazeta de Agricultura e Commercio de Portugal*, Officina de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, nº 1, 7/1/1812, p. 3.

<sup>60</sup> “Ilustrado, um mujiqe torna-se muito pior trabalhador. Não se lhe pode mandar arranjar os caminhos e se se manda construir uma ponte, podemos contar que roubará as pranchas”, Leão Tolstoi – *Ana Karenina* (1875), 1º vol., Livros de Bolso Europa-América, Mem Martins, s. d., p. 230.

<sup>61</sup> Basílio Telles – *op. cit.*, pp. 199-202.

<sup>62</sup> Lino Netto – *op. cit.*, p. 326.

<sup>63</sup> Anselmo de Assis de Andrade – “Portugal Económico. Teorias e Factos”, 1918, in *Portugal Económico e Outros Escritos Económicos e Financeiros (1911-25)*, intr. e dir. David Justino, Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, Banco de Portugal, Lisboa, 1997, pp. 150-151. Isto repete a tese de Henriques da Silveira, segundo o qual é nas pequenas povoações que se devem concentrar as pessoas, para adiantar a cultura do campo, e não nas cidades e vilas, “as quais entretêm grande número de ociosos, inimigos do trabalho, e inúteis para a cultura dos campos”, *op. cit.*, p. 49.

cultura, são aqueles que fazem, sem muitas vezes darem por isso, a verdadeira divulgação das técnicas agrárias pelos lavradores menos cultos ou mais pobres”<sup>64</sup>.

De facto, os lavradores, sobretudo os da grande lavoura do sul, já há muito que não vivem na mais completa ignorância. Faz parte da tradição enviarem os seus filhos para Lisboa para estes estudarem as matérias que mais directamente lhes interessam: Agronomia e Veterinária, cujo ensino em Portugal foi iniciado formalmente por decreto em 1852<sup>65</sup>. Um exemplo muito significativo desta prática é o caso de Carlos Maria Eugénio de Almeida, filho de José Maria Eugénio de Almeida<sup>66</sup>, um dos mais abastados proprietários de Évora. Tanto Carlos Maria como o seu cunhado Margiocchi, ambos agrónomos, administraram exemplarmente as suas explorações e introduziram inovações técnicas possibilitadas pelos amplos capitais de que dispunham. Também José Maria dos Santos tinha estudos de Agricultura e Veterinária, apesar de não ter frequentado o Instituto Agrícola<sup>67</sup>, e os diários de Parreira Cortez revelaram um homem instruído, sempre a par das novidades científicas e da literatura publicada por toda a Europa<sup>68</sup>. Mariano Feio escreveu em 1972 que esta era precisamente uma das vantagens do latifúndio: “Pode pagar técnica e tem nível de instrução mais alto; veja-se o grande número de agrónomos filhos da actual geração de lavradores”<sup>69</sup>.

Nos finais do século XIX, alguns dos herdeiros da corrente fisiocrática realizaram trabalhos técnicos de grande valor, como foi o caso do Capitão Gerardo Augusto Pery, que, cedido pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, a pedido do Conselho de Agricultura de Beja, realizou o levantamento topográfico do Baixo Alentejo. Os trabalhos de levantamento começaram em 1882 e a primeira *Carta Agrícola-Mineral* do concelho de Beja foi publicada em 1883, acompanhada de uma *Memória Estatística*<sup>70</sup>. Com a chegada do século XX, entra-se na era dos agrónomos e dos trabalhos científicos que passaram a ser

---

<sup>64</sup> José Rebelo Raposo – *op. cit.*, p. 44.

<sup>65</sup> Em 1772 foi criada em Lisboa uma Academia de Alveitaria. Por herança árabe, os alveitares têm tradições muito antigas, existindo desde os tempos medievais a sua corporação. O médico de D. Dinis, “Mestre Giraldo”, escreveu uma obra sobre esta profissão. Em 1830 D. Miguel fundou a Escola de Medicina Veterinária de Lisboa, em 1852 foi criado o Instituto Agrícola em Lisboa (por decreto de 16 de Dezembro de 1852) e em 1886 o Instituto de Agronomia e Veterinária, que deu origem, em 1911, ao Instituto Superior de Agronomia, na Tapada da Ajuda. Ver Paulo Marques – “Veterinária” e “Veterinário”, *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, 18º vol., Editorial Verbo, Lisboa, 1976, pp. 983-985.

<sup>66</sup> Hélder Adegar Fonseca e Jaime Reis – “José Maria Eugénio de Almeida, um capitalista da Regeneração”, in *Análise Social*, vol. XXIII (99), 1987, pp. 865-904.

<sup>67</sup> Segundo Conceição Andrade Martins, José Maria dos Santos terá aprendido o ofício com o seu pai, *op. cit.*, p. 381.

<sup>68</sup> Ana Cardoso de Matos *et. all.* – *op. cit.*

<sup>69</sup> Mariano Feio – *Problemas da Lavoura Alentejana*, Publicações do Grémio da Lavoura de Beja, nº 1, Beja, 1972, p. 16. Rebelo Raposo também salienta que no norte a pequena propriedade provoca “êxodo dos mais aptos; no Sul, a sua dimensão ainda permite que na terra e da terra continuem a viver muitos agricultores com bom nível social e com meios que permitam educar os seus filhos”, *op. cit.*, p. 16.

<sup>70</sup> Mariano Feio – *A Evolução da Agricultura...*, p. 9.

realizados no âmbito universitário. Várias teses de licenciatura e doutoramento do Instituto Superior de Agronomia vieram ocupar o lugar dos trabalhos teóricos realizados até então por políticos, advogados, médicos ou simples curiosos que escreveram sobre economia agrária. Nos anos 30 e 40 salientam-se os levantamentos de estatísticas agrícolas encomendados pelo Estado e que se traduziram nos *Inquéritos Agrícolas* dirigidos pelo Prof. Lima Basto<sup>71</sup> e nos trabalhos de Henrique de Barros<sup>72</sup>, Eugénio de Castro Caldas e Mário de Azevedo Gomes<sup>73</sup>.

Tal como a instrução e as associações de agricultores, a exaltação dos valores rurais e a necessidade de melhorar as comunicações também fazem parte dos temas recorrentes, assim como a tese da divisão das herdades em pequenos prédios por meio de aforamento com o objectivo de aumentar a produção e a população, a tão repetida *obrigação de cultivar a herdade o proprio dono*, herdada directamente de Severim de Faria, está presente em grande parte dos autores do século XIX, desde Soares Franco em 1804, ao defender que “cada proprietário tivesse uma só herdade” e que fosse vedado “que se tomassem herdades meramente para pastos, que se distribuam baldios e se instalem aldeias”<sup>74</sup>; passando por Costa Lima em 1815<sup>75</sup> e chegando intacta a Oliveira Martins, que a expôs no seu *Projecto de Lei* de 1887<sup>76</sup>.

Ainda no século XX foi este conceito que presidiu aos projectos da Junta de Colonização Interna<sup>77</sup>, a que Villaverde Cabral chamou uma das heranças da sociologia rural portuguesa, na qual o papel do Estado Novo foi mais de coordenador do que de colonizador,

---

<sup>71</sup> Lima Basto – *Inquérito Económico Agrícola*, Lisboa, 1934.

<sup>72</sup> Da sua vasta bibliografia destacam-se os trabalhos de levantamento publicados nos anos 30 e 40 com os títulos: *A cultura do trigo na região do Alto Alentejo: resultados de um inquérito económico e cultural*, Estação Agrária Central 2ª divisão – Estudos Económicos, Lisboa, 1934 e *Inquérito à Habitação Rural. A Habitação Rural nas Províncias das Beiras*, Universidade Técnica de Lisboa, 1947. A sua obra agronómica abordou questões sociais importantes e reflectiu a séria preocupação com as condições de vida das populações em meio rural, assim como uma forte vontade de resolução dos problemas, apresentando soluções nas quais se salienta o cooperativismo agrícola e a Reforma Agrária.

<sup>73</sup> Mário de Azevedo Gomes, Henrique de Barros e Eugénio de Castro Caldas – *op. cit.* Entre os agrónomos verifica-se também a preocupação de mostrar grande conhecimento da época medieval e da respectiva legislação. Aparentemente encontram na história uma legitimação das suas teses. Por exemplo, Castro Caldas publicou várias *Histórias da Agricultura*, entre elas: *A Agricultura Portuguesa no limiar da Reforma Agrária*, Fundação Calouste Gulbenkian, CEEA, IGC, Oeiras, 1978; *A agricultura portuguesa através dos tempos*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1991; “A agricultura na História de Portugal: penosa escalada da modernidade”, *Vida Rural*, nº 1597, Dezembro de 1994, pp. 38-41; *A Agricultura na História de Portugal*, Empresa de Publicações Nacionais, Lisboa, 1998. Também Júlio Silva Martins fez questão de o fazer na sua tese *Estruturas Agrárias em Portugal Continental*, Prelo, 2 vols., Biblioteca de Economia, Lisboa, 1973 e 1975.

<sup>74</sup> Francisco Soares Franco – *Diccionario da Agricultura...*

<sup>75</sup> Bernardino Manuel da Costa Lima – “Memória acerca da vila do Redondo”, *O Investigador Português em Inglaterra*, H. Bryer, Londres, Janeiro de 1815.

<sup>76</sup> J. P. Oliveira Martins – *op. cit.* Este projecto não chegou a ser discutido na Câmara dos Deputados, mas provocou grande debate na imprensa do período. Ver também Caetano da Silva Luz, Visconde de Coruche – *Projecto de lei permanente de cereaes e farinhas*, Companhia Geral Typographica, Lisboa, 1894 e o Visconde de Vilarinho de São Romão – *O Minho e as suas culturas*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1902.

pois a pouca colonização que se chegou a fazer no Alentejo deveu-se mais à iniciativa privada: “o seu grande resultado histórico foi, sobretudo, o de ter posto termo à ilusão, profundamente enraizada, de que Portugal disporia ainda e sempre de vastos incultos susceptíveis de serem arroteados. Com efeito, o inquérito da Junta trouxe antes de mais a convicção da vocação florestal (e unicamente florestal) de muita dessa área inculta...” e acrescenta que já Henrique de Barros tinha verificado em 1934 que os pousios “eram uma necessidade absoluta, tendo em conta o nível técnico vigente, para não esgotar perigosamente o solo”<sup>78</sup>. De facto, a convicção de que a terra, sobretudo a alentejana, tem recursos inesgotáveis que sempre foram mal aproveitados acompanhou várias gerações de autores, chegando aos finais do século XX quase intacta. Nas palavras de Villaverde Cabral, isto não passa da eterna “mezinha fisiocrática de que só a terra produz riqueza...”<sup>79</sup>. Em 1918, Ezequiel de Campos afirmava que “A magna questão nacional é uma questão agrícola”<sup>80</sup> e as Campanhas do Trigo do início dos anos 30 foram um exemplo flagrante da perpetuação duma mentalidade ruralizante<sup>81</sup>. No entanto, a falência a médio prazo destas campanhas veio introduzir uma reorientação na política agrícola, num processo liderado pelo Ministro Rafael Duque<sup>82</sup>, e cujo objectivo principal se centrava na intensificação e diversificação cultural, na modernização e no arranque industrial para solucionar o problema do excedente populacional que a agricultura não conseguia absorver. Se as diversas políticas lançadas por este ministro, como o incentivo das obras de hidráulica agrícola, a colonização interna e o povoamento florestal, só tiveram alguns resultados a longo prazo (sobretudo a partir dos finais da década de 50), isto deveu-se, segundo Fernando Rosas, à “resistência do conservadorismo agrário” que conseguiu “opor-se duradouramente ao conjunto das medidas reformadoras”, revelando, nos anos 30 e 40, por um lado, “um reformismo agrário com influência suficiente para ser

---

<sup>77</sup> Criada pelo Decreto-Lei nº 27.207, de 16/11/1936. Ver Antunes Varela – *O Código Civil, a reforma agrária e o regime jurídico da colonização interna*, Separata do *Boletim do Ministério da Justiça*, Lisboa, 1967.

<sup>78</sup> Villaverde Cabral – *op. cit.*, pp. 100-101. O trabalho da Junta de Colonização Interna foi estudado por João de Castro Caldas – *Política de Colonização Interna (1936-1974). Análise do perfil do “colono-tipo”*, Centro de Economia Agrária e Sociologia Rural, Lisboa, 1982; *Idem – Política de Colonização Interna: a implantação das colónias agrícolas da Junta de Colonização Interna*, Tese de doutoramento apresentada ao Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, 1988; *Idem – “Colonato de Pegões”*, in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coords.) – *op. cit.*, pp. 351-352. Por outro lado, Oliveira Baptista considera que o facto destes planos não terem tido execução prática se deveu a uma opção política de defesa dum grupo social dominante: os grandes latifundiários do sul, *A Política Agrária do Estado Novo*, Edições Afrontamento, Porto, 1993, p. 10, e ainda *Idem – “Colonização Interna”*, in Fernando Rosas e Brandão de Brito (dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Bertrand Editora, Venda Nova, 1996, pp. 159-162.

<sup>79</sup> Villaverde Cabral – *op. cit.*, p. 172.

<sup>80</sup> Ezequiel Campos – *A Evolução e a Revolução Agrária*, Ed. Renascença Portuguesa, Porto, 1918, p. 18.

<sup>81</sup> Algumas experiências de parcelamento de herdades chegaram a ser realizadas, como está descrito nos relatórios da Junta de Colonização Interna, por exemplo *Parcelamento das herdades do Montinho e Gramancha (Nossa Senhora de Manchede – Évora)*, JCI, Lisboa, 1938 e *Parcelamento da Herdade da Torre (Vidigueira)*, JCI, Lisboa, 1938.

Governo e definir políticas, mas sem poder real para as executar; do outro, um ruralismo conservador aparente já sem força para ser poder, mas ainda com capacidade política e ideológica para se opor ao seu exercício”<sup>83</sup>.

Do ponto de vista teórico a discussão entre ruralismo e modernização continuou e ainda em 1968 Álvaro Cunhal defendia uma agricultura progressiva e florescente como base indispensável de uma vida desafogada para todos os portugueses e de uma economia nacional próspera e independente<sup>84</sup>, o que levou Villaverde Cabral a comentar a falta de articulação da questão agrária com o desenvolvimento do capitalismo em Portugal que vê ainda “a solução do problema agrícola em termos... agrícolas”<sup>85</sup>. Toda esta tradição, aliada à ideologia implantada com a revolução do 25 de Abril de 1974, levou a que ainda em 1975, integrada no movimento da Reforma Agrária, fosse tentada a aplicação de modelos económicos baseados no aumento da produção cerealífera para fomentar o auto-abastecimento alimentar do país, o que também resultou num fracasso.

O período da 1ª República até aos anos 30 apresentam um tipo de discurso mais político e ideológico, retratado nas obras de António Sérgio, acérrimo defensor do cooperativismo<sup>86</sup>, e, no que diz respeito à questão agrária, na polémica aberta entre Ezequiel de Campos, Pequito Rebelo e Mário de Castro. Para apresentar o caso por ordem cronológica, começamos por Ezequiel de Campos que, na sua qualidade de Ministro da Agricultura<sup>87</sup> do governo de José Domingos dos Santos entre 1924 e 1925, apresentou em 12/1/1924 uma *Proposta de Lei de Organização Rural* baseada em “cinco factores de desenvolvimento: a

---

<sup>82</sup> Ministro da Agricultura entre Outubro de 1934 e 1940 e da Economia até 1944, por integração do primeiro ministério no segundo a partir do Decreto- Lei nº 30.692 de 27/8/1940.

<sup>83</sup> Fernando Rosas – “Rafael Duque e a política agrária do Estado Novo (1934-44)”, *Análise Social*, vol. XXVI (112-113), 1991, p. 790. Ver também Luciano Amaral – “Portugal e o passado: política agrária, grupos de pressão e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo (1950 – 1973)”, *Análise Social*, vol. XXIX (128), 1994 – 4º, pp. 889-906. Sobre a força do *lobby* agrário conservador, escreveu ainda Fernando Rosas, na sua linguagem muito característica, que o seu “projecto de conservação estrutural” foi o do “ruralismo, verdadeiro *bunker* ultramontano incrustado na sociedade, na economia e na política do País”, *O Estado Novo (1926 – 1974)*, in José Mattoso (dir.) – *op. cit.*, vol. 7º, p. 47.

<sup>84</sup> Álvaro Cunhal – *A Questão Agrária em Portugal*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.

<sup>85</sup> Villaverde Cabral – *op. cit.*, p. 106.

<sup>86</sup> Por exemplo António Sérgio – *Confissões de um cooperativista*, Ed. Inquérito, Lda., Lisboa, 1948; *Idem – Sobre o Sistema Cooperativista*, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1948; *Idem* (dir.) – *O Cooperativismo. Objectivos e Modalidades*, INSCOOP, Lisboa, 1958. Ver Rui Ramos – “SOUZA, António Sérgio de”, in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coords.) – *D.H.P. – Suplemento P/Z*, vol. IX, Livraria Figueirinhas, Porto, 2000, pp. 469-473 e António Reis – “SOUZA, António Sérgio de”, in Fernando Rosas e Brandão de Brito (dir.) – *op. cit.*, vol. II, pp. 951-952. Sobre a doutrina cooperativista, ver Armando Ramos de Paula Coelho – *As Cooperativas na Economia Corporativa Portuguesa*, separata do Vol. V do Suplemento do *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1944; Dias Agudo – *Doutrina e Doutrinadores do Cooperativismo*, Biblioteca de Cultura Cooperativa, Lisboa, 1965; Fernando Ferreira da Costa – *As Cooperativas na Legislação Portuguesa*, Livraria Petrony, Lisboa, 1976; *Idem – Doutrinadores Cooperativistas Portugueses: subsídios para o estudo do sector cooperativo português*, pref. de Henrique de Barros, Livros Horizonte, Lisboa, 1978.



rega dos campos, a arborização, a electrificação do país, o povoamento rural e a reforma da contribuição predial rústica”<sup>88</sup>. Mais concretamente, o seu projecto previa a integração (ou expropriação) no domínio público dos quinhões de terras mal aproveitadas ou ermos dos grandes proprietários, nos concelhos de densidade populacional inferior a 40 habitantes por km<sup>2</sup>; o parcelamento dos trechos agricultáveis dos baldios; a constituição de propriedades familiares; a indemnização ao proprietário, mediante obrigações amortizáveis em 36 anos; a venda e arrendamento de lotes; um plano de rega a abranger 200 ha<sup>89</sup>. Este projecto era herdeiro de outro que ele apresentou em 1911 e no qual também previa a expropriação nos casos de terras incultas e a criação de “lotes familiares”<sup>90</sup>, que iriam criar “uma burguesia rural desapegada da aspiração orçamental e não procriadora de tarados da mendicidade oficial”<sup>91</sup>! Em suma, esta sim, uma verdadeira Reforma Agrária, nas palavras de Pequito Rebelo, que três dias depois e ainda antes do projecto ter sido recusado na Assembleia já estava a publicar n’*O Século* uma contestação violenta sob o título *O desastre das reformas agrárias*. Alegando a urgência do comentário, classificou imediatamente a solução proposta como inviável do ponto de vista técnico, político e social<sup>92</sup>.

José Adriano Pequito Rebelo, durante quase um século de vida (1892-1983), escreveu uma obra vastíssima, onde não se absteve de comentar qualquer projecto que tenha sido proposto para a lavoura alentejana. Ainda em 1982, já com 90 anos, publicou um livro a criticar a obra de Afonso de Barros, depois de ter exigido em 1975 a revogação imediata do Decreto-Lei nº 406-A/75, por ele considerado inconstitucional<sup>93</sup>. Possuía alguns milhares de hectares no distrito de Portalegre, era advogado e foi um dos fundadores do Integralismo Lusitano. Durante a Guerra Civil de Espanha apoiou as tropas de Franco, utilizando o seu campo de aviação particular para abastecimento das mesmas. Em 1949 candidatou-se a deputado por uma lista opositora ao regime de Salazar, monárquica, conservadora. Já com

---

<sup>87</sup> O Ministério da Agricultura foi criado por Sidónio Pais em 1918 e o seu primeiro ministro foi Fernando de Oliveira, grande lavrador de Évora.

<sup>88</sup> Paulo Morais Alexandre – “Campos, Ezequiel de”, in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coords.) – *D.H.P., Suplemento A/E*, vol. VII..., p. 229. Ver também Fernando Rosas – “As ideias sobre desenvolvimento económico nos anos 30: Quirino de Jesus e Ezequiel de Campos”, in José Luís Cardoso (org. e prefácio) – *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1988, pp. 185-208.

<sup>89</sup> José Adelino Maltez – *A estratégia do PCP na Reforma Agrária (1974-1976): Relatório Síntese*, Edição da Associação para a Cooperação e Desenvolvimento Social, Lisboa, 1989, p. 24.

<sup>90</sup> Albert Silbert – *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, 3ª ed. (1ª ed. de 1970), Livros Horizonte, Lisboa, 1981, p. 271.

<sup>91</sup> Ezequiel de Campos – *Conservação da Riqueza Nacional*, 1913, in Villaverde Cabral – *op. cit.*, p. 441.

<sup>92</sup> José Pequito Rebelo – *op. cit.*, p. 9.

<sup>93</sup> *Idem* – *Boas e Más Reformas Agrárias I – IV*, e. a., Porto, 1975 a 1979 e *idem* – «Lenda Negra» *desmentida por seus próprios sequazes. «O abominável Latifúndio» (Crítica de um Seminário Internacional na Gulbenkian)*, e. a. Gavião, 1982.

mais de 70 anos quis alistar-se como aviador para ir combater para a África na Guerra Colonial, tendo sido impedido pelas influências familiares junto das altas esferas do exército. A leitura dos seus textos é sempre emocionante pela riqueza de vocabulário e pela forma rebuscada como expõe as suas ideias, as quais retratam a mentalidade típica do lavrador alentejano: conservador, monárquico, integralista e nacionalista.

As suas críticas à proposta de lei de Ezequiel de Campos incluem a negação da possibilidade de povoamento do Alentejo:

“Em primeiro lugar esta *Lei de Povoamento* não povôa nada. Nenhuma deslocação demográfica é assegurada, nenhuma preferência se dá aos homens das regiões em excesso de população...”<sup>94</sup>.

Logo no ano seguinte expõe o que ele considerava *As falsas ideias claras em economia agrária*<sup>95</sup>, descrevendo de forma matemática (sob a forma de “falsos teoremas”, ver anexo 2) todas as teses defendidas pelos autores que se dedicaram ao estudo da questão agrária, e refutando cada uma delas. Nesta obra ele recupera o tipo de abordagem e de ideologia de Basílio Teles, assumindo uma posição de defensor dos interesses agrários:

“E aqui estou eu, lavrador, combatendo no campo agrário, levantado em guerra pela Terra!”<sup>96</sup>.

Mário de Castro<sup>97</sup>, era descendente de uma das famílias mais importantes de Avis nos séculos XVIII e XIX. No século XX esta família, já em sem terras, mas ainda com algum prestígio local, mudou-se para Lisboa, não deixando este advogado de frequentar o meio e manter relações de amizade com as famílias da elite. Contudo, nos anos 30 a sua posição ideológica divergia claramente da do grupo social em que estava inserido, pois era “um homem de esquerda”<sup>98</sup> que escrevia, por exemplo:

---

<sup>94</sup> *Idem* – *O desastre...*, pp. 13-16.

<sup>95</sup> *Idem* – *As falsas ideias claras em economia agrária*, Nação Portuguesa, Lisboa, 1926, p. 13. A *Nação Portuguesa* auto-intitula-se uma Revista de cultura nacionalista. Dirigida por Manuel Múrias, era escrita para todos os integralistas e todos os reacionários portugueses que a deviam ler, assinar e propagar. Nas últimas páginas classifica-se como: “Revista anti-moderna, anti-liberal, anti-democrática, anti-burguesa, anti-bolchevista, contra-revolucionária, reacionária, católica, apostólica, romana, monárquica, intolerante, intransigente, insolidária com escritores, jornalistas...”. Redactores fundadores: Albano Dias de Magalhães e Marcelo Caetano.

<sup>96</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>97</sup> “alentejano ilustre, conhecedor e amante da sua província, jurista de grande estatura, e teórico-praticante do Socialismo”, José Rodrigues Miguéis – *O pão não cai do céu*, 7ª ed. (1ª ed. de 1981), Editorial Estampa, Lisboa, 1996, p. 274.

<sup>98</sup> Palavras de Vasco da Gama Fernandes, Presidente da Assembleia da República no elogio fúnebre que proferiu a Mário de Castro, no qual o descreveu como “uma figura carismática, extraordinariamente válida, muitíssimo inteligente, de uma vastíssima cultura e de uma fidelidade extraordinária às suas ideias, que eram as nossas”, *Diário da Assembleia da República*, nº 109, 13/5/1977, p. 3704.

“O facto de haver homens que vivem do trabalho dos outros (...) sendo precisamente êsses homens quem disfruta maior confôrto e poder, constituiu uma aberração...”<sup>99</sup>.

Em 1932 o autor indignou-se com os livros de Pequito Rebelo e sentiu-se pessoalmente agredido, respondendo-lhe com a sua própria proposta de *Reorganização Agrária*, na qual afirma que só não responde à letra a Pequito Rebelo porque é bem educado... Segundo ele, o “a concentração (das terras), sendo causa de profundas desigualdades sociais, é por isso, e como tôdas as injustiças, uma fonte de revolta e de desordem”. Face a essa realidade, a solução do problema agrário encontrava-se no parcelamento das propriedades, como meio de aumentar a produção agrícola e o poder de compra do consumidor; contribuir para a resolução do problema demográfico; contribuir para o aumento das capacidades financeiras do Estado, pela criação de novos contribuintes; estabelecer a ordem social”. Diz claramente:

“Por fim, com a *reforma agrária*, tem-se em vista integrar Portugal no nosso tempo (...) sem o que será um país perdido”<sup>100</sup>.

A sua proposta incluía a extinção do latifúndio e a criação de um “serviço público de utilização da terra”. Para completar sugeriu a constituição de cooperativas e sindicatos e a “expropriação por utilidade pública”<sup>101</sup>. Mais tarde mudou de ideias, desistiu do parcelamento e a sua obra mais significativa foi a redacção dos estatutos da Fundação Abreu Callado (com sede em Benavila, concelho de Avis), aprovados em 22 de Janeiro de 1949<sup>102</sup>, e que consagraram a grande empresa agrícola alentejana na posse dos trabalhadores e dirigida por um administrador especializado como o modelo mais viável para o meio em causa<sup>103</sup>. Curiosamente, as terras da Fundação, que pertenciam aos trabalhadores, foram das primeiras no concelho de Avis a serem ocupadas pelos próprios trabalhadores, logo em 21 de Fevereiro de 1975, com o argumento da instituição ter uma direcção *fascista* e das terras estarem

---

<sup>99</sup> Mário de Castro – *Alentejo, Terra de Promissão. Linha Geral de um Pensamento Agrário*, Lisboa, 1932, p. 81.

<sup>100</sup> *Ibidem*, pp. 23-25. O autor diz que a colonização proposta por Pequito Rebelo, mantendo a grande propriedade era impossível, pois “a propriedade não tem a virtude das mães, que dão à luz novos seres sem prejuízo da sua própria essência...”, p. 165. A grande propriedade, se se dividisse, deixava de o ser, por isso isso, sem uma reforma profunda, nunca iria acontecer. Pequito Rebelo defende a grande propriedade e este chama-lhe um lírico, que se contradiz, cheio de imaginação poética. Villaverde Cabral faz o mesmo comentário a este problema: “trata-se, em suma, de resolver um problema próximo da quadratura do círculo: dividir a terra sem tocar na propriedade”, *op. cit.*, p. 65.

<sup>101</sup> Mário de Castro – *op. cit.*, pp. 234-249.

<sup>102</sup> Por Despacho do Ministério do Interior, publicados no *Diário do Governo*, 2ª série, nº 18.

<sup>103</sup> Em Junho de 1974 escrevia Mário de Castro: “não sou hoje partidário do parcelamento. Entendo que a empresa agrícola alentejana tem de ser grande empresa, mas afectada, claro está, na sua rendibilidade, a todos os que na terra trabalham: ‘a terra a quem a trabalha’, não sob a forma de tassalho a cada um, mas sob a forma de atribuição a cada um – quer dizer: a todos – do respectivo rendimento”, carta a José Rodrigues Miguéis, publicada no livro *O pão não cai do céu...*, p. 274.

“subaproveitadas”, o que valeu o seguinte comentário do deputado Cunha Leal, do PSD, no elogio fúnebre a Mário de Castro proferido na Assembleia da República:

“já em 1932 publicara o seu Ideário Republicano, em cujas entrelinhas (mais do que no seu texto) se descortina um certo radicalismo socialista sem prejuízo do seu culto da liberdade. Deve ter sido esse socialismo convicto que mais sofreu com a ‘ocupação selvagem’ das instalações da Fundação Abreu Calado, obra e enlevo seu, por hordas de ‘progressistas’ de inspiração gonçalvista, que adulteraram os princípios objectivos da instituição e sanearam da respectiva gestão, entre outros, o seu próprio criador”<sup>104</sup>.

Voltando a Pequito Rebelo, outro dos temas que mais o motivou na a sua cruzada pelos valores tradicionais foi a manutenção da enfiteuse: num artigo de 1959 argumenta que a sua “desnaturação” é um ataque à propriedade, pois é o que lhe dá “o seu carácter comunicativo e desproletarizante, tornando-a assim inexpugnável ao assalto dialéctico do bolchevismo”<sup>105</sup>. Estas palavras têm implícitas a tese da complementaridade da grande com a pequena exploração, no sentido em que as franjas de pequenos proprietários e rendeiros que rodeiam as grandes propriedades forneceriam mão-de-obra sazonal e barata indispensável à lavoura do latifúndio<sup>106</sup>. Já no século XVI em Monsaraz o Duque de Bragança mandou parcelar as terras comunais concelhias situadas à roda da vila e distribuiu-as pelos moradores pobres, o que criou um grupo de cultivadores semi-independentes que não dispensavam, porém, o trabalho temporário nas herdades vizinhas<sup>107</sup>. Nos finais do século XIX José Maria dos Santos provou de novo a eficácia desta prática, ao distribuir uma parte das suas terras no Pinhal Novo por colonos:

“Fixou cerca de 400 casais de ‘caramelos beirões semi-nómadas’ numa área de 2000 ha de paul, que arroteou, dividiu em glebas de 4 ha a 6 ha e cedeu aos colonos mediante contratos de arrendamento a longo prazo (em vida) no valor de 1\$000 por hectares”. Emprestou-lhes a juros o capital necessário para se estabelecerem, construírem casas e comprar alfaias. “Deste

---

<sup>104</sup> *Diário da Assembleia da República*, nº 109, 13/5/1977, p. 3705. Nesta sessão, além do já referido discurso do Presidente, houve ainda elogios fúnebres por parte dos deputados Alboim Inglês do PCP, António Macedo do PS, e Rui Pena, do CDS, seguidos de “uns momentos de silêncio” que a assembleia guardou, de pé, em homenagem ao Dr. Mário de Castro.

<sup>105</sup> José Pequito Rebelo – “A enfiteuse e o novo código civil”, separata da revista *A Voz da Lavoura*, Ano I, nº 3, Lisboa, 1959, p. 16.

<sup>106</sup> Fernando Medeiros desenvolveu este tema no seu artigo “Capitalismo e pré-capitalismo nos campos de Portugal, no período entre as suas guerras”, in *Análise Social*, nº 46, 1976, pp. 288 – 314, no qual pretendeu provar que a grande propriedade capitalista do sul de Portugal só era viável com o recurso à mão-de-obra excedentária que a pequena propriedade lhe dispensava, tanto a da própria região, como a de outras, de onde vinham os “ratinhos”. Para Espanha, ver Jesús Millán – “Gran propiedad y pequeña explotación en el desarrollo del capitalismo agrario valenciano. El Bajo Segura, 1800-1850”, in Pegerto Saavedra y Ramón Villares (eds.) – *Senhores y Campesinos en la Península Ibérica, Siglos XVIII-XX*, vol. 2 “Campesinado y pequeña explotación”, Conselho da Cultura Galega, Editorial Crítica, Barcelona, 1991, pp. 7-33.

<sup>107</sup> Maria Manuela Rocha – *Propriedade e Níveis de Riqueza. Formas de Estruturação Social em Monsaraz na 1ª Metade do Séc. XIX*, Edições Cosmos, Lisboa, 1994, p. 68.

modo, sem grande investimento, conseguiu assegurar mão-de-obra certa, barata e em número suficiente para os grandes trabalhos agrícolas de certas épocas do ano”<sup>108</sup>.

Oliveira Martins e Anselmo de Andrade elogiaram este grande lavrador, cuja sede da casa agrícola, Rio Frio, se localizava em Alcochete, mas Eugénio Castro Caldas criticou o facto das parcelas serem “sempre de dimensão insuficiente para o pleno emprego, de modo a que os foreiros ficassem naturalmente compelidos a procurarem receita com o trabalho assalariado nas herdades”<sup>109</sup>. Também Álvaro Cunhal afirmou que

“a fixação do trabalhador assalariado em uma courela, com vista ao seu trabalho na grande exploração vizinha constitui um elemento de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, mas reaproxima os camponeses da servidão. Nem salário, nem terra, nem os dois em conjunto conseguem satisfazer as mais elementares necessidades”<sup>110</sup>.

A distribuição de terras tinha de facto outra utilidade muito importante para os grandes proprietários: geralmente as terras eram da pior qualidade e só alguém desesperadamente a trabalhar para si próprio de empreitada teria a coragem de lhes pegar. Estes colonos realizavam, assim, funções de desbravamento e arroteia de terras previamente inúteis, ou secagem de pântanos, etc., e acabavam por constituir uma reserva de mão-de-obra e de controlo político da região, ao fornecerem trabalho sazonal nas alturas necessárias e também votos na época das eleições. Na grande lavoura alentejana, as fainas sazonais que exigiam grandes quantidades de mão-de-obra eram habitualmente desempenhados pelos chamados *ratinhos*<sup>111</sup>, que vinham em ranchos das Beiras para as realizar, geralmente nas piores condições<sup>112</sup>. As suas vivências foram descritas ao pormenor por Silva Picão<sup>113</sup> e estão presentes em várias obras da literatura.

---

<sup>108</sup> Conceição Andrade Martins – *op. cit.*, pp. 386-387.

<sup>109</sup> Eugénio Castro Caldas – *A Agricultura Portuguesa no limiar...*, p. 59. O autor já tinha descrito esta complementaridade nas seguintes comunicações, onde defendeu a introdução da mecanização na agricultura: “Condições morais e sociais da vida rural”, comunicação apresentada no *IV Congresso da União Nacional. Resumos das Comunicações*, Lisboa, 1956, pp. 119-136 e *Industrialização e agricultura*, II Congresso dos Economistas Portugueses, INE, Centro de Estudos Económicos, Lisboa, 1957. Estes trabalhos mereceram o regozijo de Villaverde Cabral: “Finalmente, alguém vem confessar a funcionalidade do binómio minifúndio/latifúndio!”, *op. cit.*, p. 543.

<sup>110</sup> Álvaro Cunhal – *op. cit.*, p. 346.

<sup>111</sup> Ver Maria Antónia Pires de Almeida – “Ratinho”, in Conceição Andrade Martins e Nuno G. Monteiro (orgs.) – *op. cit.*, pp. 247-252.

<sup>112</sup> “É a ceifa dos cereais um dos mais penosos trabalhos que os operários do campo executam; particularmente no nosso clima, na época mais calmosa do ano, debaixo da acção de um sol ardentíssimo, e na posição violenta em que o uso da foice obriga os operários a colocar-se...”, João de Andrade Corvo – “Instrumentos e máquinas para a colheita” (1857), in Villaverde Cabral – *op. cit.*, p. 213. “A ceifa era uma operação geralmente efectuada por trabalhadores temporários, frequentemente por ranchos de trabalhadores vindo de outras regiões (...) é trabalho violento, pois a um calor depauperante vem juntar-se o alargamento dos horários próprios da época e da tarefa. Trabalhando-se de sol a sol com 2 intervalos de 1 hora para almoço e merenda, e um de 2 horas e meia ao jantar, seguido de sesta...”, Oliveira Baptista – “O Alentejo – entre o latifúndio e a Reforma Agrária”, in *Arquivo de Beja*, vol. 1, II série, 1982, p. 235.

<sup>113</sup> José da Silva Picão – *op. cit.*, pp. 225-245.

Face a esta impossibilidade de auto-sustentação dos pequenos proprietários sem o recurso trabalho eventual fora da sua exploração, vários autores provaram a impraticabilidade da agricultura alentejana em parcelas de pequenas dimensões, entre eles Mariano Feio, ao afirmar que, pelo contrário, o regime da grande propriedade é o mais aconselhado e desejável. Para tal, apresentou dados técnicos que o confirmam e descreveu as suas visitas a *Kolkhoses* na Hungria, um de 1.900 ha, o outro com 3.500ha. Acrescentou ainda o concelho dos “americanos da Litton” que “propunham para as explorações piloto do Alentejo áreas de 2.000 ha. A grande exploração resiste melhor à crise pelas economias a que é costume chamar ‘de escala’”<sup>114</sup>. Villaverde Cabral também criticou a tendência para a divisão das terras e a enfiteuse com a sua habitual mordácia:

“não é possível pensar a exploração agrícola no Alentejo em termos minhotos ou mesmo em termos dos arredores de Lisboa, onde Herculano tinha as suas hortas...”<sup>115</sup>.

Os referidos movimentos de colonização interna foram sempre acompanhados da intenção de desviar a emigração. Nas várias ocasiões em que estas migrações internas de norte para sul foram tentadas e publicitadas foi evidente a forte componente nacionalista, baseada no “perigo” da perda da população, que se escoava para fora das fronteiras<sup>116</sup>. Esta situação deixava o país mal colocado internacionalmente: apesar das nítidas vantagens introduzidas com as remessas dos emigrantes que muito passaram a contribuir para o orçamento nacional, a perda demográfica verificada a partir do final dos anos 50, sobretudo de efectivos do sexo masculino, constituiu também uma potencial diminuição do potencial bélico do país, o que, no contexto internacional da Guerra Fria e do início da Guerra Colonial, colocava em questão as capacidades de “defesa nacional”. Instalar os colonos e parcelar a terra foi de facto uma tentativa para fixar algumas famílias e continuou a ser tentada até aos anos 70 nalgumas herdades do estado. No entanto, o forte êxodo rural que se verificou<sup>117</sup>, e que se traduziu em emigração para o estrangeiro, mas sobretudo para a cintura industrial de

---

<sup>114</sup> Mariano Feio – *Problemas da Lavoura Alentejana...*, p. 16.

<sup>115</sup> Villaverde Cabral – *op. cit.*, p. 259.

<sup>116</sup> Villaverde Cabral salienta que também o proteccionismo está “subordinado à necessidade de fixar gente à terra”, *op. cit.*, p. 65.

<sup>117</sup> Entre 1950 e 1960 houve uma diminuição de 8% da população activa agrícola no continente, que nos campos do sul foi de 10%. Mas foi na década seguinte que a variação foi maior: entre 1960 e 1970 a população activa agrícola diminuiu 31%. Em Portalegre, Évora e Beja a diminuição foi de 33%; registando-se entre os assalariados uma redução de 49%, Laura Larcher Graça – *op. cit.*, p. 212. Oliveira Baptista apresenta os mesmos dados, acrescentando: “As famílias agricultoras desmembraram-se. As explorações patronais assistiram à deserção duma grande parte dos assalariados e à exigência de maiores salários por parte dos que ficaram. A pressão sobre a terra decresceu; alargou-se a superfície não cultivada; as rendas e quotas de parceria diminuíram. Nos *campos do sul* o latifúndio seguiu, em termos esquemáticos, uma de duas vias: reconversão em grandes explorações assentes em trabalho assalariado e muito capitalizadas; extensificação e abandono da produção”, *A Política Agrária do Estado Novo...*, pp. 8, 377.

Lisboa, no caso dos trabalhadores rurais alentejanos e ribatejanos<sup>118</sup>, complementado pela saída a tropa, levaram a uma clara diminuição de mão-de-obra nas regiões de grande propriedade. Assumiram também alguma importância neste grupo as deslocações periódicas a países europeus, como por exemplo a França, para trabalhos agrícolas sazonais<sup>119</sup>.

O resultado foi uma relativa subida dos salários e melhoria das condições sociais nos campos, o que Balabanian considerou, “de muito longe, a consequência mais importante do arranque económico da Península Ibérica no sector rural”<sup>120</sup>. Segundo Marina Costa Lobo, entre 1960 e 1973 “as remunerações médias dos trabalhadores aumentaram rapidamente devido sobretudo à emigração, que diminuiu a oferta de trabalho, e ao ambiente político de maior abertura entre 1969 e 1973, que permitiu maiores reivindicações salariais”. Este aumento de salários está quantificado: uma média de 6,7% ao ano entre 1960 e 1973<sup>121</sup>. Simultaneamente, grande parte dos agricultores optaram pela mecanização dos trabalhos que exigiam maior intensidade de mão-de-obra, aproveitando a legislação que incentivou o investimento na mecanização, emitida no seguimento do IIº Plano de Fomento (1959-1964), a qual alargou a possibilidade de aquisição de maquinaria agrícola a um maior número de agricultores<sup>122</sup>. A legislação emitida teve como resultado um aumento de facto dos efectivos de máquinas a nível nacional: entre Dezembro de 1967 e Dezembro de 1971 o número de

---

<sup>118</sup> O que provocou um reforço da litoralização e da urbanização entre os anos 1960-1990, ver João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado – “Recomposição Socioprofissional e Novos Protagonismos”, in António Reis (coord.) – *Portugal 20 Anos de Democracia*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, pp. 307-330. “Os processos de expansão e de concentração industrial dos anos sessenta ocorreram em particular na Península de Setúbal, assentes na mobilização de mão-de-obra pouco qualificada, atraíram importantes fluxos migratórios de população, numa parte substancial oriunda de zonas rurais do Alentejo”, Oliveira Neves e Paulo Pedroso – *Emprego, Formação e Desenvolvimento na Região do Alentejo*, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Lisboa, 1997, p. 17.

<sup>119</sup> A emigração sazonal para França também era frequente entre os trabalhadores da campina de Córdova, Martínez Alier – *op. cit.*, p. 41. Fátima Patriarca chamou à emigração portuguesa para os países europeus neste período uma hemorragia social que substituiu o protesto social que se exercia livremente nos restantes países, sobretudo na Europa e menos em Espanha, *Protesto social no regime corporativo (1955-1974)*, Comunicação apresentada no Seminário de História do I.C.S., Lisboa, 2001.

<sup>120</sup> Olivier Balabanian – *Problemas Agrícolas e Reformas Agrárias no Alto Alentejo e na Estremadura Espanhola*, resumo da tese de dissertação para obtenção do grau de Doutor na Universidade de Clermont-Ferrand, 1979, trad. de Mariano Feio, s. e., Lisboa, 1984, p. 309.

<sup>121</sup> Esta autora descreve ainda alguns benefícios económicos da emigração: “Ao reduzir a oferta de trabalho, constituiu uma pressão para o aumento de salários, especialmente no sector agrícola e industrial e para a redução do subemprego nesses sectores em Portugal.” Ao mesmo tempo, as remessas dos emigrantes estimularam o consumo privado. Por outro lado, entre os custos da emigração salienta-se a mudança nos padrões de vida do interior, desertificação de algumas regiões.... “Portugal na Europa, 1960-1996 – uma leitura política da convergência económica”, in António Barreto (org.) – *A Situação Social em Portugal, 1960-1999*, Vol. II: “Indicadores sociais em Portugal e na União Europeia”, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2000, pp. 617-621.

<sup>122</sup> Decreto-Lei nº 43.355, de 24/11/1960, que alargou o âmbito da Lei dos Melhoramentos Agrícolas de modo a permitir a concessão de empréstimos para a aquisição de máquinas agrícolas; Decreto-Lei nº 48.168, de 23/12/1967, que instituiu a atribuição de subsídios a fundo perdido para a aquisição de máquinas agrícolas; e o Despacho do Ministério da Economia de 06/05/1969 que elevou o nível do subsídio para a aquisição de máquinas agrícolas. A necessidade de mecanização da agricultura já fora defendida por vários autores, entre eles Basílio Teles e Anselmo de Andrade.

tractores subiu 75% a as ceifeiras-debulhadoras 115%<sup>123</sup>. Uma vez que os salários subiram mais que os factores de produção ligados à mecanização, nomeadamente as máquinas agrícolas e o gasóleo, além das sementes, herbicidas e adubos<sup>124</sup>, rapidamente os homens foram substituídos pelas máquinas, as quais do ponto de vista económico se tornaram muito mais atraentes<sup>125</sup>, ou mesmo “irresistíveis”, pois “tornam o trabalho agrícola mais barato, mais bem feito e, com elas a produtividade do trabalho humano é sempre muito superior”<sup>126</sup>. Já em meados do século XIX Andrade Corvo defendera a mecanização da ceifa,<sup>127</sup> o que não deixou de levantar alguma resistência: “Os trabalhadores receberam mal este invento, e sítios há em que se têm oposto ao trabalho das máquinas, espetando paus, e lançando pedras nos campos...”<sup>128</sup>. Um século depois esta resistência não teve expressão, pois grande parte dos trabalhadores já nem lá estava...

Não posso deixar de citar o comentário de Villaverde Cabral à questão da inviabilidade da colonização interna e às vantagens da mecanização:

“é extraordinário constatar esta mania, esta paranóia, de querer à força pôr mão-de-obra barata ao serviço da grande lavoura alentejana: supomos que, entretanto, esta acabou por descobrir as virtudes da mecanização ou se deixou de agriculturas...”<sup>129</sup>.

## 1.2 – Legislação

No conjunto da legislação portuguesa podemos distinguir alguns períodos que marcaram a História da Questão Agrária. Em praticamente todas as leis emitidas podem verificar-se as preocupações atrás descritas e o claro objectivo de aumentar a produção agrícola proporcionando ao agricultor condições de trabalho mais favoráveis. As soluções não variaram muito ao longo dos séculos...

A ideia da obrigatoriedade do cultivo da terra pelo próprio o lavrador, que só pelo seu trabalho a merece, já se encontra implícita na Lei das Sesmarias de 1375. Segundo Oliveira Marques, esta lei, “testemunho evidente da crise de mão-de-obra rural que o País

---

<sup>123</sup> *Vida Rural. Semanário da Lavoura*, nº 1067 de 27/10/1973.

<sup>124</sup> Oliveira Baptista – “O Alentejo – entre o latifúndio...”, p. 240. Ver também Laura Graça – *op. cit.*, p. 212.

<sup>125</sup> Olivier Balabianian – *op. cit.*, p. 309.

<sup>126</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira – *op. cit.*, p. 137. Villaverde Cabral também refere o aumento da produtividade dos trabalhadores, ao comentar a obra do Blasco Hugo Fernandes: “o que ele parece esquecer, porém, é que hoje se obtém um produto agrícola superior ao de há 20 anos com uma população activa reduzida talvez a metade; a produtividade por trabalhador empregue na agricultura terá portanto dobrado em 20 anos...”, *op. cit.*, p. 105.

<sup>127</sup> João de Andrade Corvo – “Instrumentos e máquinas para a colheita” (1857), *in* Villaverde Cabral – *op. cit.*, p. 216.

<sup>128</sup> Jacinto d’Almeida Sousa Falcão – “Máquinas de ceifar no distrito de Santarém” (1858), *in ibidem*, p. 223.

<sup>129</sup> Villaverde Cabral – *op. cit.*, p. 543.



atravessava”<sup>130</sup>, foi precedida de “várias disposições de carácter local, todas elas procurando fixar os trabalhadores rurais às respectivas terras, diminuir o nº de herdades despovoadas e promover o amanho de matagais e de baldios (...) A grande novidade desta lei estava na consignação, para todo o país, do princípio de expropriação da propriedade, caso não fosse aproveitada a terra”, o que teve como resultado que “uma nova fase de arroteias caracterizou os meados e os fins do século de Quatrocentos, prolongando-se pela centúria imediata”<sup>131</sup>. Como já foi referido, vários autores remetem a D. Fernando para exaltar a sua legislação, ou então para criticar a sua fraca eficácia, em comparação com D. Dinis, que, nas palavras de Rebelo da Silva, “conhecia praticamente o modo de promover e de adiantar a agricultura”. Para este autor, o plano de colonização ditado pelo rei a João Dias e aplicado em Moura com grande sucesso, tinha como objectivo “attenuar os inconvenientes já visíveis do systema agrícola predominante n’aquela parte da região do sul”<sup>132</sup>. Na legislação medieval abunda a intenção de fixar os lavradores à terra e aumentar a produção cerealífera, vocacionada para o auto-abastecimento alimentar de um país que afirmava a sua independência.

Outro momento fundamental na legislação agrária encontra-se no período do Marquês de Pombal. O ministro de D. José, imbuído do espírito mercantilista e industrializante dos finais do século XVIII, reflectiu na sua obra legislativa o ambiente intelectual fisiocrata da sua época. Em geral, a legislação que emitiu reforçou a instituição da enfiteuse, responsável por grande parte das transferências de propriedade nos finais do Antigo Regime, e “privilegiou a grande propriedade”<sup>133</sup>. Ao introduzir o direito de colónia em 20 de Junho de 1774, o qual “garantiu a continuidade no arrendamento na família do lavrador”, Pombal beneficiou “um corpo já constituído de grandes rendeiros, estabelecidos nas décadas anteriores, reforçando a sua posição de posse da terra e impondo a rigidez dos arrendamentos”<sup>134</sup> das herdades alentejanas. Em consequência disto e da legislação subsequente, ao longo do século XIX assistiu-se à formação da grande propriedade burguesa moderna, que se caracteriza pela passagem do grupo dos grandes lavradores rendeiros, que se tinha formado no século XVIII, à condição de grandes proprietários com uma grande exploração agrícola. A grande exploração é a característica que diferencia a propriedade

---

<sup>130</sup> Oliveira Marques – *op. cit.*, p. 56.

<sup>131</sup> *Idem* – “Lei das Sesmarias”, in Joel Serrão (dir.) – *D.H.P.*, vol. V, pp. 544.

<sup>132</sup> Luís Augusto Rebelo da Silva – *Memória sobre a população e a agricultura de Portugal desde a Fundação da Monarchia até 1865*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1868, pp. 105-106.

<sup>133</sup> Nuno G. Monteiro – *O Crepúsculo dos Grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750 – 1832)*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1998, p. 222.

<sup>134</sup> Hélder Fonseca e Rui Santos – “Três séculos de mudanças...”, pp. 63 – 64.

burguesa do século XIX da lavoura arrendada do séc. XVIII, obrigatoriamente com dimensões mais pequenas. Mas a verdadeira revolução do século XIX encontra-se na introdução do conceito de propriedade na sua acepção mais moderna, assim como a possibilidade de mudança da titularidade das terras, o que, segundo Nuno Gonçalo Monteiro, teve resultados “tendencialmente susceptíveis de acelerarem o desenvolvimento capitalista”<sup>135</sup>. Pode dizer-se que esta foi a maior novidade da legislação liberal, ao retirar às terras os direitos senhoriais que sobre elas pesavam.

No seu *Ensaio incompleto em que se descrevem os entraves institucionais ao desenvolvimento da riqueza e em que se estabelece um programa de acção revolucionário (1831-1832)*<sup>136</sup>, Mouzinho da Silveira, enumerou os ditos *entraves* que dificultavam a produção e circulação dos produtos, a rentabilização da terra e a formação de um mercado interno. Nesta obra já se esboçava o seu plano de reforma, que se traduziu na legislação que emitiu entre 3/3/1832 e 2/12/1832, período durante o qual promulgou uma média de uma lei por semana<sup>137</sup>, e que constituiu, segundo Joel Serrão, “o ponto mais alto da arrastada e sinuosa instauração do liberalismo em Portugal”<sup>138</sup>. As características do seu trabalho legislativo foram descritas pelo próprio autor: “em um país devastado por D. Miguel, não há ciência humana, que possa aumentar receita sem recorrer a leis muito radicais...”<sup>139</sup>. Essencialmente, Mouzinho da Silveira aboliu os Dízimos<sup>140</sup> e acabou com todas as prestações foraleiras, censíticas, enfitêuticas e subenfitêuticas em bens da coroa, mas sem afectar minimamente a enfiteuse em bens patrimoniais<sup>141</sup>, que acabou por persistir até 1976<sup>142</sup>. Villaverde Cabral comentou a respeito desta legislação: “Para ganhar à causa liberal a massa dos pequenos foreiros, Mouzinho aboliu a dízima, o que lesava antes de mais as corporações religiosas”. Contudo, “uma vez mais, as reformas tendem a deixar completamente de fora o

---

<sup>135</sup> Nuno G. Monteiro – “Revolução Liberal e Regime Senhorial: ‘A Questão dos Forais’ na Conjuntura Vintista”, in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXIII, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1987, p. 149.

<sup>136</sup> José Xavier Mouzinho da Silveira – *Obras*, ed. crítica coordenada por Miriam Halpern Pereira, com estudos de Magda Pinheiro, Miriam Halpern Pereira e Valentim Alexandre, vol. II, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989, pp. 1132-1158.

<sup>137</sup> Magda Pinheiro – “Mouzinho da Silveira e as Finanças Públicas”, in José Xavier Mouzinho da Silveira – *Obras*, vol. I, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989, p. 231.

<sup>138</sup> Joel Serrão – “Mouzinho da Silveira”, in Joel Serrão (dir.) – *D.H.P.*, vol. V, p. 587.

<sup>139</sup> José Xavier Mouzinho da Silveira – *Obras*, vol. II, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989, p. 1155.

<sup>140</sup> Lei dos Dízimos: 30/6/1832. Os eclesiásticos seculares ou de qualquer ordem que recebiam dízimo passariam a receber uma cõgrua igual ao anterior rendimento líquido durante toda a vida.

<sup>141</sup> Decreto de 13/8/1832, ver Nuno G. Monteiro – *op. cit.*, p. 171.

<sup>142</sup> A enfiteuse só foi abolida depois do 25 de Abril de 1974, no período de Lopes Cardoso, com o Decreto-Lei nº 195-A/76, de 16/03/1976.

grosso da população rural”<sup>143</sup>, ao que Eugénio de Castro Caldas acrescenta que reforçaram as assimetrias da estrutura agrária portuguesa<sup>144</sup>.

Baseadas na sua legislação, e mesmo com a sua participação directa, promulgaram-se uma grande diversidade de leis nos anos que se seguiram. Em 30/5/1834, o Ministro Joaquim António de Aguiar extinguiu as ordens religiosas masculinas e ordenou a nacionalização de todos os seus bens, o que “veio também libertar as terras integradas nos seus domínios da tributação senhorial, bem como torná-las livres e alodiais”<sup>145</sup>; em 27/2/1835 foi aprovada a lei sobre a venda dos bens nacionais, com o objectivo de fornecer ao governo dinheiro para despesas correntes<sup>146</sup>. “Manteve-se, porém, o regime de morgadio, como forma de perpetuação de uma aristocracia necessária ao aparelho político”<sup>147</sup>. Em Agosto de 1846, uma “equipa ideologicamente mais avançada (Palmela, Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, Sá da Bandeira)”<sup>148</sup> reformou o Decreto de Mouzinho da Silveira de 1832. No entanto, só em 19/5/1863 foi decretada a extinção final dos vínculos e a abolição dos morgados; em 22/6/1866 a desamortização dos bens das câmaras, das paróquias, das irmandades, das confrarias, dos hospitais, dos recolhimentos, das misericórdias e dos demais institutos pios ou de beneficência e em 28/8/1869 a desamortização dos baldios e dos estabelecimentos de instrução pública<sup>149</sup>.

No panorama actual da historiografia portuguesa, o tema da Revolução Liberal foi definitivamente *arrumado* por Nuno Gonçalo Monteiro<sup>150</sup> e Luís Espinha da Silveira<sup>151</sup>. As teses de Rui Santos, Hélder Fonseca, José Vicente Serrão<sup>152</sup> e António Martins da Silva<sup>153</sup> também contribuíram de forma inegável para a compreensão do meio rural neste período, sendo os dois primeiros sobre a região de Évora, o terceiro sobre os arredores de Lisboa e o

---

<sup>143</sup> Villaverde Cabral – *op. cit.*, pp. 37-38.

<sup>144</sup> Eugénio Castro Caldas – *A Agricultura Portuguesa no limiar...*, p. 53.

<sup>145</sup> Irene Vaquinhas e Margarida Neto – “Agricultura e mundo rural: tradicionalismos e inovações”, in José Mattoso (dir.) – *op. cit.*, vol. 5º, p. 328.

<sup>146</sup> Magda Pinheiro – *op. cit.*, p. 244. O comité para a venda incluiu o próprio Mouzinho da Silveira. Também foi ele que propôs a venda das Lezírias do Tejo a uma sociedade que constituiu a Companhia das Lezírias, da qual ele também foi sócio. Sobre o tema da desamortização como fonte de receitas, o que fez surgir no poder político “uma preocupação nova, a preocupação pelo fomento da agricultura”, ver António Manuel Hespanha – “O legista e o legislador na construção da propriedade burguesa liberal em Portugal”, *Análise Social*, vol. XVI (61-62), 1980, p. 227.

<sup>147</sup> Irene Vaquinhas e Margarida Neto – *op. cit.*, p. 327.

<sup>148</sup> Villaverde Cabral – *op. cit.*, p. 45.

<sup>149</sup> Em 4/4/1861 foi também emitida a lei de desamortização dos bens das freiras e das igrejas.

<sup>150</sup> Nuno G. Monteiro – *O Crepúsculo dos Grandes...*

<sup>151</sup> Luís Nuno Espinha da Silveira – *Revolução liberal e propriedade: a venda dos bens nacionais no distrito de Évora (1834 – 1852)*, Tese de doutoramento em História apresentado à F. C. S. H. da Universidade Nova de Lisboa, 1988.

<sup>152</sup> José Vicente Serrão – *Os campos da cidade. Configuração das estruturas fundiárias da região de Lisboa nos finais do Antigo Regime*, Tese de Dissertação para Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, ISCTE, Lisboa, 2000.

último dedicado ao estudo dos efeitos da desamortização sobre a propriedade fundiária em Portugal. Nas suas obras, estes autores apresentam resumos bibliográficos importantes sobre a Questão Agrária aqui exposta, entre os quais se destaca o artigo de Rui Santos publicado em 1993<sup>154</sup>. Incontornável é também a obra de Albert Silbert, sobretudo no seu artigo sobre o Colectivismo Agrário, onde o autor faz um resumo de toda a bibliografia agrária em Portugal desde o Sec. XVIII ao início do XX, comparando com o que se escreveu em Espanha sobre o tema<sup>155</sup>.

Resumindo as preocupações que se reflectem no pacote da legislação liberal, Nuno Gonçalo Monteiro salientou que “os forais eram considerados pela maioria como um entrave decisivo ao desenvolvimento da agricultura”<sup>156</sup>. Por esse motivo foi atribuída maior importância à chamada *questão dos forais*, e “enquanto o agrarismo tradicional e até o tardo-setecentista pensou sobretudo nos problemas do Sul, a revolução liberal, numa espectacular inflexão, legislou principalmente em função de temas e problemas do Centro e do Norte”<sup>157</sup>. No entanto, o maior impacto acabou por ser sentido a Sul, com a venda dos bens nacionais. Com o objectivo de “consolidação política do regime e a superação da crise financeira”<sup>158</sup>, a venda dos bens nacionais não fez mais que transferir para o domínio privado os bens imóveis considerados de mão morta<sup>159</sup>, numa clara herança das ideias do D. Luís da Cunha e do Conde de Linhares. O resultado, contudo, foi insignificante e não cumpriu o objectivo de “por um lado, ajudar a recompor as abaladíssimas finanças do Estado, e por outro, gratificar os oficiais e dignatários do ‘exército libertador’”<sup>160</sup>, pois o Estado arrecadou valores muito baixos. Isto porque as propriedades acabaram por ser vendidas sobretudo a pessoas que os pagaram com títulos que “foram, na sua quase totalidade, concedidos graciosamente para pagamento de indemnizações e doações, de soldos e ordenados a militares e a funcionários

---

<sup>153</sup> António Martins da Silva – *Desamortização e venda dos bens nacionais em Portugal na primeira metade do século XIX*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1989.

<sup>154</sup> Rui Santos – “A nuvem por Juno? O tema da fisiocracia na historiografia do pensamento económico português”, in *Análise Social*, Vol. XXVIII (121), 1993, pp. 423-443. Salienta-se também a introdução de José Vicente Serrão à colecção de textos de Domingos Vandelli – *Aritmética Política, Economia e Finanças*, Colecção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, Banco de Portugal, Lisboa, 1994 e o texto do mesmo autor – “O pensamento agrário setecentista (pré-‘fisiocrático’): diagnósticos e soluções propostas”, in José Luís Cardoso (org. e prefácio) – *op. cit.*, pp. 23-50.

<sup>155</sup> Albert Silbert – “O Colectivismo Agrário em Portugal. História de Um Problema”, *Economia e Finanças*, vol. XXVIII, 1960, pp. 987-1057. Este artigo está publicado também no livro *Do Portugal de Antigo Regime...*, pp. 199 – 281.

<sup>156</sup> Nuno G. Monteiro – “Revolução Liberal e Regime Senhorial...”, p. 164.

<sup>157</sup> *Idem* – *O Crepúsculo dos Grandes...*, p. 220.

<sup>158</sup> António Martins da Silva – “A desamortização”, in José Mattoso (dir.) – *op. cit.*, vol. 5º, p. 340.

<sup>159</sup> *Ibidem*, p. 339.

<sup>160</sup> Villaverde Cabral – *op. cit.*, p. 39.

públicos, como compensação pela sua fidelidade à rainha e à Carta Constitucional”<sup>161</sup>. António Martins da Silva resume ainda a composição do grupo dos compradores destes bens: segundo este autor, todas as classes participaram na compra. A nobreza adquiriu os prédios mais valiosos, enquanto a burguesia comprou a maior parte dos lotes e pagou a maior parte do valor da arrematação. Era a “burguesia de negócios (negociantes, comerciantes, fabricantes e financeiros); uma fatia importante foi parar também às mãos do funcionalismo público”. E acrescenta que alguns “elementos das classes populares, sobretudo rurais”, também adquiriram alguns lotes de baixo valor<sup>162</sup>.

O liberalismo trouxe à cena política outra questão fundamental: o Livre-cambismo *versus* o Protecționismo. No seguimento das ideias de Mouzinho da Silveira, Luciano de Castro defendeu em 1856 a liberdade de comércio e a abertura ao mercado externo<sup>163</sup>, pois “para melhor facilitar a penetração do capitalismo na agricultura portuguesa, preconiza a submissão integral ao mercado mundial...”<sup>164</sup>. No entanto, logo em 1859 Carlos Bento da Silva propôs o estabelecimento de direitos para os cereais e farinhas de importação e a liberdade de exportação<sup>165</sup>, e em 1864 Casal Ribeiro e Andrade Corvo elaboraram um *Projecto sobre o Comércio dos Cereaes*<sup>166</sup>, no qual defenderam a exportação livre de direitos e a importação com direitos discriminados por cereal, passando os cereais estrangeiros a estar sujeitos ao pagamento de direitos de consumo. Alguma prosperidade da agricultura alentejana neste período adiou a questão até ao final do século, altura em que a conjuntura internacional (Guerra Franco-Prussiana, crise europeia), a baixa dos preços dos cereais a nível mundial, devido à invasão do trigo americano, e a necessidade de afirmação nacional em consequência da crise do Mapa Cor-de-Rosa, obrigaram os governos a agir de forma mais enérgica. Nos anos 80 multiplicaram-se os projectos de lei protecționistas, como o de Frederico de Gusmão Correia Arouca em 1888<sup>167</sup> e o do Visconde de Coruche em 1894<sup>168</sup>. Mas foi com a Lei dos Cereais de 15/7/1889 que o Ministro Eduardo José Coelho inaugurou uma verdadeira política

---

<sup>161</sup> António Martins da Silva – *op. cit.*, p. 349. No total só foram realizados cerca de 6.600 contos de réis, ao qual se pode somar a venda das Lezírias à Companhia das Lezírias, arrematadas por 2.000 contos de réis, o que soma c. 9.000 contos. A dívida que eles queriam pagar era de mais de 60.000 contos, por isso estes valores foram irrisórios...

<sup>162</sup> *Ibidem*, pp. 350-353.

<sup>163</sup> José Luciano de Castro – *op. cit.*

<sup>164</sup> Villaverde Cabral – *op. cit.*, p. 22.

<sup>165</sup> Carlos Bento da Silva – *op. cit.*

<sup>166</sup> José Maria do Casal Ribeiro, Marquês de Nisa, e João de Andrade Corvo – *Relatório e Projecto sobre o Comércio dos Cereaes*, apresentados ao Conselho do Commercio, Industria e Agricultura pela Comissão nomeada em sessão de 25/2/1864, Imprensa Nacional, Lisboa, 1864.

<sup>167</sup> Frederico de Gusmão Correia Arouca – *Projecto de lei sobre os cereaes*, Discurso pronunciado na Câmara dos Dignos Pares do Reino na sessão de 7/6/1888, Imprensa Nacional, Lisboa, 1900.

<sup>168</sup> Caetano da Silva Luz, Visconde de Coruche – *op. cit.*

proteccionista<sup>169</sup>. Ao proibir a importação de trigo exótico, excepto para quem tivesse comprado ou farinado trigo nacional em dobro, ou quando este no mercado excedesse certo preço, esta lei provocou o aumento do preço do pão, tornando-se odiosa para o consumidor directo<sup>170</sup>, o que a levou a ser apelidada de *Lei da Fome*. Basílio Teles defendeu a utilidade desta lei em 1899, afirmando que a arroteia da charneca alentejana só se deu mesmo com a “legislação especial que a veio proteger contra o artigo similar estrangeiro”<sup>171</sup>. De facto,

“ a curto prazo, e no que respeita ao consumidor directo, a lei tornou-se odiosa, visto ter encarecido artificialmente o pão (...) A longo prazo, e no que respeitava ao desbravamento de vastas áreas alentejanas e a uma melhor distribuição da população do sul, a lei trouxe inegáveis resultados proveitosos”<sup>172</sup>.

Esta lei foi alterada pelo Decreto de 27 de Agosto de 1891 e pelo Regulamento de 3 de Março de 1892, que permitiu a importação da quantidade de trigo exótico que o governo entendesse suficiente para preencher o deficit cerealífero anual<sup>173</sup>. Em 14/7/1899, Elvino de Brito promulgou uma lei mais restritiva das importações e com novo aumento das tarifas alfandegárias, meio para fomentar a produção de trigo e baixar a importação de cereal exótico.

Ao escrever em 1916 sobre a “Questão Cerealífera”, Salazar classificou todo o processo legislativo proteccionista desde do final do século XIX um

“insucesso legal (...) Apesar de tudo – do alargamento da área cultivada, da maior funda por hectare, dos esforços e boa vontade de todos – levadas ao máximo as garantias concedidas pela lei aos produtores de trigo, nem assim foi possível abastecer o país deste cereal. É este o facto saliente em face do qual se afirma que a lei proteccionista, desacompanhada de outras medidas de fomento agrícola, abriu manifesta falência (...) Para o consumidor, o enorme encarecimento do trigo, e por consequência do pão, foi o pior efeito do proteccionismo legal.

---

<sup>169</sup> Villaverde Cabral salienta que “foi durante dois ministérios presididos por Luciano de Castro que se promulgaram, precisamente, as leis proteccionistas da lavoura cerealífera, em 1889 e 1899!”, o mesmo que tinha defendido o livre-cambismo em 1856, *op. cit.*, p. 190. Este autor chama-lhe o “mandarim da política constitucional monárquica”, *ibidem*, p. 22.

<sup>170</sup> Oliveira Marques – “Trigo”, in Joel Serrão (dir.) – *D.H.P.*, vol. VI, p. 212. Ezequiel de Campos: comentou que “A lei dos trigos foi uma lei de sacrifício: quem mais pagou foi o consumidor, que é toda a Nação”, citado por Villaverde Cabral – *op.cit.*, p. 340.

<sup>171</sup> Bazilio Telles – *op. cit.*, p. 38. Segundo Jaime Reis, a Lei Basilar de Elvino de Brito “fora uma medida exigida principalmente pelos interesses agrários do Sul, com o objectivo de recuperarem o rendimento perdido durante os anos anteriores, em resultado parcialmente da invasão do trigo dos EUA”, “A ‘Lei da Fome’: as origens do proteccionismo cerealífero (1889 – 1914)”, in Afonso de Barros (coord.) – *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Seminário realizado em Dezembro de 1979, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Estudos de Economia Agrária, Oeiras, 1980, p. 130. Segundo este autor, “para a época não havia nada de notável em semelhante reacção a uma crise que estava a atingir a agricultura europeia por toda a parte, em consequência da invasão de produtos agrícolas a baixo preço vindos de além-mar”, *ibidem*, p. 97.

<sup>172</sup> Oliveira Marques – *Introdução à História da Agricultura...*, pp. 212.

<sup>173</sup> António de Oliveira Salazar – “Questão Cerealífera. O Trigo” (1916), *op. cit.*, p. 187.

Ou antes: o proteccionismo legal não é, e não tem sido essencialmente outra coisa que o encarecimento propositado, violento e periódico de todo o trigo necessário ao consumo”<sup>174</sup>.

Por este motivo, ao lançar a sua própria política proteccionista, Salazar fez questão de a acompanhar de “outras medidas de fomento agrícola”, expressas na legislação que acompanhou as Campanhas do Trigo do início dos anos 30. Tal como no final do século XIX, as medidas proteccionistas destas campanhas foram tomadas como consequência da crise internacional de 1929, a chamada *grande depressão*, e integraram-se na tendência europeia da época, aqui resumida por Landes:

“uma das características da política económica dos anos trinta foi uma tentativa de pôr a vida económica individual a coberto das perturbações vindas do exterior, conseguindo um melhor equilíbrio entre os diversos sectores da actividade económica”<sup>175</sup>.

No que diz respeito a Portugal, esta crise afectou sobretudo a tendência habitual para o escoamento demográfico: com a emigração vedada nesses anos, verificou-se um aumento das necessidades alimentares e do desemprego, o que naturalmente provocou uma deterioração das condições de vida.

Logo na primeira Campanha de 1929<sup>176</sup> verificou-se a intenção de envolver todos os ministérios<sup>177</sup> e os sectores da vida económica numa empreitada que pretendia mobilizar toda a população e que foi encarada como uma missão nacional, acompanhada da respectiva campanha publicitária<sup>178</sup>. Apesar disto a questão do desemprego não ficou resolvida, pelo contrário:

---

<sup>174</sup> *Ibidem*, pp. 199-202. De facto a produção do trigo sofreu um aumento, a nível nacional, “da ordem dos 100%, enquanto para Évora e Beja teria sido entre 200% e 300%, o que traduz uma acentuada tendência para a especialização regional da produção de trigo no Alentejo.” Este aumento resultou do aumento da área cultivada, ajudada pela introdução de adubos químicos, Jaime Reis – *op.cit.*, pp. 113-115.

<sup>175</sup> David S. Landes – *L'Europe technicienne. Révolution technique et libre essor industriel en Europe occidentale de 1750 à nos jours (The Prometheus Unbound)*, Gallimard, Paris, 1975, p. 536 (trad. da autora).

<sup>176</sup> Decreto-Lei nº 17.252 de 1929. A Campanha do trigo foi lançada pelo Ministro da Agricultura, o Coronel Henrique Linhares de Lima, “ao geito de uma operação militar” (*sic*), Eugénio Castro Caldas – *op. cit.*, p. 62. Os seus principais objectivos incluíam promover o aumento da produção do trigo até as necessidades de consumo, evitando assim a saída para o estrangeiro de importantes caudais de ouro e dignificar a indústria agrícola como a mais nobre e a mais importante de todas as indústrias e como primeiro factor da prosperidade económica da Nação.

<sup>177</sup> Decreto-Lei nº 17.290 de 31/08/1929 Autoriza a Junta Central da Campanha do Trigo em 1929-1930 a requisitar às direcções gerais e estabelecimentos e serviços dependentes dos vários ministérios o pessoal técnico, administrativo e menor de que carecer.

<sup>178</sup> Meios de acção: propaganda, assistência técnica, assistência financeira, exploração directa de terrenos incultos, auxílio em materia agrícola, facilidades para aquisição e escolha de adubos e sementes, prémios e subsídios de cultura. “A propaganda agirá pela imprensa, pelas publicações, pelo cinema, pela TSF, pelo cartaz (...) acção patriótica da imprensa”. A assistência financeira incluiu o crédito e um subsídio de 100\$ por ha de terreno inculto ou em cultura de vinha, que seja arroteado e cultivado de trigo. Além do subsídio, houve prémios monetários para os lavradores que obtivessem maior rendimento por ha. Na campanha de 1931-32 repetiram-se as intenções e os métodos, mas o título mudou para “Campanha de Produção Agrícola”, Decreto-Lei nº 20.113, de 27/7/1931.

“impossibilitado de emigrar para o estrangeiro e de arranjar trabalho compensador na sua terra, o desempregado rural opta pela outra alternativa possível: emigrar para as cidades (...) Cinco distritos – Beja, Évora, Portalegre, Setúbal e Santarém – precisamente os que cultivavam maiores áreas de trigo, concentravam em 1931 mais de 80% do total dos desempregados agrícolas do continente”<sup>179</sup>.

Outra consequência social gravíssima: os salários baixaram para metade. Por outro lado, os grandes beneficiários não foram tanto os

“latifundiários e rendeiros capitalistas do Alentejo, como sobretudo o grande capital industrial-comercial a montante da esfera agrícola, por um lado, e, por outro, a usura local, podendo esta última confundir-se, todavia, com a grande burguesia rural latifundiária”<sup>180</sup>.

Segundo Oliveira Baptista, a Campanha do Trigo “lançou uma política de apoio a este cereal cujas grandes linhas se mantiveram praticamente constantes até 1965 e cujas bases eram: apoio creditício para semear trigo e escoamento assegurado deste a um preço fixo”<sup>181</sup>. Para vários autores, entre eles José Machado Pais, esta campanha serviu de “suporte a uma complexa ‘aliança de classes’ envolvendo agrários e industriais”, a qual favoreceu “a indústria química adubeira e a indústria metalúrgica de construção de maquinaria agrícola” e, conseqüentemente, “a intensificação do consumo de adubos químicos e uma razoável mecanização da agricultura”<sup>182</sup>. Isto justifica o empenho de Alfredo da Silva da CUF como impulsionador desta campanha. O desenvolvimento industrial associado às Campanhas do Trigo tornou-se evidente nestes sectores, o que levou Fernando Rosas a afirmar que a política de desenvolvimento económico neste período assentou no “fomento industrial” e na “negação do dogma do ‘país essencialmente agrícola’”<sup>183</sup>. A resposta dos empresários agrícolas da época não se fez esperar:

“Com base nos latifúndios e nas explorações agrícolas de grande dimensão, que englobavam bons solos, constituiu-se um forte sector capitalista agrícola que se intensificou e capitalizou. Mesmo as explorações por arrendamento que se encontram nestas condições puderam caminhar neste sentido. Já as grandes explorações localizadas em manchas com piores condições de produção foram, na lógica do funcionamento económico capitalista, conduzidas

---

<sup>179</sup> Villaverde Cabral (orientador), José Machado Pais; Aida Valadas de Lima, José Ferreira Baptista, Maria Fernanda Marques de Jesus, Maria Margarida Gameiro – “Elementos para a história do fascismo nos campos: A ‘Campanha do Trigo’: 1928-38 (I), *Análise Social*, nº 46, 1976, p. 466-467.

<sup>180</sup> *Ibidem*, p. 472. Ver também Inácio Rebelo de Andrade – “Difusão de inovações e extensão rural em Portugal”, in *Economia e Sociologia*, nº 44, Évora, 1987, p. 19.

<sup>181</sup> Oliveira Baptista – “Política Agrária”, in Fernando Rosas e Brandão de Brito (dir.) – *op. cit.*, vol. II, p. 749.

<sup>182</sup> José Machado Pais – “Campanha do Trigo”, in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coords.) – *op. cit.*, p. 227. Também Villaverde Cabral afirma que quem mais beneficiou foram as indústrias dos adubos e da metalomecânica, *Materiais para a História...*, p. 98.

<sup>183</sup> Fernando Rosas – “Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária”, in *Análise Social*, vol. XXIX (128), 1994, p. 872.



para a coutada, o florestamento, a extensividade do cultivo associado a pouco gado ou para o abandono das terras ao mato”<sup>184</sup>.

Entre os lavradores que de facto intensificaram a sua produção agrícola as queixas contra estas medidas continuam até ao presente. São frequentes as acusações da intencionalidade do regime de Salazar em abater a sua classe, pois, na opinião de alguns, todas as políticas que levaram à introdução de elementos exteriores numa lavoura até então auto-sustentada que passou a depender da mecanização e dos adubos, e conseqüentemente à saída dos trabalhadores da agricultura, provocaram um enorme aumento das despesas e inviabilizaram os rendimentos dos agricultores. Numa das entrevistas realizada a um lavrador do concelho de Avis, ficou clara a sua posição perante estas alterações:

“Hoje é tudo a pagar e aquilo em que a produção aumentou em quantidade, desapareceu em despesas. Era preferível produzir 10% do que se produz hoje...”<sup>185</sup>.

Segundo o próprio Ministro da Economia em 1966, Correia de Oliveira, a política do período do pós-guerra, de fomento industrial, salários baixos, alimentação barata, baixos preços dos produtos agrícolas, foi intencional para desencorajar o investimento nesse sector<sup>186</sup>. Carlos Portas descreveu ao pormenor os malefícios da introdução da adubação, da mecanização e do capital na agricultura: o lavrador alentejano começou a usar os fertilizantes químicos, o que atirou para segundo lugar a antiga necessidade de descansar a terra, o que, em conjunto com as máquinas que facilmente arrancam matos arbustivos, contribuiu para a erosão do solo. Com a mecanização e os adubos,

“a fraca estrutura da maioria dos nossos solos fica por algum tempo destruída (...) O empresário agrícola alentejano, proprietários ou rendeiro, vivia até aos primeiros anos deste século numa economia dominada pelo auto-consumo, com um mínimo de circulação monetária, que lhe permitia defender-se melhor das condições climáticas desfavoráveis. Os assalariados eram parcialmente pagos em géneros alimentícios; o lavrador vivia no monte ajudado pelos seus filhos em idade de trabalho e não casados; o número de alfaias, máquinas

---

<sup>184</sup> Oliveira Baptista – “O Alentejo – entre o latifúndio...”, p. 265. Isto foi reafirmado pelo autor em vários textos, entre eles “A agricultura e a questão da terra: do Estado Novo à Comunidade Europeia”, *Análise Social*, vol. XXIX (128), 1994, p. 913. Ver também Michel Drain – *A Economia de Portugal*, Difel, Linda-a-Velha, 1995, p. 85.

<sup>185</sup> “foi a destruição da economia dumas empresas que eram rentáveis e hoje estão completamente entregues aos indivíduos dos *inputs*. São os gajos do gasóleo, são os gajos dos pneus, são as oficinas, é tudo. A conta pior que eu tenho é a conta *oficinas*, por exemplo. A seguir é a conta *adubos*, depois é a conta *química*, munda química, desinfecção de oliveiras. Depois são as máquinas vibradoras para apanhar azeitona. Vamos ver uma série de invenções feitas pela parte industrial da sociedade, que veio destruir uma coisa que esteve equilibrada durante milhares de anos (...) foi compensado pela saída dos postos de trabalho para as grandes cidades, para as grandes indústrias, para o comércio, para o sector dos serviços, etc. Há uma compensação automática. O que se lixa é um sector”, entrevista ao Dr. José de Carvalho, Monte Padrão, freguesia da Figueira e Barros, 5/7/1998.

<sup>186</sup> Villaverde Cabral – *op. cit.*, p. 103. Laura Graça também cita esta entrevista do Ministro do *Diário de Lisboa* em Agosto de 1966, comentando: “a lavoura, praticamente bloqueados os preços das suas principais produções, não só ficou impedida de capitalizar lucros, para reinvestir, como não pôde oferecer aos investidores de capital a remuneração e a segurança que encontravam em outros sectores”, *op. cit.*, p. 228.

e sementes a adquirir fora da exploração era reduzidíssimo; como fertilizantes usava o estrume. Uma economia deste tipo permitia poupanças substanciais: quando os cereais não davam ou o ano era de fome para os gados, os lavrador não arrecadava dinheiro, mas perdia relativamente pouco (...) A vida na vila ou na cidade, os filhos a estudar, a elevação monetária dos salários, vão obrigá-lo a realizar muito mais capital e a intensificar as vendas; a *modernizar-se*, no sentido económico”<sup>187</sup>.

No fundo os lavradores alentejanos foram obrigados a profissionalizar-se e a transformar-se nos tais *empresários agrícolas*<sup>188</sup>, dos quais já tinha havido alguns exemplos no século anterior, e que eram frequentes na vizinha Andaluzia, conforme descreve Martínez Alier<sup>189</sup>.

A política agrária do Estado Novo foi descrita exaustivamente por Fernando Oliveira Baptista na sua tese de Doutoramento<sup>190</sup>, na qual podemos observar a evolução significativa que se operou no mundo rural entre os anos 30 e 70 do século XX e os resultados dos sucessivos Planos de Fomento introduzidos em 1953, 1959, 1965, 1968 e 1974. Este autor distinguiu 4 períodos que caracterizam o comportamento político do regime em relação à agricultura:

1. 1926 – 1939: procura de auto-suficiência alimentar; o controlo político e social da sociedade rural; imposição de um baixo custo para o trabalho. Neste período salienta-se a organização corporativa da lavoura<sup>191</sup> e a criação dos respectivos Grémios, aquilo a que Fernando Rosas chamou a “cartelização corporativa”<sup>192</sup>.
2. 1939 – 1947: anos marcados pelos efeitos da guerra, “tornou-se mais imperiosa a preocupação com a auto-suficiência alimentar que agora se conjugava com a necessidade de assegurar o abastecimento do país a preços estáveis”.
3. 1947 – c. 1960: subordinação da agricultura ao processo de industrialização, expresso no IIº Plano de Fomento (1959), o qual incluía um projecto de expropriações, emparcelamentos, arrendamentos. “O projecto pretendia promover o parcelamento dos

<sup>187</sup> Carlos Portas – “O Alentejo: situação e perspectivas sócio-económicas”, in *Análise Social*, vol. V (18), Lisboa, 1967, p. 193.

<sup>188</sup> Definido por Eugénio de Castro Caldas do seguinte modo: “É pois o *Empresário*, através dos seus órgãos especiais de direcção e organização, quem reúne, regula e orienta os factores *Trabalho* e *Capital* com vista à produção de bens úteis, dentro do quadro da vida económica”. Citando um Ernest Laur, “o empresário agrícola tem por função reunir os capitais necessários à empresa, contratar os empregados e trabalhadores indispensáveis, determinar o sistema de cultura apropriado e os métodos a empregar e dirigir a exploração de modo racional. (...) de modo a atingir eficazmente objectivo da exploração que é realizar o maior lucro possível. (...) o agricultor não esquecerá também aquelas de ordem moral que lhe são ditas pelo seu papel de homem e de cidadão perante a comunidade da qual é membro...”, *O Problema Sociológico das Formas de Exploração da Propriedade Rústica em Portugal*, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1947, p. 16.

<sup>189</sup> O autor descreve os proprietários agrícolas cordobeses como empresários com uma mentalidade muito profissional, peritos em gerir herdades (“experto en manejar cortijos”), o que “responde a la necesidad, sentida por los mismos latifundistas, de presentar la propiedad de los cortijos como socialmente legítima”. E acrescenta: “los latifundistas se empeñan en llamarse a sí mismos ‘labradores’ o ‘empresarios’ más modernamente, precisamente para negar la acusación de superfluidad, de ilegitimidad, de que no pintan nada en el proceso productivo...”, *op. cit.*, pp. 212, 327-328.

<sup>190</sup> Oliveira Baptista – *Política Agrária (Anos 30 – 1974)*, ISA, Lisboa, 1984, publicada com o título *A Política Agrária do Estado Novo...* O tema da Campanha do Trigo foi desenvolvido nas pp. 159-165.

<sup>191</sup> Lei nº 1.957, de 31/5/1937.

<sup>192</sup> Fernando Rosas – “Rafael Duque...”, p. 773.

latifúndios no Sul e o emparcelamento dos minifúndios do Norte. (...) Pretendia-se agora uma empresa de dimensão média, capaz de assegurar o desafio económico à família agricultora, muito motorizada e mecanizada, fazendo largo consumo de produtos industrializados e constituindo um mercado para a indústria nacional”<sup>193</sup>. Porém, segundo Laura Graça, “os interesses dos grandes agrários e latifundiários venceram e a legislação acabou por deixar incólumes os direitos de propriedade”<sup>194</sup>.

4. c. 1960 – 1974: assistiu-se ao “abandono dos projectos intervencionistas nas estruturas agrárias e também ao desencadear de um grande êxodo que viria a repercutir-se fortemente na agricultura e na sociedade rural”. O sector agrícola deixou de ser capaz de responder às necessidades crescentes do consumo alimentar do país e começou o despovoamento rural. Ainda neste período, “as indústria de pasta de papel lançaram também iniciativas no domínio da arborização que, em conjunto com as do Fundo de Fomento Florestal, levaram à florestação de mais de um terço da área abandonada, nos campos do Sul, pela cultura arvense de sequeiro”<sup>195</sup>.

De facto, desde a Lei nº 2,005 de Fomento e Reorganização Industrial (1945)<sup>196</sup>, que a perspectiva para o desenvolvimento económico foi completamente alterada, passando este a ser encarado como resultado da “subordinação do sector primário ao sector secundário”<sup>197</sup>. Esta política teve como resultado grandes alterações no meio rural ao longo dos anos 60: “O país entrava em fase de crescimento económico auto-sustentado, a sua indústria desenvolvia-se exponencialmente, a importância relativa da agricultura decaía em termos drásticos e definitivos, a população começava a fugir em massa dos campos em direcção às cidades”<sup>198</sup>. A estagnação do produto agrícola levou as populações rurais a um “êxodo espectacular e desesperado”<sup>199</sup>, ou, nas palavras de Balabanian, um êxodo brutal e tardio que acompanhou o desenvolvimento industrial, o qual chegou a Portugal e a Espanha com um atraso de décadas em relação ao resto da Europa. A forte industrialização operada nos meios urbanos, sobretudo na região de Lisboa, acompanhada da construção do metropolitano e das zonas “dormitório” da cidade, criou um novo mercado de trabalho para a população rural, que foi atraída para uma “vida melhor” e sobretudo foi motivada pelas enormes disparidades salariais<sup>200</sup>.

---

<sup>193</sup> Oliveira Baptista – “Política Agrária”..., p. 752. Já a lei nº 2.072 de 18/6/1954 previra o parcelamento e a colonização das zonas beneficiadas pelas obras de hidráulica agrícola, mas não chegou a ser aplicada.

<sup>194</sup> Laura Graça – “Política Agrícola”, in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coords.) – *op. cit.*, p. 67.

<sup>195</sup> Oliveira Baptista – *op. cit.*, pp. 753-754.

<sup>196</sup> Lei nº 2,005, de 14/3/1945, concebida pelo sub-secretário de Estado do Comércio e Indústria Ferreira Dias, mas aprovada já após a sua saída do cargo. Prevê o auxílio do Governo à instalação de novas indústrias com a concessão de créditos, isenção de direitos de importação de máquinas, isenção de imposto de sêlo, e outras.

<sup>197</sup> Villaverde Cabral – *op. cit.*, p. 103.

<sup>198</sup> Luciano Amaral – *op. cit.*, p. 898.

<sup>199</sup> Eugénio Castro Caldas – *op. cit.*, p. 98.

<sup>200</sup> “O alentejano que vai para Setúbal (é) impelido por motivações de uma vida melhor”, Olivier Balabanian – *op. cit.*, pp. 299-300. Alier também refere o fenómeno da emigração nos anos 60, dos campos da Andaluzia para os grandes centros, provocado pela diferença de salários que se praticam na agricultura e nas outras actividades. Este autor distingue a emigração por atracção (salários mais altos) e por expulsão (quando as necessidades de trabalho são reduzidas pela introdução, por

O êxodo rural foi responsável, segundo Oliveira Baptista, por uma acentuada crise da lavoura alentejana, pois criou “condições mais favoráveis à luta dos trabalhadores agrícolas por salários mais elevados levantando, deste modo, problemas de sobrevivência a sistemas de produção assentes em força de trabalho extremamente barata e na procura de terra pelos seareiros. Nesta crise intervieram outros factores como a peste suína africana, que atingiu a produção porcina e situações climáticas desfavoráveis nos primeiros anos da década de sessenta”<sup>201</sup>. Afonso de Barros acrescentou:

“A luta reivindicativa do proletariado agrícola, que atingiu notável crescendo no início dessa década, a que se seguiu o surto emigratório e a mobilização militar, tiveram como consequência destruir um dos pilares do latifundismo: a mão-de-obra abundante e barata. Sob a pressão deste factor, acelera-se a mecanização da agricultura e, de entre os latifundiários, emerge uma fracção que abandona a racionalidade económica tradicional do latifúndio e se lança na modernização da actividade agrícola”<sup>202</sup>.

Os trabalhadores rurais do sul do país lutaram não só pelo aumento dos salários como pela redução do horário de trabalho para 8 horas diárias, a tónica principal das greves realizadas em Maio de 1962. O sucesso do movimento, associado à diminuição da pressão demográfica e à introdução de alguma indústria local (por exemplo as fábricas de concentrado de tomate), traduziu-se numa melhoria das condições de vida dos assalariados alentejanos, facto confirmado por José Cutileiro no seu estudo sobre uma freguesia do Alto Alentejo<sup>203</sup>, e por Balabanian, que salienta o desaparecimento dos “indicadores de miséria”:

“Com o arranque económico, a pobreza atenuou-se bruscamente, no decorrer dos anos 60, e deu lugar a um desafogo relativo. O desemprego foi diminuindo até desaparecer praticamente no início dos anos 70. Nessa altura só havia no campo um sub-emprego passageiro e a mão-de-obra começava a escassear”<sup>204</sup>.

Este grupo beneficiou também, já no final dos anos 60 e início dos anos 70, com a introdução do Regime de Previdência Rural, que finalmente concedeu o regime geral das

---

exemplo, de tractores), *op. cit.*, p. 3. Segundo Afonso de Barros “vultuosos contingentes de força de trabalho, formada no quadro do sector agrícola, alimentaram o crescimento da actividade industrial no País, assim como contribuíram para o desenvolvimento do capitalismo europeu”, *A Reforma Agrária...*, p. 16.

<sup>201</sup> Oliveira Baptista – *A Política Agrária do Estado Novo...*, p. 174.

<sup>202</sup> Afonso de Barros – *op. cit.*, p. 32. Esta mudança levou Luciano Amaral a afirmar: “o industrialismo, agora solidamente instalado na direcção da política económica, viria a marginalizar cada vez mais os princípios de reforma agrária: afinal, os velhos latifúndios pareciam estar a transformar-se em modernas explorações capital-intensivas, desse modo tornando aparentemente irrelevantes as medidas de reestruturação”, *op. cit.*, p. 902.

<sup>203</sup> “mais trabalhadores deixaram o campo e foram para a fábrica. As jornas agrícolas subiram, mas os salários da fábrica subiram proporcionalmente mais...”, José Cutileiro – *op. cit.*, p. 405.

<sup>204</sup> Olivier Balabanian – *op. cit.*, pp. 305-309. Ver também Oliveira Baptista – “A agricultura e a questão da terra: do Estado Novo à Comunidade Europeia”, *Análise Social*, vol. XXIX (128), 1994, p. 915.

caixas de previdência e abono de família aos trabalhadores rurais permanentes<sup>205</sup> (os eventuais continuaram excluídos), assim como legislação referente a convenções colectivas de trabalho e salários mínimos<sup>206</sup>.

“Traquinas – Quando chegou a altura do 25 de Abril, apesar de estar mau, já tinha melhorado um bocadinho.

– E porque é que tinha melhorado?

Traquinas – Penso eu, pela experiência que tenho, na altura aquilo melhorou foi na altura do Marcelo Caetano. Com diferenças poucas, mas sentiu-se uma melhora. Talvez pela evolução, melhorou um bocadinho. Depois de 25 de Abril é que as coisas mudaram mais depressa”<sup>207</sup>.

Tal como as anteriores interferências do Estado na orientação da agricultura, estas alterações não foram recebidas com grande satisfação pelos lavradores mais tradicionais. Ainda que não tenha havido uma resistência efectiva, o comentário de um dos maiores proprietários do concelho de Avis sobre as reformas de Marcelo Caetano ficou registado para a posteridade na memória de vários dos meus entrevistados: “Já o Salazar era socialista, agora este é comunista!” No entanto, “o regime especial de abono de família virado para os assalariados não levou à diminuição do êxodo, pois os montantes oferecidos não eram uma alternativa para os salários em França, na Alemanha ou mesmo em Lisboa e Setúbal”<sup>208</sup>.

A reacção dos lavradores alentejanos a esta nova situação fica exemplarmente demonstrada com as palavras de José Rebelo Raposo, ao lamentar-se dos “grandes encargos que a Lavoura tem de suportar com a situação calamitosa actual. Mas antes isto do que ter diante muitos desempregados, sem dinheiro para lhes dar trabalho...”<sup>209</sup>. E acrescenta que a lavoura tem de se adaptar a este aumento dos salários e à diminuição da mão-de-obra com a

---

<sup>205</sup> Lei nº 2.144, de 29/5/1969, mais tarde regulamentada pelos Decretos-Lei nº 277/70, de 18 Jun, 1970 e nº 445/70, de 23 Set, 1970. Até então a previdência social em meio rural era da responsabilidade das Casas do Povo, cuja actividade social incluía a assistência médica, subsídio pecuniário por doença e subsídio por morte para as famílias dos sócios falecidos. Sobre os três ramos que o regime de previdência rural contemplou em 1969, ver Oliveira Baptista – *A Política Agrária do Estado Novo...*, p. 398. Sobre as Casas do Povo, ver também Manuel de Lucena – “A herança de duas revoluções: continuidade e ruptura no Portugal post-salazarista”, in Mário Baptista Coelho – *op. cit.*, p. 512 e Villaverde Cabral (orientador), *el all* – “Elementos para a história do fascismo nos campos: A ‘Campanha do Trigo’: 1928-38 (II), *Análise Social*, vol. XIV (54), 1978-2º, *op. cit.*, pp. 382-387.

<sup>206</sup> Decretos-Lei nº 49.212, de 28/8/1969, nº 492/70, de 10/1970, e nº 377/73, de 24/7/1973. No Brasil este processo realizou-se bastante mais cedo e de forma mais completa: “A partir de 1961, a campanha reformista assumiu uma feição mais combativa e autêntica, ao tornar-se um dos propósitos legislativos fundamentais das forças políticas urbanas mais progressistas, que dependiam do voto rural para sua reeleição. Sua expressão mais alta foi o Estatuto do Trabalhador Rural, sancionado em maior de 1963, que estendeu o direito de sindicalização e outras regalias do trabalhador urbano ao assalariado agrícola”, Darcy Ribeiro – *As Américas e a Civilização*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970, p. 289.

<sup>207</sup> Entrevista a José Manuel Traquinas, tractorista, mais tarde membro da direcção da UCP *1º de Maio*, Avis, 12/6/1998. Traquinas é nome, não é alcunha.

<sup>208</sup> Oliveira Baptista – *op. cit.*, p. 399. Mariano Feio salienta que para este êxodo contribuiu a melhoria das comunicações e sobretudo a consciência da situação, que antigamente não existia: “vivia-se mal, mas sem comparações desvantajosas; hoje vive-se melhor, mas a imprensa, a rádio, a facilidade das viagens, etc., permitem saber que noutros lugares se ganha muito mais e se vive melhor; até se sabe quanto se ganha na França e na Alemanha!”, *op. cit.*, p. 8.

<sup>209</sup> José Rebelo Raposo – *op. cit.*, p. 33.

mecanização e a vedação dos gados. A questão das vedações e dos aramados foi apresentada por este autor e também por Mariano Feio e Balabanian como uma necessidade face à diminuição de mão-de-obra, que introduziu melhorias consideráveis, sobretudo na qualidade de vida dos pastores, que “viram o trabalho aliviado e a responsabilidade reduzida (...) Isto permite reduzir consideravelmente a mão-de-obra e dá a possibilidade às mulheres de viver permanentemente na aldeia ou na cidade. Com a motorização, quase total, os pastores podem deixar a exploração e ir ter com a família, pelo menos fora dos períodos de ponta. A criação de gado já não escraviza toda a família”<sup>210</sup>. Em resumo, segundo a maioria dos autores (e também os mais conceituados na matéria, desde Oliveira Baptista a Afonso de Barros), a sucessão dos acontecimentos foi a seguinte: emigração por atracção, diminuição da mão-de-obra na agricultura, crise na lavoura tradicional alentejana, necessidade de mecanização das explorações agrícolas, vedação, afastamento da tónica do trigo para uma orientação agrícola de maior diversidade cultural, abandono e reconversão das terras pouco aptas para a cerealicultura, intensificação cultural por adubação e selecção das melhores terras, florestação. Acrescenta-se ainda que a mecanização “levou a uma diminuição dos efectivos de gado de trabalho, possibilitando uma reconversão no sentido da produção de bovinos para carne e leite”<sup>211</sup>.

Como seria de esperar, Álvaro Cunhal e os seus seguidores descreveram toda a situação completamente ao contrário, afirmando que foram estas alterações que expulsaram os trabalhadores dos campos. Para Cunhal, “o apressamento considerável da introdução de máquinas e novos processos técnicos na agricultura começou repelindo desta, para longos períodos de desemprego e para outras actividades, milhares de assalariados rurais”<sup>212</sup>. Na mesma linha, Vítor Matias Ferreira afirma que a “crescente capitalização de determinadas explorações agrícolas” implicou “uma constante vaga de despedimentos, forçando a saída dos ‘montes’ de grande parte dos trabalhadores rurais e expulsando-os para as aglomerações urbanas”<sup>213</sup>, enquanto António Gervásio vai mais longe, insinuando mesmo que a intensificação da mecanização foi uma espécie de castigo inflingido pelos “agrários” aos

---

<sup>210</sup> Olivier Balabanian – *op. cit.*, p. 63. “A minha mãe ficava na lida da casa e o *mê* pai era pastor. Também às vezes ía para longe, estava aos 3 meses sem sabermos onde ele andava. Chamávamos ‘andar de mal andar’.” O que era isso? “Era andar pelas pastagens que compravam lá muito longe. Depois iam andando até que lá chegavam, andavam 2, 3 meses sem a gente saber deles”, entrevista realizada em Avis, 11/6/1998.

<sup>211</sup> João Lemos de Castro Caldas – *Parcerias agrícolas em Portugal no último meio século*, Tese de doutoramento apresentada ao Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, 1988, p. 234.

<sup>212</sup> Álvaro Cunhal – *op. cit.*, p. 385.

<sup>213</sup> Vítor Matias Ferreira – *Da Reconquista da Terra à Reforma Agrária (as ocupações de terras no Alentejo)*, A Regra do Jogo, Lisboa, 1977, p. 33.

trabalhadores por causa da luta de 1962 pelas 8 horas de trabalho<sup>214</sup>. Também o euro-deputado Joaquim Miranda da Silva fez questão de acentuar que a colocação dos aramados provocou um problema sociológico gravíssimo, pois extinguiu os postos de trabalho ligados à pecuária<sup>215</sup>. Tenho a acrescentar que no concelho de Avis a questão das vedações apenas se colocou nos anos 80, motivada pela absoluta falta de mão-de-obra com que os agricultores se depararam e também pelos incentivos propostos pela Política Agrícola Comum. Nas palavras do antigo gerente do Grémio, com os subsídios da PAC os agricultores de Avis

“limparam ribeiros, vedaram propriedades. Noutros tempos havia os ganadeiros, os homens que guardavam o gado. Hoje não há esses homens. E então os lavradores tiveram esses subsídios para fazer as cercas, para vedar as propriedades. Electrificação, construção de barragens...”<sup>216</sup>.

Todas as alterações verificadas na agricultura alentejana foram acompanhadas de medidas legislativas importantes: além das já referidas leis de fomento à mecanização, os regimes cerealíferos de 1966-1970 e 1971-1974<sup>217</sup>, e sobretudo este último, marcaram claramente a intenção de “eliminar a cultura cerealífera de vastas áreas inteiramente inaptas para este fim”. Esta legislação foi completada por importantes incentivos ao associativismo e cooperativismo agrícolas, que marcaram a fase final do Estado Novo: a criação do Fundo de Fomento de Cooperação destinado à concessão de crédito para instalação e funcionamento de cooperativas. O texto do Decreto que o criou define o modelo de exploração agrícola familiar e reconhece a necessidade de cooperação agrícola: “a agricultura, ainda quando estruturada em empresas familiares perfeitas – consideradas estas como unidades de exploração economicamente viáveis –, não pode, sem o recurso a uma inteligente cooperação, equipar-se tecnicamente por forma adequada à necessidade de racionalizar a produção, tal como não poderá, sem aderir a soluções cooperativas, penetrar nos sectores da comercialização e industrialização dos seus produtos”<sup>218</sup>. De facto, o sector cooperativo conheceu um desenvolvimento considerável neste período: se em 1945 havia 39 cooperativa em todo o

---

<sup>214</sup> António Joaquim Gervásio – “O PCP e a Resistência Contra a Ditadura Fascista no Concelho de Montemor-o-Novo”, separata da Revista *Almansor. Revista de Cultura*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, nº 12, 1994, p. 326.

<sup>215</sup> Dr. Joaquim Miranda da Silva, entrevista realizada em Portalegre em 28/8/1998.

<sup>216</sup> Entrevista a João Lopes Aleixo Cravidão, Avis, 12/6/1998. Esta é sempre uma questão muito pouco pacífica em qualquer época ou lugar: por exemplo, no final do século XIX no Midwest dos Estados Unidos a intenção de alguns colonos de vedarem as suas pequenas porções de terra para produção de agricultura diversificada, impedindo a tradicional passagem do gado dos grandes produtores de carne originou quase uma guerra civil, que foi exemplarmente retratada numa das bandas desenhadas do herói *Lucky Luke*, de Morris & Goscinny – *Arame Farpado na Pradaria*.

<sup>217</sup> O primeiro publicado no Decreto-Lei nº 46.595, de 15/10/1965, e regulamentado pelo Despacho de 10/5/1966 do Ministério da Economia, e o segundo no Decreto-Lei nº 491/70, de 22/10/1970.

território nacional, em 1950 havia 117, 319 em 1960, 487 em 1970 e 511 em 1973<sup>219</sup>. No dia 25 de Abril de 1974 o número de cooperativas em Portugal ascendia a 950, das quais 401 agrícolas (42,2% do total das cooperativas)<sup>220</sup>. Oliveira Baptista, comenta, no entanto, que todas estas medidas foram tomadas numa altura em que “se tinham abandonado quaisquer veleidades de intervenção estatal na estrutura agrária e a ênfase da política agrária ia, principalmente, no sentido de apoiar o capitalismo agrário”<sup>221</sup>.

A tendência descrita manifestou-se também na legislação sobre o arrendamento rural, a qual, segundo o mesmo autor, traduziu o apoio ao grande rendeiro capitalista típico do sul de Portugal e a “sobreposição, no seio do Estado Novo, dos interesses dos grandes agrários rendeiros sobre os dos grandes proprietários fundiários o que, aliás, se associa ao relevo que o grande capitalismo agrícola (por conta própria e/ou arrendamento) adquiriu nos anos sessenta, acompanhando o declínio do latifúndio tradicional”<sup>222</sup>.

### **1.3 – Algumas considerações sobre a Questão Agrária no período final do Estado Novo**

A noção de que o desenvolvimento industrial e a diminuição do peso da mão-de-obra agrícola era a melhor resposta para os problemas da economia rural portuguesa começou a ser desenvolvida, como já foi referido, por Rafael Duque nos anos 30, mas só foi explicitamente teorizada pelos agrónomos já nos anos 50, tendo esta corrente como principais defensores Eugénio de Castro Caldas e Carlos Portas: para o primeiro, era essencial dar ao agricultor um nível de vida adequado, transformá-lo num consumidor; para tal, “só a industrialização pode provocar no nosso país o ‘êxodo rural’ que é necessário para abrir aos campos o caminho da reorganização fundiária e do acréscimo da produtividade do trabalho”<sup>223</sup>. Carlos Portas reafirmou esta ideia no final dos anos 60, ao escrever: “sabemos que hoje a base fundamental

---

<sup>218</sup> Do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 44.720, de 23/11/1962, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49.294, de 28/8/1969, que alargou o âmbito do Fundo de Fomento de Cooperação a todas as associações de agricultores, sob qualquer forma legal, para instalação, funcionamento e fundo de maneio.

<sup>219</sup> Laura Graça – “Cooperativas Agrícolas”, in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coords.) – *op. cit.*, p. 417. Ver também Eugénio Castro Caldas – *op. cit.*, p. 184.

<sup>220</sup> Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 454/80, de 9/10/1980.

<sup>221</sup> Oliveira Baptista – *op. cit.*, p. 322.

<sup>222</sup> *Ibidem*, p. 373. A lei n.º 2114 (de 15/06/1962) previu contratos com um mínimo de 6 anos renováveis por mais 3, e a incapacidade do senhorio para renunciar os mesmos contratos: “considera-se o contrato renovado enquanto não for denunciado pelo arrendatário”.

<sup>223</sup> Eugénio de Castro Caldas – *Industrialização e agricultura*, II Congresso dos Economistas Portugueses, INE, Centro de Estudos Económicos, Lisboa, 1957, p. 55. Segundo Villaverde Cabral, o primeiro a falar desta problemática foi um tal Eng. Geraldo Coelho de Jesus, que escreveu em 1919 *Bases para Um Plano Industrial*. Longe da solução agrícola, este autor “é com certeza o primeiro português a ver claramente o desenvolvimento industrial como resposta positiva à pressão operária e



para o desenvolvimento é a indústria e não a agricultura”. Mas, para este autor, esse desenvolvimento não seria possível sem a “reconversão agrícola” e a “industrialização da província” do Alentejo, sobretudo dos seus centros urbanos, para os quais se deveria canalizar o movimento demográfico e em particular a “escolha intelectual aos diversos níveis, que vai do operário especializado ao licenciado superior”. Infelizmente, os centros urbanos do Alentejo não tinham crescido significativamente, nem tinham tido a capacidade de atrair estas profissões, continuando ainda em 1960 “mal dotados” de directores de empresa e quadros administrativos, engenheiros, médicos, advogados, “que são a chave para o arranque económico, social e cultural da sociedade alentejana”<sup>224</sup>. Também Mariano Feio demonstrou as vantagens da emigração como um modo de aumentar o nível de vida, contactar com outros ambientes, melhorar a alimentação e dar outra educação aos filhos. Simultaneamente, a diminuição da mão-de-obra na agricultura foi descrita por este autor como uma necessidade e um sinal de progresso<sup>225</sup>. Sobretudo quando se lidava com uma mão-de-obra cara e com baixo nível de produtividade.

Segundo Xavier Pintado, no seu relatório para a EFTA sobre a situação económica em Portugal, o aumento dos salários que se verificou na agricultura não foi “acompanhado de um acréscimo equivalente da produtividade da mão-de-obra rural ou de uma elevação correspondente dos preços dos produtos da exploração agrícola”<sup>226</sup>. Para este economista, representante oficial de Portugal na referida instituição europeia, as causas para os problemas da agricultura portuguesa encontravam-se na eterna questão da “deficiente estrutura da exploração rural”<sup>227</sup>. O seu plano de reforma institucional incluía o alargamento da rede de cooperativas agrícolas para a compra e utilização comum de material agrícola; para a transformação e venda dos produtos e para a obtenção de crédito. No entanto, uma vez que na sua opinião as cooperativas só podiam florescer num meio onde predomina a propriedade de dimensões médias, apenas uma Reforma Agrária poderia dar a sua contribuição para tornar a cooperação agrícola viável e prestimosa, implicando “o direito por parte dos poderes públicos, de expropriarem as terras que a execução dos planos requiera, sendo os respectivos

---

popular no sentido de uma melhoria substancial das condições de vida”. Porém, na época, “o ‘medo do operário’ bastava para tirar a vontade de industrializar a quem poderia eventualmente fazê-lo...”, *op. cit.*, p. 92.

<sup>224</sup> Carlos Portas – *op. cit.*, pp. 186, 199-202.

<sup>225</sup> Mariano Feio – *op. cit.*, p. 32.

<sup>226</sup> Valentim Xavier Pintado – *A agricultura portuguesa em face da necessidade de uma reconversão cultural*, Separata da Revista do Gabinete de Estudos Corporativos, nº 48, Ano XII, Lisboa, 1962, p. 5, publicado na Suíça sob o título *Structure and Growth of the Portuguese Economy*, European Free Trade Association, Geneva, 1964. Foi publicada uma segunda edição desta obra na Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2002.

<sup>227</sup> *Ibidem*, p. 36.

proprietários devidamente indenizados (...) a reforma agrária deve constituir parte de um plano global de reconversão da estrutura agrária, orientado essencialmente para a elevação do rendimento agrícola e a redução das situações de injustiça social no meio rural”<sup>228</sup>.

Como já se viu, o tema da Reforma Agrária não era novidade no discurso dos agrónomos portugueses, nem sequer entre os que trabalhavam dentro do regime: Henrique de Barros, cunhado de Marcelo Caetano e professor do Instituto Superior de Agronomia, desde há muito que estava empenhado em divulgar as vantagens de tal reforma em Portugal, argumentando, por exemplo, com os casos de Israel e do México<sup>229</sup>. Segundo as suas palavras em 1976, estes seus trabalhos, “sob a capa do rigor científico”, incluíam condenações implícitas aos programas e actos dos governantes da época, as quais ele fazia “em termos mais brandos ou menos rudes, e por isso mesmo, sem dúvida, menos carregados de hombridade”, mas que lhe permitiram continuar a viver e a trabalhar na sua profissão e no “país onde nascera e que nunca desejei abandonar por longo tempo”<sup>230</sup>.

Mais arrojado foi Álvaro Cunhal, cuja obra e percurso de vida o incluiu no grupo dos que frontalmente desafiaram o regime de Salazar, “e porque tiveram essa coragem, ou talvez essa imprudência, logo as suas vozes foram silenciadas pela prisão, a demissão, o exílio, a forçada clandestinidade ou simplesmente a ameaça aterrorizadora”<sup>231</sup>. A sua *Questão Agrária em Portugal*, apesar de incidir mais sobre o Norte de Portugal, apresentando a fuga dos campos como “o produto directo da derrota, da ruína, da proletarização dos pequenos agricultores”<sup>232</sup>, advoga o parcelamento e a formação de cooperativas ou a criação de grandes herdades do Estado. Já em 1964 Cunhal escrevia:

“A Reforma Agrária não beneficiará apenas os assalariados rurais. Ela beneficiará também a maioria esmagadora dos camponeses. As terras expropriadas aos grandes agrários devem ser entregues aos assalariados e aos camponeses pobres para que as utilizem como melhor entenderem: ou em explorações individuais, que só poderão garantir uma vida folgada aos camponeses se associados em cooperativas, ou como herdades do Estado”<sup>233</sup>.

---

<sup>228</sup> *Ibidem*, pp. 60-62. Sobre a questão das indemnizações aos proprietários expropriados, ver Ezequiel de Campos e Mário de Castro.

<sup>229</sup> Henrique de Barros – *Sobre o conceito de Reforma Agrária*, Tip. Leixões, Porto, 1950.

<sup>230</sup> *Idem* – “Extensão rural e reforma agrária”, Conferência pronunciada no Instituto Universitário de Évora em 1974, in Manuel Beça Múrias (coord.) – *Reforma e contra reforma agrária*, Cadernos de *O Jornal*, dir. Joaquim Letria, nº 4, Agosto 1976, p. 70.

<sup>231</sup> *Ibidem*.

<sup>232</sup> Álvaro Cunhal – *op. cit.*, p. 284.

<sup>233</sup> *Idem* – *Rumo à Vitória. As Tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*, Edições “A Opinião”, Porto, 1974. Relatório apresentado ao Comité Central do Partido Comunista Português em Abril de 1964 por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido, p. 55. Este discurso foi repetido na sua obra seguinte: “Lutamos por melhores salários, pela limitação da jornada de trabalho, pela defesa dos direitos da mulher e da criança, contra as mais diversas formas de intensificação da

De facto, a solução do parcelamento das terras do sul do País persegue a literatura agrária ao longo dos séculos. Nas palavras de José Rebelo Raposo,

“O Parcelamento coercivo da propriedade agrícola, chamado Reforma Agrária, é o caso mais popular da panaceias receitas à Lavoura e compreende-se: tirar aos ricos para dar aos pobres, fascina... A imaginação popular ainda liga grande propriedade a terreno inculto ou mal aproveitado. Na realidade passa-se hoje exactamente o contrário. As maiores propriedades do Sul são normalmente as mais bem cultivadas e aproveitadas”<sup>234</sup>.

Tal como Raposo em 1962, também Villaverde Cabral criticou este tipo de solução, anunciando em Paris em Maio de 1974 o fim das reformas agrárias. “Cai por base a palavra de ordem: ‘a terra aos que a trabalham’”, uma crítica directa à obra de Cunhal:

“Prisioneiro, por reacção, da própria ideologia do fascismo, Álvaro Cunhal agarra-se ao conceito de ‘reforma agrária’ como a um ‘abre-te, Sésamo’ (...) depois da viragem de 58-62, a crença pia da reforma agrária torna-se tão obsoleta como a crença pia no ‘Portugal essencialmente agrícola’; (o livro de Cunhal) pertence, ideologicamente, ao mundo pré-industrial que Portugal abandonava já a passos largos”. Acrescenta ainda que o atraso da reflexão cultural e social em Portugal atingiu nos anos 60 “as raias do ridículo” e que Álvaro Cunhal representava “uma tendência ideológica que vive de um padrão estabelecido nos anos 30 e que, entre nós, se caracteriza em grande parte por esse traço específico do atraso do capitalismo que era o superproteccionismo cerealífero: o autor tem, pois, dificuldade em adaptar-se à ideia de que esse mundo que lhe servia de referência se vai esboroando...”<sup>235</sup>.

Se de facto a agricultura portuguesa tinha sofrido uma evolução considerável e, felizmente, a imagem de miséria que caracterizava o mundo rural dos anos 30 e 40 se estava a “esboroar”, a ideia de Reforma Agrária, pelo contrário, não estava tão “obsoleta” como Villaverde Cabral pensava. Surgia, isso sim, sob novos matizes: em vez de defender a divisão e redistribuição de terras na linha da colonização prevista até então, as novas propostas incidiam sobre as formas colectivas de propriedade e de exploração da terra e a formação de grandes unidades de produção. Foi nestes termos que Blasco Hugo Fernandes apresentou em 1969 a solução para os problemas agrícolas, adaptando a Portugal o modelo soviético das grandes herdades do Estado (já referidas também por Cunhal), nas quais os “grandes empresários patronais” poderiam desempenhar “funções de gerentes, desde que revelem a

---

exploração. Defendemos os interesses dos pequenos agricultores (...) Inscrevemos a Reforma Agrária entre os objectivos fundamentais da revolução democrática e nacional. Defendemos que sejam expropriados os latifúndios e as grandes explorações capitalistas, cujas dimensões, para efeitos de expropriação, devem ser determinadas por lei tendo em conta a natureza do terreno, os tipos de cultura e o valor do produto. Defendemos que as terras expropriadas sejam entregues aos assalariados e aos camponeses pobres (proprietários, rendeiros e parceiros), dividindo e distribuindo em uns casos a terra para ser explorada individualmente ou em cooperativas e estabelecendo em outros casos a exploração directa pelo Estado”, *Idem – A Questão Agrária em Portugal...*, p. 387.

<sup>234</sup> José Rebelo Raposo – *op. cit.*, p. 22.

<sup>235</sup> Villaverde Cabral – *op. cit.*, pp. 108-109, 574. O texto foi escrito em Londres em 1972 e Paris em Fevereiro-Maio de 1974, *ibidem*, p. 111.

competência e a eficiência exigidas pelo cargo e se submetam às normas que regem as cooperativas de trabalho estabelecidas”<sup>236</sup>.

Mais cuidadoso, o também Engenheiro Agrónomo Júlio Silva Martins destacou igualmente os malefícios da estrutura fundiária portuguesa, retomando os temas do latifúndio como um bloqueio ao desenvolvimento económico e o arranque industrial das zonas rurais, da falta de vias de comunicação e equipamento eléctrico básico; do absentismo e dos arrendamentos com contratos demasiado curtos e sem investimentos na terra. Sugeriu uma Reforma Agrária conduzida institucionalmente por meio de cooperativas, empresas gigantes ou associações de produtores primários, transformadas em verdadeiras entidades económicas gestoras da actividade do agregado local, regional ou mesmo nacional<sup>237</sup>. Se este projecto de Reforma Agrária teve um forte impacto no período que se seguiu à Revolução de 25 de Abril de 1974, servindo de inspiração directa aos legisladores e aos mentores do movimento, não deixou, no entanto, de constituir um anacronismo. Apesar de não se ter caracterizado pelo padrão do parcelamento de terras há muito anunciado, e sim pela concentração ainda maior e pela constituição de novos latifúndios (se bem que com características diferentes dos anteriores), a Reforma Agrária iniciada em Portugal no final de 1974 não deixou de seguir um modelo antigo, ensaiado na União Soviética 50 anos antes e que ainda se pensava ser eficiente.

As características do modelo seguido introduziram outra grande novidade no movimento, que até então não tinha sido contemplada em qualquer dos projectos apresentados: o grupo social que se pretendia beneficiar deixou de ser o dos ditos *camponeses*, os pequenos agricultores (proprietários, rendeiros ou parceiros), e passou a ser o dos trabalhadores assalariados. A classificação profissional *Trabalhador* passou nesta época a englobar uma série de categorias perfeitamente distintas e que variaram entre o *feitor* e todos os *criados justos* da grande lavoura até chegar aos mais eventuais dos trabalhadores alentejanos, contratados tanto à jorna como à tarefa. Se estes trabalhadores permitiram alguma integração num regime de (quase) igualdade social e salarial (se bem que com grandes resistências e nunca com integração completa, por exemplo no caso dos vários ganadeiros – vaqueiros, pastores, que sempre mantiveram estatutos privilegiados dentro das

---

<sup>236</sup> Blasco Hugo Fernandes – *Para uma Reforma Agrária em Portugal*, Prelo, Lisboa, 1969, p. 86. O mesmo autor já tinha publicado uma compilação de textos sobre o tema: *Agricultura, Reforma Agrária e Desenvolvimento Económico. «Simpósio por correspondência»*, Prelo, Lisboa, 1967.

<sup>237</sup> Júlio Silva Martins – *op. cit.*

cooperativas), a intenção de integrar os referidos pequenos agricultores neste grupo falhou redondamente, o que revelou ser um dos maiores obstáculos ao sucesso da Reforma Agrária portuguesa.

Resumidamente, era este o panorama intelectual que acompanhava as questões agrárias no início dos anos 70, uma época de relativa acalmia e prosperidade nos campos do sul de Portugal. Contudo, grandes alterações se anunciavam: 1973 foi um mau ano agrícola, enquanto o mundo inteiro se via a braços com a crise do petróleo, com a qual a economia portuguesa também sofreu<sup>238</sup>. A Revolução dos Cravos que se seguiu alterou definitivamente a estrutura social e política do mundo rural português. Como se viu, as soluções propostas não ficaram muito longe das apresentadas pelos inúmeros autores aqui descritos. Grande parte dos temas foram retomados na legislação emitida em 1974 e 1975, e depois em 1977, como por exemplo o subaproveitamento da terra e a obrigatoriedade de a cultivar<sup>239</sup> (herdeira da Lei das Sesmarias), a culpabilização dos proprietários absentistas, a necessidade de assistência técnica e financeira do Estado<sup>240</sup>, assim como o acesso ao crédito.

#### **1.4 – As imagens do Alentejo na Literatura Neo-Realista Portuguesa**

Praticamente todos os temas desenvolvidos pelos autores que se dedicaram à Questão Agrária Portuguesa acabam por aparecer, com maior ou menos intensidade, na literatura sobre o mundo rural. Depois de apresentadas as origens históricas deste problema, segue-se uma brevíssima incursão por uma parte da literatura portuguesa do século XX<sup>241</sup>, na qual os problemas das populações ligadas à actividade agrícola são expostos de forma totalmente diferente, mas cujo conteúdo acaba por ser semelhante ao dos discursos, memórias e teses apresentadas atrás. Tal como os autores destas obras, também os escritores de ficção sofreram influências fisiocráticas. As relações de amor ou de ódio pela propriedade, pelo trabalho do campo, pela agricultura em geral motivaram-nos a escrever, nalguns casos, verdadeiras sagas

---

<sup>238</sup> Ver Rafael Dúran Muñoz – “A crise económica e as transições para a democracia: Espanha e Portugal em perspectiva comparada”, *Análise Social*, vol. XXXII (141), 1997, pp. 369-401, artigo no qual o autor analisou a incidência ou repercussão que a crise económica internacional desencadeada em 1973 teve nos processos democratizadores acontecidos tanto em Portugal com em Espanha em meados dessa década.

<sup>239</sup> Decreto-Lei nº 660/74, de 25 Nov, 1974.

<sup>240</sup> Lei Oliveira Baptista: Decreto-Lei nº 406-B/75, de 29 Jul, 1975.

<sup>241</sup> Ver também César Oliveira – “Caciquismo e poder local na literatura sob o Estado Novo”, in César Oliveira (dir.) – *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, Temas e Debates, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996, pp. 325-341 e José Pacheco Pereira – *Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal*, in António Barreto (dir.) – *op. cit.*, 2º vol., pp. 120-126.

(Fernando Namora chama-lhes “epopeias”<sup>242</sup>), com personagens que retratam os principais grupos sociais da ruralidade e os respectivos pontos de contacto e afastamento, as tensões, sociabilidades e dramas que os envolvem.

Para se obter tal profundidade de abordagem é necessária uma vivência que estes autores revelam sem dúvida, como é o caso de Alves Redol ou de Fernando Namora, expoentes máximos do Neo-Realismo português. Ambos viveram em íntimo contacto com as populações que depois retrataram nas suas obras<sup>243</sup>, o primeiro no Ribatejo e no Baixo Alentejo e o segundo na Beira e no Alentejo, mais precisamente em Monsanto e depois em Pavia, lugares onde esteve colocado como médico logo que acabou a licenciatura. Ana Paula Ferreira salientou que “a preferência (se bem que não exclusiva) pela região rural do Sul do País (Ribatejo e Alentejo) que se evidencia no romance neo-realista justificar-se-ia pelo facto de que muitos dos seus autores são naturais dessa região ou nela estão radicados”<sup>244</sup>. Mais tarde, no final dos anos 40, Alves Redol foi para o Douro, assistiu às fainas da vinha e do vinho e escreveu a série *Port Wine*<sup>245</sup>. Nestes casos, como no conjunto das obras desta corrente, os autores testemunharam, de forma quase jornalística, os comportamentos, o imaginário, as formas de acção dos grupos sociais mais desfavorecidos. Ora, não foi por coincidência que os autores, só por terem vivido no meio retratado, seleccionaram os temas e as personagens das suas obras. Foi precisamente a sua escolha intencional dos grupos de trabalhadores, ladrões ou apenas pobres como protagonistas, descritos de forma tão minuciosa, que marcou ideologicamente um novo tipo de literatura.

Vários autores destacaram esta forte componente do Neo-Realismo português, como foi o caso de Garcez da Silva, que o descreve como “realismo socialista”<sup>246</sup>: segundo este

---

<sup>242</sup> O autor usa o termo intencionalmente, pois o neo-realismo “ousou a árdua movimentação de numerosas figuras romanescas, contrapondo vários planos sociais num enquadramento de larga amplitude”, o que nos deixou uma panorâmica muito vasta da sociedade portuguesa – “Em torno do Neo-Realismo”, in *Um sino na Montanha. Cadernos de um escritor*, 6ª ed. (1ª ed. de 1968), Publicações Europa-América, Mem Martins, 1991, p. 213.

<sup>243</sup> Segundo Fernando Namora, os principais autores “eram muitos deles de origem humilde ou tinham contactado tão estreita e solidariamente com os homens simples e amargurados”, *Esboço Histórico do Neo-Realismo*, Academia das Ciências de Lisboa, Separata das «Memórias» (Classe de Letras – Tomo VII), Lisboa, 1961, p. 9.

<sup>244</sup> Ana Paula Ferreira – *Alves Redol e o Neo-Realismo Português*, Caminho, Lisboa, 1992, p. 33. Urbano Tavares Rodrigues também apresenta uma justificação para a escolha do Alentejo como cenário privilegiado desta corrente: “O Alentejo, com seus agudos problemas sociais (...) parecia dever oferecer aos escritores neo-realistas um campo excelente de investigação e laboração romanesca”, *Alto e Baixo Alentejo*, Coleção Antologia da Terra Portuguesa, 3º vol., Livraria Bertrand, Lisboa, 1958, p. 21. Este “regionalismo” é encarado por João Pedro de Andrade como “um novo incitamento, pois que permitia sectionar os problemas, dar o *tonus* dos ambientes, particularizar o humano” e como exemplos apresenta os *Gaibéus*, *Esteiros*, *Avieiros* e *Fanga*, “Ambições e Limites do ‘Neo-Realismo’ Português”, in José Augusto França (org.) – *Tetracórnio. Antologia de inéditos de autores portugueses contemporâneos, meio século XX de literatura portuguesa*, e. a., Lisboa, 1955, p. 56.

<sup>245</sup> *Horizonte Cerrado, Os homens e as sombras; Vindima de sangue* (1949-53).

<sup>246</sup> Garcez da Silva – *Alves Redol e o Grupo Neo-Realista de Vila Franca*, Caminho, Lisboa, 1990, p. 28.

contemporâneo e companheiro do grupo de Alves Redol em Vila Franca de Xira, a primeira designação foi “inventada para iludir a vigilância censória quanto ao verdadeiro sentido deste movimento artístico-literário, empenhado num projecto de sociedade socialista”<sup>247</sup>, ou, como escreveu Alexandre Pinheiro Torres, “foi uma máscara eufemística para ludibriar a censura ditatorial pois a palavra ‘socialismo’ não podia ser impressa”<sup>248</sup>. Face às limitações da época no que diz respeito à liberdade de expressão, a literatura foi a “única expressão viável de aspectos da vida social que, noutras circunstâncias, teriam cabido ao jornalismo, à política e ao livro doutrinário”<sup>249</sup>. O aspecto panfletário e a forte componente pedagógica das primeiras obras não era, porém, completamente disfarçado, como se pode ler no prefácio da obra *Fanga*, de 1943, no qual Alves Redol deixou bem clara a sua intenção politicamente conotada:

“este livro é um acto de acusação. Jurei pela minha honra dizer a verdade e só a verdade. Tenho-o feito lealmente, sem baixar os olhos”<sup>250</sup>.

Também Soeiro Pereira Gomes, que dedicou a sua obra *Esteiros* (1941) aos “filhos dos homens que nunca foram meninos”, atreveu-se a publicá-la com um prefácio de Álvaro Cunhal<sup>251</sup>, na época já bem conhecido das autoridades e assíduo frequentador das prisões políticas. Pouco tempo depois, em 1946, o mesmo autor escreveu *Praça de Jorna*, que não é uma obra literária, mas um autêntico manual de instruções para os trabalhadores alentejanos, um “esboço sobre a maneira como utilizar as praças de jorna ou praças de trabalho no Movimento de Unidade Camponesa para o derrubamento do fascismo”<sup>252</sup>, e cujos textos de doutrinação e ensinamentos políticos circulavam impressos em papéis pardos nos meios operários e rurais e eram lidos à noite nos “encontros dos cabeços”<sup>253</sup>.

---

<sup>247</sup> *Ibidem*, p. 79. Acrescenta ainda que a expressão foi usada pela primeira vez por Joaquim Namorado num artigo sobre Armando Fontes publicado no jornal *O Diabo* de 31/12/1938.

<sup>248</sup> Alexandre Pinheiro Torres – *O Neo-realismo literário português*, Moraes, Lisboa, 1977, p. 14. Também Carlos Reis, na sua “Apresentação crítica” da obra *Textos Teóricos do Neo-Realismo Português*, Seara Nova, Editorial Comunicação, Lisboa, 1981, afirma que o neo-realismo se baseia numa concepção marxista do fenómeno literário, e que o escritor tem uma “condição de identidade socialmente posicionada (...) Encarando a literatura como uma forma de consciência social, o neo-realismo valoriza a dimensão ideológica da criação literária, bem como a sua capacidade de intervenção sociopolítica”, p. 16.

<sup>249</sup> Mário Sacramento – *Há uma estética neo-realista?*, 2ª ed., Vega, Lisboa, 1985, p. 22. O próprio Alves Redol afirmou que os *Gaibéus* foram “um compromisso deliberado da reportagem com o romance”, “Breve memória para os que têm menos de 40 anos ou para quantos já esqueceram o que aconteceu em 1939”, prefácio à 6ª ed. dos *Gaibéus*, em 1965, incluído na 18ª ed., Caminho, Lisboa, 1993, p. 49.

<sup>250</sup> Alves Redol – *Fanga*, 11ª ed., Caminho, Lisboa, 1995, p. 31.

<sup>251</sup> Soeiro Pereira Gomes – *Esteiros*, prefácio de Álvaro Cunhal, Sírius, Lisboa, 1941.

<sup>252</sup> *Idem* – *Praça de Jorna* (1ª ed. de 1946), PCP, Lisboa, 1976, p. 26.

<sup>253</sup> Mesmo as restantes obras literárias de Soeiro Pereira Gomes, como *Engrenagem*, 2ª ed. (1ª de 1944), Editorial Avante, Lisboa, 1979, e sobretudo as compilações de contos e crónicas da vida nas fábricas e no Ribatejo em geral, assim como a vida nas prisões (*Contos Vermelhos*, Edições do MJT, Lisboa, 1974), revelam objectivos educativos e moralizantes dentro do espírito do Partido Comunista, como se pode ler num dos contos do livro *Refúgio Perdido*, de 1950 (publicado já depois da

No que diz respeito ao presente trabalho, a leitura destas obras (sobretudo as da primeira fase da corrente, marcada pela ruralidade<sup>254</sup>) teve como objectivo principal a síntese das imagens que se construíram sobre o Alentejo. O uso da literatura como fonte histórica tem toda a legitimidade neste caso, especialmente porque ao ser confrontada com as restantes fontes, sobretudo as orais, permite-nos uma apreensão muito mais abrangente da realidade e uma síntese do que significava, no Alentejo dos meados do século XX, ser um *lavrador*, um *ganhão*, um *médico*, um *pastor*, uma *ratinha*, uma *criada* e tantas outras categorias ocupacionais cuja correspondência com as profissões actuais já não se consegue estabelecer<sup>255</sup>. Como fonte para o retrato do mundo rural alentejano não se podem também descurar algumas obras de naturalistas de menor nomeada que se dedicaram especialmente ao Alto Alentejo, como é o caso de Hipólito Raposo (parente do já citado Pequito Rebelo) que escreveu um livro de contos em 1911, intitulado *Boa Gente*, e de Noel Teles, pseudónimo de Manuel Teles de Carvalho, mais tarde professor na Sorbonne e autor de *Cartas do Ermo* (1940), *Lua Santa* (1942) e *Terra Campa* (1947). Ambos latifundiários, um no Gavião, outro no concelho de Avis, escreveram sobre a sua infância e as férias no campo e sobre os trabalhadores das suas herdades, relatando a sua visão e as suas experiências numa perspectiva agradável, muito longe da corrente neo-realista aqui descrita.

Também a obra de Miguel Torga, integrado por António José Saraiva e Óscar Lopes no *Romantismo*, nos mostra, “por vezes de uma forma tensamente dramática, a dura e simples coragem da vida humana rural e animal...”<sup>256</sup>.

Infelizmente, todos estes livros tiveram e continuam a ter uma divulgação muito reduzida. Sem dúvida que a leitura dos neo-realistas é uma escolha difícil, pela intensidade dramática dos temas, pela crueza das descrições, pelo que é de desagradável a consciência de que a realidade, sobretudo a realidade do meio rural, podia ser horrível, contrariando a tendência (ainda hoje em grande forma entre uma certa elite urbana) para a apresentar de forma bucólica e paradisíaca. Com esta corrente entrou-se claramente em conflito aberto entre

---

sua morte e incluindo um prefácio de Manuel de Azevedo com um relato do seu funeral em Alhambra), no qual um jovem que foi comprado pelo patrão para denunciar uns colegas e ser promovido a capataz, depois arrependeu-se a ponto de se suicidar.

<sup>254</sup> E por uma “atmosfera provinciana, a única bem caracterizável no nosso meio e até aí esquecida ou falsificada pela literatura...”, Fernando Namora – *Esboço Histórico do Neo-Realismo...*, p. 3. Sobre o estabelecimento de fases para o Neo-Realismo, ver os comentários de Alexandre Pinheiro Torres – *O Movimento Neo-Realista em Portugal na sua primeira fase* (1ª ed. 1977), Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, Lisboa, 1983, pp. 17-20.

<sup>255</sup> Para as definições mais completas e rigorosas destas e de mais umas centenas de categorias ocupacionais rurais já em desuso, ver Conceição Andrade Martins e Nuno G. Monteiro (orgs.) – *A Agricultura: Dicionário...*



o estético e o ético, e esta dicotomia tornou-se o principal tema da grande discussão entre a corrente neo-realista e os autores da revista *Presença*<sup>257</sup>, cujo maior defensor foi Eugénio Lisboa, para quem os novos escritores descuidaram “os valores estéticos mais elementares”. Nas suas palavras podemos encontrar alguma admiração pelo “rasto de generosidade espontânea e coragem, além de uma mão cheia de nomes que a história literária não há-de esquecer”, mas sobretudo uma violenta crítica à forma que este tipo de literatura assumiu, na qual o conteúdo se tornou mais importante que a arte<sup>258</sup>. Eugénio Lisboa não deixou de repetir os comentários que foram feitos logo às primeiras obras, aos quais o próprio Alves Redol respondeu no prefácio da primeira edição da sua obra pioneira *Gaibéus*, em 1939, afirmando sem sombra de dúvida a sua vontade de fazer prevalecer a componente ética na sua obra:

“Este Romance não pretende ficar na literatura como obra de arte. Quer ser, antes de tudo, um documentário humano fixado no Ribatejo. Depois disso, será o que os outros entenderem...”<sup>259</sup>.

Fernando Namora acentuou esta posição comentando que os novos escritores surgidos nos anos 1937-40 eram

“naturalmente desobedientes a uma literatura estagnada”, o que não deixou de fazer cair estas primeiras obras num “populismo literário, plangente e monocórdico, que se destinava a cortejar o sentimentalismo das massas...”<sup>260</sup>.

Era arrojado o objectivo de chegar “às grandes massas”, face aos altos de níveis de analfabetismo que ainda hoje não estão completamente eliminados. Por exemplo, em 1981 a taxa nacional de analfabetismo encontrava-se ainda acima dos 20%, enquanto nos distritos alentejanos essa taxa alcançava os 35% e em Avis ultrapassava os 40% (ver anexo 5). Se de

---

<sup>256</sup> António José Saraiva e Óscar Lopes – *História da Literatura Portuguesa*, 7ª ed. (1ª ed. de 1955), Porto Editora, Porto, s. d., p. 1094.

<sup>257</sup> O primeiro número saiu em Coimbra em 10/3/1927, fundada por José Régio, o mais importante representante do movimento. Entre a sua obra salientam-se os contos passados em Portalegre, como por exemplo o “Davam grandes passeios aos domingos...” (1941), in *Obra Completa. Contos e Novelas*, intr. de Eugénio Lisboa, INCM, Lisboa, 2000, pp. 25-78. Também Miguel Torga pertenceu à direcção da revista que teve 54 números e durou até 1940, ver António José Saraiva e Óscar Lopes – *op. cit.*, 1090-1101. Para João Pedro de Andrade, a acção da *Presença* “tendia a mobilizar-se num intelectualismo sem saída” e “atardava-se agora no culto de valores estéticos” que se “revelaram inoperantes ante os novos conceitos”, *op. cit.*, p. 52.

<sup>258</sup> Eugénio Lisboa – *Poesia portuguesa do «Orpheu» ao Neo-Realismo*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação e Cultura, Amadora, 1980, pp. 92, 120.

<sup>259</sup> Alves Redol – *Gaibéus...*, p. 31. Estas declarações foram inspiradas no que tinha escrito Jorge Amado em 1933 sobre o seu romance *Cacau*: “Tentei contar neste livro, com um mínimo de literatura para um máximo de honestidade, a vida dos trabalhadores das fazendas de cacau do sul da Baía. Será um romance proletário?”, citado por Pinheiro Torres – *op. cit.*, p. 15.

<sup>260</sup> Fernando Namora – *op. cit.*, p. 5. No mesmo ano (1961), o autor escreveu: “Daí tratar-se de uma mensagem mais humana do que literária, desdenhando tanto os virtuosismos como as teorizações...”, “Prefácio” de *Casa da Malta*, 15ª ed. (1ª ed. de 1945), Publicações Europa América, Mem Martins, 1990, p. 28.

facto se assistiu a algum alargamento do público leitor, em paralelo com uma “democratização da atmosfera universitária”, cujo universo começou a ter “uma forte representação das classes desfavorecidas”<sup>261</sup>, e portanto com alguma propensão para os temas de eleição desta corrente, isto não quis dizer que a literatura neo-realista tivesse tido uma divulgação extraordinária. Para tal contribuiu o facto desta corrente sempre ter assumido uma conotação ideológica muito forte à qual muitos não se queriam associar.

“As pessoas decentes não têm ideias. Quem tem ideias são os políticos, pagos para isso mesmo, e uns intelectuais ‘possidónios’ que não se sabem vestir e que escrevem para o povo, já que as pessoas decentes não lêem livros escritos em português”...<sup>262</sup>

O facto dos primeiros neo-realistas terem sido considerados pelos seus opositores um grupo de jovens “insensíveis aos valores estéticos”<sup>263</sup>, isso não diminui a sua qualidade literária ou até o prazer da sua leitura. Certamente a sua “insensibilidade” era intencional, pois o que eles queriam mostrar era precisamente a falta de qualquer beleza na vida do grupo social retratado. Ou melhor, ao denunciarem as condições de vida do operariado rural e dos grupos mais desprivilegiados, estes autores revelaram uma beleza diferente, resultante do carácter quase épico que emergia da desgraça, onde o horror produzia o sublime. Mesmo no meio de circunstâncias tão adversas ao que habitualmente encontramos em literatura, é frequente lermos páginas plenas de sensibilidade, prosas de puxar às lágrimas, diálogos que nos fazem rir e sobretudo situações que nos fazem pensar bastante sobre o que é realmente importante na vida<sup>264</sup>.

Ao procurar as raízes do Neo-Realismo, Urbano Tavares Rodrigues constatou que esta corrente foi assim chamada “por analogia e contraste com o realismo, ao tempo revolucionário, da geração de 70”<sup>265</sup>. Seria certamente interessante desenvolver o tema da Questão Agrária e da Neo-Fisiocracia na literatura Realista do séc. XIX: desde Camilo Castelo Branco com *A Queda dum Anjo* (1865) e as *Novelas do Minho* (1875-77), a Júlio Dinis com *As Pupilas do Senhor Reitor* (1866), *Uma Família Inglesa* (1868), *A Morgadinha dos Canaviais* (1868) e os *Serões da Província* (1870); e a Eça de Queirós com a *Ilustre Casa de Ramires* (1897) e *A Cidade e as Serras* (1901). Só como exemplo, o tema das virtudes da

---

<sup>261</sup> *Idem* – “Em torno do Neo-Realismo”, *op. cit.*, p. 209.

<sup>262</sup> Luís de Sttau Monteiro – *Angústia para o jantar* (1961), Livros Unibolso, Lisboa, s. d., p. 70.

<sup>263</sup> Eugénio Lisboa – *op. cit.*, p. 93.

<sup>264</sup> “as primeiras obras neo-realistas não eram tão lineares e primárias como se tem pretendido: ainda hoje somos obrigados a reconhecer que algumas delas se contam entre as obras definitivas da nossa literatura contemporânea, continuando a impressionar-nos por certas virtudes, força, autenticidade, grandeza, que dificilmente se encontram nas mais recentes...”, Fernando Namora – *Esboço Histórico...*, p. 13.

ruralidade em contraste com os malefícios da vida nas cidades anunciado no século XVIII por António Henriques da Silveira (que diz que as cidades e vilas “entretêm grande número de ociosos, inimigos do trabalho, e inúteis para a cultura dos campos”<sup>266</sup>), Domingos Vandelli e Soares de Barros e continuado nos séculos seguintes por Alexandre Herculano, Caetano da Silva Luz<sup>267</sup>, Leon Poincard, Anselmo de Andrade e Lino Netto, está perfeitamente exemplificado na corrupção que sofre a personagem principal d’*a Queda dum Anjo*, Calisto Elói de Silos e Benevides de Barbuda, ao tomar contacto com a decadência da capital. Na mesma linha de pensamento, o Jacinto d’*A Cidade e as Serras* faz o percurso inverso, trocando Paris e a vida mundana pelas “cousas da lavoura”, sobre a qual passou a realizar “solidas palestras agrícolas”, dedicando-se às responsabilidades familiares e acompanhando a preguiça da sua Joanhinha<sup>268</sup>.

Alguns autores, como António José Saraiva e Óscar Lopes na sua *História da Literatura Portuguesa*, revelam-nos as características de continuidade entre estas duas correntes, sobretudo no facto do Neo-Realismo ser “uma nova tomada de consciência da realidade portuguesa, de certo modo análoga à da geração de 70, mas que já conta com o interesse dos estratos sociais progressivamente amplos”, além de constituir “uma redescoberta da vida rural, ou de qualquer modo regional, mas encarada com uns olhos aos quais o pitoresco só interessa em função de relações sociais precisas”<sup>269</sup>.

Ana Paula Ferreira, por outro lado, dissertou sobre as influências românticas no Neo-Realismo, sobretudo de Camilo Castelo Branco, a quem chama o “precursor” do movimento, e sobre os retratos das personagens das diferentes camadas sociais que são precursores dos estereótipos apresentados 60 anos mais tarde pelos autores neo-realistas<sup>270</sup>. Quanto à influência directa do Realismo sobre Alves Redol, a mesma autora encontra-a nas várias

---

<sup>265</sup> Tavares Rodrigues – *Um novo olhar sobre o Neo-Realismo*, Morais, Lisboa, 1981, p. 13.

<sup>266</sup> António Henriques da Silveira – *op. cit.*, p. 49.

<sup>267</sup> O Visconde de Coruche defendeu o protecçãoismo cerealífero, “ainda que não seja senão para manter no campo os que, à falta de emprego, emigram para as cidades, onde de um momento para o outro pode faltar o trabalho ou crescer a escoria social dos vadios e parasitas...”, Caetano da Silva Luz – *A Agricultura e o Paiz. A Independencia e a Liberdade definidas pela cultura dos cereaes*, segunda conferência feita na Real Associação Central da Agricultura Portuguesa em 17/5/1886, Typ. Universal, Lisboa, 1886, p. 25.

<sup>268</sup> *Eça de Queiroz – A Cidade e as Serras*, Livraria Lello & Irmãos, Porto, 1944, pp. 341-346. Ver o comentário de Pinheiro Torres – “A ‘Cidade e as Serras’ e as falsas soluções sociais do socialismo utópico proudhonista e do socialismo burguês de hoje” (1975), in *O Neo-realismo...*, pp. 91-109.

<sup>269</sup> António José Saraiva e Óscar Lopes – *op. cit.*, pp. 1108-1114.

<sup>270</sup> Nas *Novelas do Minho*, “Camilo faz a apresentação de uma realidade rural, enquadrada num período histórico específico, e povoada de tipos característicos cujas falas, crenças e relações interpessoais se revelam determinadas em grande parte pela classe socioeconómica a que estão ligados”, Ana Paula Ferreira – *op. cit.*, pp. 25-31, 37-41.

coincidências entre *A Ilustre Casa de Ramires* e o *Barranco de Cegos*, esta última descrita como “crónica social e política, novela romântica e esboço épico”<sup>271</sup>.

Contudo, a maioria dos especialistas do Neo-realismo salienta as divergências e a absoluta inovação desta corrente, sobretudo no que diz respeito aos já referidos protagonistas: das elites, com todas as suas fragilidades e grande parte das vezes em processo de decadência, passa-se ao retrato das “figuras populares, matéria-prima da ficção neo-realista”<sup>272</sup>. O povo transforma-se no herói<sup>273</sup>, mas com características que o desviam dos heróis tradicionais. As figuras mais miseráveis e sobretudo os grupos<sup>274</sup>, mais que os indivíduos, adquirem uma dignidade até então nunca reconhecida, “perdem-se na multidão anónima e tornam-se símbolos”<sup>275</sup>. Os seus problemas há muito que eram apontados nas obras dos teóricos. No entanto, estas referências encaravam os grupos populares de uma forma apenas utilitária: se se descreviam as deficientes condições de vida, a má alimentação, as doenças, era simplesmente para justificar a baixa produtividade do trabalho e propor soluções para o aumento da produção de alimentos e da riqueza nacional<sup>276</sup>, portanto razões puramente económicas.

Com Ferreira de Castro e a sua obra *Emigrantes*, publicada em 1928, assinala-se “o primeiro reconhecimento público de um realismo novo em Portugal”<sup>277</sup>. Também o tema da emigração tinha preocupado autores como Oliveira Martins, mas era a primeira vez que as “desumanidades da emigração” eram denunciadas numa obra literária, o que “impressionou numerosos leitores”<sup>278</sup> na sua época. As grandes transformações a nível mundial que se

---

<sup>271</sup> No capítulo “Crónica, melodrama, história: em torno da memória realista de *Barranco de Cegos*”, *ibidem*, pp. 244-257.

<sup>272</sup> Alves Redol – “Breve nota de culpa”, in *Barranco de Cegos*, 11ª ed. (1ª ed. de 1962), Caminho, Lisboa, 1998, p. 21.

<sup>273</sup> “Inocentes, malditos e heróis: a representação das personagens populares no romance neo-realista” é o título de um dos capítulos da tese de Ana Paula Ferreira – *op. cit.*, pp. 134-151. Também Fernando Namora acentua a “atitude de compadecimento da parte do escritor pelos seus heróis, conduzindo-os a assumir o carácter exaltado e lírico dos símbolos”, “Em torno do Neo-Realismo”, *op. cit.*, p. 208.

<sup>274</sup> Como diz Alves Redol em 1965 no prefácio dos *Gaibéus*, “O tema nasce no colectivo de um rancho de ceifeiros migradores...”, *Gaibéus*, 18ª ed...., p. 48. Carlos Reis apontou esta característica do neo-realismo que o distingue das correntes anteriores: sobre o referido rancho de ceifeiros, diz ele que é “indiscutivelmente a personagem nuclear (...) a narrativa obedece fundamentalmente à dinâmica do colectivo”, *O Discurso Ideológico do Neo-Realismo Português*, Dissertação de Doutoramento em Filologia Românica, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, Livraria Almedina, Coimbra, 1983, p. 482. O mesmo autor resume do seguinte modo os temas mais visados da literatura neo-realista: “serão aqueles que se ligam ao proletariado e à sua condição económica: conflito social, alienação e consciência de classe, posse da terra, opressão, decadência dos estratos dominantes, etc.”, *Textos Teóricos...*, p. 17.

<sup>275</sup> João Pedro de Andrade – *op. cit.*, p. 57.

<sup>276</sup> Por exemplo, segundo Casal Ribeiro e Andrade Corvo, “Um povo bem alimentado é um povo activo, vigoroso...”, por isso era necessário melhorar a alimentação das classes pobres, *op. cit.*, p. 17.

<sup>277</sup> António José Saraiva e Óscar Lopes – *op. cit.*, p. 1105. João Pedro de Andrade afirma que o nascimento do Neo-Realismo se deu antes, na *Revista de Portugal*, dirigida por Vitorino Nemésio, onde António José Saraiva levantou o cisma contra a *Presença*: “É uma vaga que vem? Oponhamos-lhe outra vaga”; e que Ferreira de Castro “pela sua atitude de liberada de intervenção (...) havia de ser considerado precursor da nova tendência”, *op. cit.*, pp. 54-55.

<sup>278</sup> António José Saraiva e Óscar Lopes – *op. cit.* Ferreira de Castro escreveu de seguida o romance *A Selva* (1930) sobre a sua experiência no Brasil. Já nos anos 50, as três novelas *A Missão*, *A Experiência*, e *O Senhor dos Navegantes*, mas sobretudo a segunda (sobre o percurso de vida de um casal de órfãos depois que o asilo onde viviam fechou por falta de

observaram nos finais dos anos 20 e a ruptura dos sistemas políticos e económicos das maiores potências tiveram reflexos na literatura. Para “um grupo de jovens ligados entre si por uma inquietação comum”<sup>279</sup>, todos residentes em Vila Franca de Xira e activos colaboradores na imprensa local<sup>280</sup>, os grandes acontecimentos destas décadas, sobretudo a Guerra Civil de Espanha, tiveram uma repercussão importantíssima nas suas vidas e carreiras literárias<sup>281</sup>. A figura de proa do grupo era sem dúvida Alves Redol colaborador activo dos jornais *Mensageiro do Ribatejo* e *O Diabo*, este último fundado em 1934 por Horácio Virgílio da Cunha e no qual Soeiro Pereira Gomes também escreveu. Mais tarde a revista *Vértice*, fundada em 1942, teve igualmente um papel importante na divulgação das principais ideias do movimento.

Esta geração foi marcadamente influenciada por correntes literárias estrangeiras, especialmente, nas palavras de Carlos Reis, o “realismo socialista divulgado pelas obras de Gorki, no romance americano da chamada ‘geração perdida’ (Steinbeck, Caldwell, Hemingway e outros) e sobretudo no romance brasileiro nordestino...”<sup>282</sup>. Segundo Garcez da Silva, além dos autores atrás referidos, Alves Redol leu a tradução castelhana de 1934 da obra de Plekhanov (1856-1918), um pensador marxista russo, assim como o romance *Cimento* de Fédor Gladkov (1883-1959), escrito em 1925, e toda a obra de Federico Garcia Lorca, fuzilado em 1936 na Guerra Civil de Espanha<sup>283</sup>. Encontra-se em todos estes autores uma filiação directa ao ideário comunista que torna inseparáveis a cultura e a política e que consagrou oficialmente o Realismo Socialista como doutrina estética oficial do seu movimento<sup>284</sup> e “método fundamental da literatura e da crítica soviéticas” que exigiam do artista uma “representação sincera e historicamente concreta da realidade no seu desenvolvimento revolucionário”, o que se pode traduzir por uma literatura impregnada de

---

fundos), revelam um autor com todas as características do Neo-Realismo na sua fase mais madura, no qual está presente “um incontestável convencimento da verdade social, psicológica e sensorial, e uma bela tensão de luta”, *ibidem*, p. 1106.

<sup>279</sup> Garcez da Silva – *op. cit.*, p. 27.

<sup>280</sup> Ver António Pedro Pita, Luís Augusto Costa Dias, Idalina Mesquita – *A imprensa periódica na génese do movimento neo-realista: 1933-1945. Pesquisa. Resultados. Catálogo*, Museu do Neo-Realismo, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1996.

<sup>281</sup> “um mundo que acabava de ser experimentado na guerra de Espanha para mergulhar numa outra guerra ainda mais reveladora da urgência de certos problemas e do quanto todo o homem neles participava. Os jovens que ascendiam para a literatura eram chamados irrefreavelmente a interferir, tornando-se a arte uma voz directa e persuasiva dessa interferência...”, Fernando Namora – “Em torno do Neo-Realismo”, *op. cit.*, p. 207.

<sup>282</sup> Carlos Reis – *Textos Teóricos...*, p. 27. Pinheiro Torres salienta ainda entre as influências os livros *La Crise du Progrès*, de Georges Friedman, que põe em questão o capitalismo e o trabalho das massas, e *La Conscience Mystifiée*, de Henri Lefebvre e Norbert Gutermann, de 1936, e outros livros de marxistas franceses, *O Movimento Neo-Realista...*, pp. 36-40.

<sup>283</sup> Garcez da Silva – *op. cit.*, p. 84. Estas influências já tinham sido descritas por João Pedro de Andrade – *op. cit.*, p. 53.

<sup>284</sup> Expressa no congresso dos escritores soviéticos de 1934, João Madeira – *Os Engenheiros de Almas. O Partido Comunista e os Intelectuais (dos anos trinta a inícios de sessenta)*, Editorial Estampa, Lisboa, 1996, p. 277.

*partiinos*<sup>285</sup>. Não podemos esquecer também o ambiente visual, tanto plástico como cinematográfico da época, nitidamente imbuído do mesmo estilo realista-socialista<sup>286</sup>, cujo ponto mais alto se pode encontrar na *Guernica*, que Picasso pintou em 1937 após o bombardeamento desta vila Basca pelas forças alemãs. Na mesma linha, é de referir a pintura de Diego Rivera (sobretudo os murais da Cidade do México) e Frida Khalo, e de Grant Wood nos Estados Unidos, cujo quadro mais significativo intitula-se *American Gothic*, de 1930, e retrata o ambiente rural nas figuras de um pai e uma filha, lavradores na sua quinta. Em Portugal salienta-se a obra de Almada Negreiros, Júlio Pomar e Fernando Lanhas<sup>287</sup>.

No que diz respeito ao cinema, tanto europeu como norte-americano, algumas obras foram fundamentais na exposição das ansiedades ligadas à modernização, como é o caso do filme *Metropolis*, de Fritz Lang (1926), uma visão futurista e fantástica produzida numa escala arrasadora, cuja crítica à mecanização e à proletarização se enquadra perfeitamente no tema em estudo. O mesmo se pode dizer do *Charlot nos Tempos Modernos*, de 1936, uma sátira na qual vagabundo se transforma numa peça de uma máquina a apertar porcas todos os dias<sup>288</sup>. Também os filmes da série B americana, com James Cagney e Humphrey Bogart que retratam o submundo do crime e da lei da proibição das bebidas alcoólicas, assim como o épico *As Vinhas da Ira*, realizado em 1940 a partir do romance de John Steinbeck, com Henry Fonda. Um pouco mais tarde o cinema italiano inicia a sua caminhada para o Neo-Realismo com o filme *O ladrão de bicicletas*, de 1949, atingindo o esplendor com Fellini e *Le Notti di Cabiria*, de 1957, e *La Dolce Vita*, de 1959. Em Portugal, os temas ligados ao mundo rural também fizeram parte do cinema produzido nos anos 30, entre os quais se destacam *Douro*, *Faina Fluvial*, de Manoel de Oliveira, de 1931 e *Gado Bravo*, de António Lopes Ribeiro, em 1934. No entanto, a chancela do Estado é muito forte nesta época e as obras de maior destaque inserem-se numa corrente de propaganda cujo mais flagrante representante é o filme *Revolução de Maio*, de António Lopes Ribeiro, de 1937<sup>289</sup>. As influências do Neo-Realismo

---

<sup>285</sup> David Caute – *Le Communisme et les intellectuels français 1914-1966*, Gallimard, Paris, 1967, pp. 387-391.

<sup>286</sup> “Les beaux-arts devenaient une arme politique”, *ibidem*, p. 409. Também António Areal define o realismo-socialista como “a expressão artística querida duma burocracia partidária dogmática”, *Textos de crítica e de combate na vanguarda das artes visuais*, s. e., Lisboa, 1970, p. 41.

<sup>287</sup> Sobre a expressão plástica do movimento em Portugal, ver, por exemplo, Fernando Alvarenga – *Afluentes Teórico-Estéticos do Neo-Realismo Visual Português*, Edições Afrontamento, Porto, 1989 e Artur Portela – *Salazarismo e Artes Plásticas*, Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1982.

<sup>288</sup> Ver o comentário de Pinheiro Torres – “O que é o Neo-Realismo: notas para as novas gerações de não iniciados” (1963), in *O Neo-realismo...*, p. 36.

<sup>289</sup> Segundo o preâmbulo do Decreto-Lei nº 22.966, de 14/8/1933, considerava-se o cinema sonoro “um poderoso meio de educação e cultura que bem merece a atenção dos Poderes Públicos” com “valiosa influência na vida social” que podia ser utilizado “com grande proveito para a Nação”. “Com *Revolução de Maio* observa-se o início da participação efectiva do Estado na produção de filmes”, pois foi produzido directamente pelo Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), cujo

fizeram-se sentir no cinema timidamente, mas com enorme sensibilidade, com o filme *Aniki Bóbó*, de Manoel de Oliveira, de 1942.

Todo este ambiente intelectual, em conjunto com a consciência social adquirida pela experiência pessoal de Alves Redol, produziram o romance épico *Gaibéus*, classificado por Óscar Lopes como “a primeira manifestação ficcionista de fôlego do movimento neo-realista”<sup>290</sup>. A influência dos escritores brasileiros é, no entanto, a mais nítida, revelando-se até em certos “brasileirismos vocabulares e sintáticos”: para António José Saraiva e Óscar Lopes, os primeiros romances de Alves Redol tinham um “estilo que de início acusava demasiadamente, sobretudo nas tiradas líricas, a influência de Jorge Amado”<sup>291</sup>. De facto, o mais conhecido autor baiano já em 1933 escrevia sobre a vida dos trabalhadores das fazendas, no seu romance *Cacau*. O seu precursor, José Lins do Rego, tinha acabado de publicar as suas memórias de infância nas obras *Menino de Engenho* e *Doidinho*, cuja perspectiva de menino rico, neto do dono do engenho de açúcar, não o impediu de tomar consciência da pobreza da população rural do Nordeste Brasileiro, mais precisamente da Paraíba:

“Os livros começavam a ensinar-me a ter pena dos pobres (...) E ali metido na roupa do pobre, melancolicamente verificava que era um rico”<sup>292</sup>.

A sua descrição da vida das crianças que viviam no engenho do seu avô lembra um Alentejo não muito longínquo:

“Andorinha, Macacheira, Periquito – chamavam-se assim. Os seus nomes, eles mesmos até os esqueciam (...) Em pequenos achavam graça ao que os molequinhos diziam. Amimavam-nos como aos cachorrinhos pequenos. Iam crescendo, e iam-nos afastando da sala de visitas. E quanto mais cresciam mais baixavam na casa-grande. Começavam a lavar cavalos, a levar recados. Os mais inteligentes ficavam, como o Zé Ludovina, no serviço doméstico do suserano. Os outros perdiam o nome, bebiam cachaça, caíam no eito”<sup>293</sup>.

---

presidente, António Ferro, era um “homem que, amando e confiando no cinema, iniciou e tornou realidade tal política, que serviu, aliás, com entusiasmo e com devoção”, Fernando Fragoso e Raul Faria da Fonseca – *A Maravilhosa História da Arte das Imagens. 1895-1939*, Aladino, Lisboa, 1949, p. 692.

<sup>290</sup> Óscar Lopes – “*Gaibéus* – Uma leitura (uma lição) cinquentenária”, prefácio da 17ª ed., in Alves Redol – *Gaibéus...*, p. 7. “foi profusamente saudado pela crítica interessada, marcando oficialmente o advento da escola”, João Pedro de Andrade – *op. cit.*, p. 54.

<sup>291</sup> António José Saraiva e Óscar Lopes – *op. cit.*, pp. 1105-1115. Tavares Rodrigues também acentuou a influência das “narrativas épicas e líricas de Jorge Amado”, *op. cit.*, p. 13. E João Pedro de Andrade diz mesmo que “As influências do romance brasileiro, com Jorge Amado à cabeça, eram por vezes tão directas que afluíam o *pastiche*”, *op. cit.*, p. 54.

<sup>292</sup> José Lins do Rego – *Menino de Engenho – Doidinho* (Primeiras edições de 1932 e 1933, respectivamente), Edições Livros do Brasil, Lisboa, s. d., pp. 206, 211. O tema autobiográfico com uma forte componente de descrição da vida rural da Paraíba, desde o estudo das elites aos dos trabalhadores rurais, foi continuado no romance *Usina*, de 1936.

<sup>293</sup> *Ibidem*, p. 211. Sobre as alcunhas, ou *anexins*, como era frequente chamar a estes nomes, ver Francisco Martins Ramos – *Os Proprietários da Sombra. Vila Velha Revisitada*, Universidade Aberta, Lisboa, 1997.

Depois dos trabalhadores rurais, Jorge Amado continuou a retratar os grupos mais desfavorecidos em *Mar Morto*, de 1936, sobre os pescadores, e em 1937 publicou um dos mais impressionantes livros que se escreveram sobre crianças: *Capitães da Areia*. Numa fase mais madura e elaborada, surgiu em 1960 o grande épico sobre o caciquismo rural *Gabriela, Cravo e Canela*. Notam-se, sem dúvida, semelhanças nos percursos literários destes dois autores, no estilo e nos temas abordados. Se Jorge Amado retratou os grupos populares que melhor conhecia pela sua vivência pessoal, também Alves Redol nos descreveu logo no início da sua carreira literária as vivências de um dos grupos mais miseráveis que se encontravam na primeira metade do século XX no meio rural português: os ranchos de trabalhadores migrantes que sazonalmente se deslocavam às zonas de grande propriedade para realizar os trabalhos mais duros da ceifa, neste caso do arroz, e actividades complementares, os quais necessitavam grandes quantidades de mão-de-obra num período específico e curto. A natureza do trabalho obrigava a uma urgência só possível em empreitada, o que baixava os custos da mão-de-obra. Por isso mesmo os trabalhadores locais, geralmente insuficientes, ressentiam-se com os baixos salários pagos e era frequente a tensão entre os dois grupos e por vezes alguns conflitos declarados. Este tema é retomado por Manuel da Fonseca em *Cerromaior* (1943), por Fernando Namora em *Casa da Malta* (1945) e *O Trigo e o Joio* (1954) e ainda por Saramago em *Levantado do Chão* (1980). Como exemplo, temos as palavras de Tóino Revel, personagem de *Cerromaior*:

“Aqueles algarvios estragavam tudo, punham a jorna de rastos (...) Aquilo devia ser proibido, caramba! Estragavam tudo. Até as mocinhas de treze anos metiam a foice na seara. Um homem casado e com um filho – e uma fedelha qualquer vinda lá de cascos-de-rolha a roubar-lhe a jorna”<sup>294</sup>.

O rancho dos *Algarvios* que se deslocava a Santiago do Cacém, cenário deste romance, tem grandes semelhanças com os ranchos de *Gaibéus*, vindos das Beiras e do Alto Alentejo para a Lezíria ao Sul do Tejo, onde encontravam os “‘rabezanos’, ou assalariados locais do Ribatejo, que os detestam, porque eles lhes desvalorizam as jornas e os empurram para a estiva ou para o trabalho fabril mais distante”<sup>295</sup>. No fundo, ambas as classificações são sinónimas e surgiram como termos depreciativos da gíria popular criados nas diversas regiões, assim como os *Ratinhos* (no Alentejo), os *Beirões*, os *Bimbos* (que iam para o

---

<sup>294</sup> Manuel da Fonseca – *Cerromaior*, 7ª ed., Editorial Caminho, Lisboa, 1997, p. 150. A revelação deste conflito entre os diferentes grupos de trabalhadores rurais foi visto pelo Partido Comunista Português como um desvio dos padrões temáticos da corrente neo-realista, pois apresentava “os camponeses” como “uma classe sem consciência política...”, João Madeira – *op. cit.*, p. 278.



Algarve), os *Caramelos* (que iam para a região de Coimbra), os *Minhotos*, os *Picamilhos*, os *Saquênhos* (apanhadores de azeitona que traziam um saco no braço com a sua refeição<sup>296</sup>), os *Serranos* (tosquiadores de ovelhas<sup>297</sup>), e tantas outras variantes. Os *Galegos*, por outro lado, eram mais comuns nas cidades de Lisboa e Porto, onde adquiriam características de maior permanência e realizavam todo o tipo de trabalho, desde serviços domésticos até ao pequeno comércio ambulante. Também nas vinhas o trabalho dos *galegos* era bem aproveitado: grande parte dos socalcos do Douro foi construída no último quartel do século XIX por pedreiros “arraianos” da Galiza<sup>298</sup>. Todos os trabalhadores migrantes tinham em comum o facto de serem contratados por *engajadores* que os recrutavam no seu local de residência (onde habitualmente detinham uma pequena exploração agrícola ou artesanal) e negociavam os termos do contrato com os lavradores. Chegados ao local da empreitada, os ranchos eram divididos em *camaradas*, cada uma dirigida por um *manageiro* ou *capataz*<sup>299</sup>, figura odiosa que mereceu uma atenção especial por parte de Alves Redol. Numa das mais explícitas cenas dos *Gaibéus*, um ceifeiro (sem nome) entra em delírio por causa da sede, imaginando a sua foice a degolar o capataz, “aquele vendido – que eles, ceifeiros, eram só alugados...”<sup>300</sup>.

O drama deste grupo é de facto contado com pormenores arrepiantes também encontrados no romance *Esteiros* de Soeiro Pereira Gomes, publicado em 1941, sobre a vida das crianças que apanhavam lama para fazer telhas na margem do Tejo<sup>301</sup>. As semelhanças desta obra com os *Capitães da Areia* não se resumem ao facto de descreverem a vida miserável de grupos de crianças, ou, nas palavras de Urbano Tavares Rodrigues, de

---

<sup>295</sup> Óscar Lopes – “*Gaibéus* – Uma leitura...”, *op. cit.*, p. 10.

<sup>296</sup> Esta designação tem correspondência com os *Bóia-fria* no Brasil, apanhadores de laranjas ou de outros frutos que levam a sua refeição para o trabalho, comendo-a já fria.

<sup>297</sup> Descritos por Silva Picão como “tosquiadores de lã que se deslocam em *camaradas* da Serra da Estrela para o Alentejo desde o fim de Abril até meados de Junho para as empreitadas de tosquia das ovelhas. Em aperfeiçoamento são os serranos que passam por melhores”, *op. cit.*, pp. 107-108.

<sup>298</sup> Fernando Namora revelou uma sensibilidade muito particular em relação aos ratinhos e ao modo como eram vistos pelos alentejanos, ver, por exemplo, *Casa da Malta...*, pp. 61-62, 119-120 e *O Trigo e o Joio*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1991, pp. 17, 125, 144-145.

<sup>299</sup> Para uma melhor compreensão do significado destas categorias profissionais, ver as entradas respectivas no *Dicionário de Agricultura*, Conceição Andrade Martins e Nuno G. Monteiro (orgs.) – *op. cit.*, e, claro, Silva Picão, que dedica aos *Ratinhos* um capítulo inteiro da sua obra, incluindo-os no grupo do *Pessoal transitório*, “aquele que só desempenha misteres especiais, de ocasião, restringidos a determinadas épocas”. Na descrição destes ranchos, o autor fornece toda uma lista de designações para cada um dos grupos que constituem a sua organização social. Ver ainda Tavares da Silva – *Esbôço dum Vocabolário Agrícola Regional*, Anais do Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, 1941.

<sup>300</sup> “O ceifeiro meteu-lhe o bico da foice ao vidrado de um olho, à conta castanha parada. Deu um pequeno jeito à mão, só um jeito de nada, e o olho ficou pendido na face roxa do outro. Do pequeno buraco aberto vertia sangue como de uma bica. (...) A cabeça do capataz, vazia de olhar, rolou na esteva...”, Alves Redol – *Gaibéus...*, pp. 81-82. Também Manuel da Fonseca dedica uma atenção especial aos *manageiros* quando põe um soldado a falar sobre a sua experiência: “Na ceifa, até o *manajero* me punha nas pontas (...) nas pontas, a puxar pelos outros (...) quando queria, punha todos num suadoiro que nem se lambiam”, conto “Noite de Natal”, in *O Fogo e as Cinzas*, 9ª ed. (1ª de 1951), Editorial Caminho, Lisboa, 1981, p. 75.

<sup>301</sup> A obra *Esteiros* foi comentada por Tavares Rodrigues em “O real e o imaginário em *Esteiros* de Soeiro Pereira Gomes”, *op. cit.*, pp. 17-28. Para este autor, Soeiro Pereira Gomes foi “o mais dotado dos pioneiros do neo-realismo”.

“adolescentes semimarginais”<sup>302</sup>. Nem à descrição da iniciação sexual precoce e com alguma componente de violência e desespero<sup>303</sup>. Enquanto nos *Esteiros* o grupo é composto por “meninos iludidos, inexperientes e inocentes (...) contra o mundo dos adultos desiludidos e experimentados que, ou não lhes podem valer, e nem já podem lutar por eles, e os que os exploram...”<sup>304</sup>, na obra de Jorge Amado, as crianças da rua rapidamente perdem toda a inocência, passando directamente a uma carreira de roubo e de crime. Em ambas está presente este elemento de marginalidade e uma justificação do roubo como um direito adquirido<sup>305</sup>, um tema que já estava presente em diversos autores que escreveram sobre a *Questão Agrária*, como por exemplo Lino Netto, o qual, apesar de ser um proprietário de terras, defende o direito ao furto face às injustiças do mundo rural:

“Enquanto a proporcionalização de trabalho para os validos e de assistência beneficiária para os invalidos não forem um facto (e não o são ainda infelizmente), o furto deixa de ser um crime para ser um direito”<sup>306</sup>.

A nível da literatura, o ponto culminante desta tendência encontra-se no romance *Alcateia*, de Carlos de Oliveira (1944), que retrata um grupo de ladrões como pessoas condenadas pela sociedade à marginalidade e à vida criminosa<sup>307</sup>. Nos *Capitães da Areia* o roubo é um fim em si<sup>308</sup> e o trabalho é apresentado como uma solução pouco viável, apenas justificada como forma de luta social. Ao crescer, o protagonista, Pedro Bala, torna-se líder sindical, “perseguido pela polícia de cinco estados como organizador de greves, como dirigente de partidos ilegais, como perigoso inimigo da ordem estabelecida”, acabando preso e depois “fugitivo da polícia”, com a certeza, porém, de que “no dia em que ele fugiu, em

---

<sup>302</sup> Tavares Rodrigues – *op. cit.*, p. 21. João Pedro de Andrade afirma que, apesar do tema da “ternura pelos pequenos vagabundos” ser “também da predilecção de Jorge Amado”, Soeiro Pereira Gomes não o “colheu no escritor brasileiro”. Acrescenta ainda que esta obra “era de um lirismo menos verbal, deduzido do próprio sentimentos que domina o livro...”, *op. cit.*, p. 54.

<sup>303</sup> Além das experiências com prostitutas, Pedro Bala derrubando *negrinhas* no areal, Jorge Amado – *Capitães da Areia* (1ª ed. de 1937), Publicações Europa-América, Mem Martins, s. d., pp. 91-97, e toda a quadrilha dos *Esteiros* a gastar os lucros do negócio do roubo das laranjas em prendas para a Doida, que “estancava a seiva que lhes borbulhava no sangue” na capela em ruínas que era o esconderijo do *Sagui*, “Primavera”, cap. I.

<sup>304</sup> Pinheiro Torres – *O Movimento Neo-Realista...*, p. 89.

<sup>305</sup> “aqui depara-se-nos a explicação social da ‘restituição’ de bens que se tornou a derradeira hipótese dos mais deserdados da fortuna, essas crianças privadas da instrução, da saúde, do pão e da dignidade”, Tavares Rodrigues – *op. cit.*, p. 23.

<sup>306</sup> Lino Netto – *op. cit.*, p. 211. Cutileiro desenvolveu este tema do roubo institucionalizado: “O roubo de pequenas quantidades de lenha, fruta, bolota, etc., é considerado quase como um direito quando aqueles que o praticam vivem em miséria extrema, especialmente se estão desempregados. (...) perdoar um roubo constitui ainda uma maneira de mostrar generosidade”, *op. cit.*, pp. 96-98. Ver também Pacheco Pereira – “As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve”, in *Análise Social*, vol. XVI (61-62), 1980, pp. 135-156.

<sup>307</sup> Para Pinheiro Torres, este livro tem o estatuto de ser “doutrinariamente um dos livros mais ousados de todo este período (...) a obra mais dramática do autor (...) História de uma quadrilha de ladrões da Gândara (...) a marginalização de um mundo de *drop-outs*”, *op. cit.*, p. 99.

<sup>308</sup> Tavares Rodrigues encontra em Jorge Amado “uma poética da marginalidade, com certo comprazimento na violência”, *op. cit.*, p. 23.

inúmeros lares, na hora pobre do jantar, rostos se iluminaram ao saber da notícia (e que) qualquer daqueles lares era um lar que abriria para Pedro Bala”<sup>309</sup>.

A grande diferença que se encontra entre esta obra e os *Esteiros* é o facto de esta última não glorificar a vadiagem e a vida dos meninos que andam em bando a roubar. Pelo contrário, face à injustiça da impossibilidade de frequentar a escola<sup>310</sup>, Soeiro Pereira Gomes apresenta o trabalho como algo positivo, e que ainda o seria mais se não fosse desvirtuado pelos capatazes malvados e deliberadamente torturadores. Mesmo descrevendo o roubo como uma alternativa possível e não condenável, o autor acaba o livro e aquele ano de todas as tragédias<sup>311</sup>, com a prisão do *Gineto*, o líder do grupo. Este verdadeiro herói que salvou o pai da morte por afogamento, quando o seu barco naufragou nas cheias (o que o tornou um bêbedo inconsolável), nunca se conformou com o trabalho institucionalizado, preferindo a marginalidade, e por tal teve de ser castigado. Não perdeu, porém, a admiração dos colegas, sobretudo do *Gaitinhas*, que ao partir com o *Sagui* a correr mundo quando as possibilidades de emprego acabaram naquela região, com a compra dos telhais pela fábrica grande, promete libertá-lo, com a ajuda do pai, personagem mítico, preso pelas suas ideias políticas e que nem se sabe se ainda está vivo: “E, quando o encontrar (ao pai), virá dar liberdade ao Gineto e mandar para a escola aquela malta dos telhais – moços que parecem homens e nunca foram meninos”.

Também em *Aniki Bóbo* o roubo, que tantos problemas de consciência provoca ao seu autor, não chega a ser condenado. Carlitos, o protagonista que rouba uma boneca para oferecer à Teresinha, a quem ele quer para namorada, é descoberto, devolve o produto do roubo, mas acaba por ser perdoado pelo dono da loja, ao revelar-se “um bom menino”, que afinal nada teve a ver com o acidente de Eduardo, o vilão da fita.

Em vários destes dramas encontramos crimes cometidos por necessidade, ou inocentes acusados injustamente. A fronteira entre o que é justo e o que não é fica muito ténue. Mas as vítimas são sempre as mesmas, os mais desprotegidos, ou, nas palavras de Pinheiro Torres em

---

<sup>309</sup> Jorge Amado – *op. cit.*, p. 266. Para completar as referências à literatura brasileira, salienta-se José Mauro de Vasconcelos com a sua obra *Longe da Terra*, de 1949 (o mesmo que escreveu o mais divulgado *O meu pé de laranja lima*, em 1967). Ver ainda uma compilação de textos literários sobre a temática dos problemas do trabalho rural no Brasil organizado por Flávio Aguiar – *Com palmas medida. Terra, trabalho e conflito na literatura brasileira*, Boitempo Editorial, São Paulo, 1999.

<sup>310</sup> o maior drama do *Gaitinhas* foi ter tido que deixar a escola por causa da tuberculose da mãe, Madalena, quando até tinha a recomendação do mestre, que “dizia que ele era muito inteligente”, o que lhe valeu o comentário do Sr. Castro: “Evidentemente que vossemecê não queria fazer dele um doutor”, Soeiro Pereira Gomes – *Esteiros...*, “Outono”, p. 22.

<sup>311</sup> Tanto em *Esteiros* como nos *Gaibéus* verifica-se a divisão do livro pelas 4 estações do ano, completando um “ciclo eternamente retomado”, tema desenvolvido por Carlos Reis – *O Discurso Ideológico...*, p. 509.

1963, os “alienados da sociedade”, os indivíduos roubados a si mesmo, os que perdem a sua própria personalidade. Para este autor, o Neo-Realismo é “a primeira corrente da História da Literatura a desmontar o fenómeno da alienação definindo-o, investigando-lhe as causas e insinuando caminhos e propondo aberturas para a sua superação”<sup>312</sup>. Os quatro diferentes estádios por ele definidos para a alienação podem ser encontrados em quase todas as personagens dos livros desta corrente. O exemplo mais marcante deste percurso irreversível para a tragédia é certamente o do protagonista da obra de Manuel da Fonseca – *Seara de Vento* (1958), o Palma, que já tinha sido objecto do conto “Meio pão com recordações”, publicado n’*O Fogo e as Cinzas* em 1951. A sua história foi baseada em factos verídicos que se passaram no Monte da Pereira, em Beja, nos finais dos anos 30 e que o autor ouviu contar no café por diferentes testemunhas: um certo António Dias Matos foi acusado de roubar umas sacas de aveia do patrão, quando afinal o ladrão fora um parente do próprio lavrador. Ao longo da obra assiste-se a um verdadeiro crescendo de desespero e ao processo de alienação que um inocente vai sofrendo, o qual culmina com a sua morte. No final do romance o Palma está claramente na quarta fase, um “homem na situação de revolta ou guerra aberta contra as causas da alienação...”<sup>313</sup>, ficando no monte e deixando-se matar pela guarda, junto com a sogra que o apoia até ao fim por pura revolta contra a sua sorte. Neste romance Manuel da Fonseca continua a trajectória iniciada quinze anos antes com *Cerromaior*, obra na qual descreve a relação entre patrões e trabalhadores rurais<sup>314</sup>.

Também Fernando Namora foi exímio neste tipo de descrições que iniciou com a *Casa da Malta*, de 1945, uma obra curiosa, com um enredo minimalista, mas recheado de personagens de uma riqueza difícil de encontrar em muitos dos chamados “monumentos literários” em circulação. Para o autor, esta “peçazinha literária” foi a sua oportunidade de se encontrar com o povo. Nela, o seu “capuz da profissão médica” colocou-o em contacto mais íntimo com as “gentes, modos, labores” que representaram “uma dura e maravilhosa descoberta”<sup>315</sup>. As qualidades literárias de Fernando Namora foram sublimadas com a monumental obra *Retalhos da Vida de um Médico*, cujo primeiro volume foi publicado em

---

<sup>312</sup> Pinheiro Torres – “O que é o Neo-Realismo...”, pp. 36-39.

<sup>313</sup> *Ibidem*, p. 40. Ver também Tavares Rodrigues – “O vento coro da tragédia signo do espanto e da violência em *Seara de Vento*”, *op. cit.*, pp. 47-62. Mais tarde Saramago retomou o mesmo tema na sua personagem José Gato, o qual, porém, resolveu a sua tragédia pessoal enveredando por uma carreira de bandoleiro, na linha do Robin dos Bosques ou do Zé do Telhado, que rouba aos ricos para dar aos pobres, *op. cit.*, p. 123.

<sup>314</sup> Já na poesia e na sua primeira obra em prosa, os contos de *Aldeia Nova* (1ª ed. de 1942), Manuel da Fonseca iniciara a abordagem destes temas: “os ganhões, os malteses, a infância, a vila”, mas ainda sem uma “tomada de consciência”, João Pedro de Andrade – *op. cit.*, p. 57.

<sup>315</sup> Fernando Namora – “Prefácio” (1961) de *Casa da Malta...*, pp. 19, 23, 24, 29.

1949 e o segundo em 1963<sup>316</sup>. Além de retratar o que de mais deprimente se podia encontrar no meio do povo<sup>317</sup>, com particular ênfase nos ciganos, sempre descritos de forma negativa, este conjunto de histórias revela as subtilezas das relações entre “uma aristocracia severa de senhores da terra”, para quem “o mundo está feito para os servir”<sup>318</sup> e todas as outras classes. Mesmo o médico, sobretudo um jovem vindo de fora, estava a uma distância abismal de qualquer “senhor Acácio” que o mandasse chamar a meio da noite por um criado.

Abandonando a carreira médica para se dedicar por inteiro à literatura<sup>319</sup>, Fernando Namora escreveu ainda em 1946 as *Minas de San Francisco*, o romance do volfrâmio, em 1950 a *Noite e a Madrugada*, sobre o contrabando na raia e o drama da pequena propriedade, seguindo-se em 1954 *O Trigo e o Joio*. Neste último romance dedicado ao Alentejo, a perspectiva do autor em relação aos grupos mais desprivilegiados difere substancialmente das anteriormente desenvolvidas por Alves Redol e Soeiro Pereira Gomes. Se já tínhamos percebido que o médico não gostou dos ricos, aqui ficamos com a certeza que o seu apreço pelos pobres também não foi muito grande. Na sua descrição da vida de um maltês, um jornalista sem qualquer vínculo, já não encontramos a exaltação dos sentimentos puros dos alienados da vida, nem a justificação do roubo por causas nobres... Enquanto os homens com família para sustentar tinham de se sujeitar a qualquer serviço e humilhação, procurando por vezes trabalho fora de casa e mesmo no estrangeiro, o protagonista *Barbaças*, pelo contrário, na sua qualidade de solteiro e descomprometido (provavelmente com algum atraso mental), podia dar-se ao luxo de trabalhar quando lhe apetecia, preferindo claramente passar as tardes na taberna<sup>320</sup>.

A falta de integração na sociedade e a alienação destes desgraçados não se esgota com o *Barbaças*: também os pequenos proprietários das courelas nas bordas das grandes herdades são aqui descritos de uma forma violenta que retrata o fim de um grupo profissional que perdeu a sua razão de existir: os *seareiros*, por sua vez herdeiros dos *almocreves* e dos *singeleiros*, que sofreram ao longo do século XX um processo de proletarização ou de pura substituição pela máquina, além da anexação das suas terras pelo latifúndio. Neste caso o *coureleiro Loas* e a sua mulher, a *Ti Joana*, uma *ratinha* saudosa dos campos verdes no seu

---

<sup>316</sup> Esta obra foi classificada por Tavares Rodrigues como “obra testemunhal, obra de choque”, *Alto e Baixo Alentejo...*, p. 23. Ver também *Idem* – “Análise da obra de Fernando Namora a partir de *Retalhos da Vida de um Médico* e de *O trigo e o joio*”, in *Um novo olhar...*, pp. 73-99.

<sup>317</sup> Fernando Namora – *Retalhos da vida de um médico*, vol. 2 (1ª ed. de 1963), Círculo de Leitores, Lisboa, 1996, p. 54.

<sup>318</sup> *Idem* – “História de umas mãos pequenas”, *op. cit.*, p. 85.

<sup>319</sup> Algo que o autor tenta explicar no “Prefácio” escrito em 1961 para a *Casa da Malta...*, pp. 30-32.

norte natal, além da sua filha *Alice*, são progressivamente reduzidos à miséria total, depois de uma série de trágicas decisões completamente disparatadas, mas que revelam a incapacidade de adaptação a um mundo em mudança e um caminho inevitável para a demência. A exaltação da sua relação com a burra, o desejo de a embelezar com uma albarda nova, o albardeiro que dá um toque de humor e pitoresco à tragédia que se desenrola, tudo isto resulta do fim de um estilo e de um modo de vida, na qual o trabalho da lavoura era complementado pelo transporte de mercadorias (carretas)<sup>321</sup>.

A total lucidez de Fernando Namora na sua análise dos diferentes grupos sociais alentejanos é de uma importância fundamental para quem tenha por objectivo estudar esta região. O mais importante, contudo, foi o facto do autor ter começado a individualizar e a diversificar os seus protagonistas, tal como Manuel da Fonseca também o fez. Numa segunda fase da corrente neo-realista<sup>322</sup> já não se tratava de ceifeiros anónimos ou de ladrões indiferenciados: os grupos desmembraram-se. Os trabalhadores já não eram todos iguais. Entre eles existiam diferenças profundas que começaram a aflorar: os casados e os solteiros, os justos e os eventuais, os da terra e os de fora, os que trabalhavam e os preguiçosos. Encontramos mesmo entre os protagonistas alguns membros das elites fundiárias que já não têm apenas características negativas: tornam-se mais humanos. Manuel da Fonseca atreveu-se a elogiar um lavrador no conto “O último senhor de Albarrã”, na mesma linha de Fernando Namora ao demonstrar o quanto a vida num ermo pode ser prejudicial para a sanidade mental de qualquer homem. Os tempos estavam a mudar e nada no presente se comparava com o passado mítico onde tudo era bom: “Gente daquela raça já não existe. Eram outros tempos, caramba!”<sup>323</sup>.

Nestas obras dos anos 50 verifica-se uma tendência para o amadurecimento da corrente literária. Nas palavras do próprio Fernando Namora, assistiu-se a “um previsto e inevitável aprofundamento de perspectivas (...) depois de ter beneficiado da experiência e de um enriquecimento dos seus meios de expressão, atingiu a maioridade”<sup>324</sup>, o que não o impediu de se manter coerente com as suas raízes.

---

<sup>320</sup> Fernando Namora – *O Trigo e o Joio...*, pp. 19-22, 42.

<sup>321</sup> *Ibidem*, pp. 30-31.

<sup>322</sup> Para Pinheiro Torres, esta segunda fase teve início em 1950 e foi marcada pela passagem do rural para o urbano, quando Fernando Namora veio viver para Lisboa, *O Movimento Neo-Realista...*, p. 20.

<sup>323</sup> Manuel da Fonseca – *O Fogo e as Cinzas...*, pp. 123-124.

<sup>324</sup> Fernando Namora – *Esboço Histórico...*, pp. 3-4.

Pode afirmar-se sem qualquer hesitação que a plena maturidade do movimento neo-realista foi atingida pelo mesmo autor que o iniciou: Alves Redol, com o *Barranco de Cegos*, publicado em 1962<sup>325</sup> e classificado por Tavares Rodrigues como “a obra-prima de Alves Redol (...) a cúpula do edifício narrativo que, ao longo da sua vida de escritor, Alves Redol foi construindo”<sup>326</sup>. A evolução do seu estilo e o referido aperfeiçoamento estético são nítidos nesta obra, onde as descrições do que é belo vieram substituir os horrores explícitos das obras anteriores. Mas isto não impede que o horror continue presente e que os temas continuem tão fortes e violentos como antes. Toda a prepotência dos ricos com os seus criados e com toda a população da região é aqui levada ao extremo em cenas como a da visita de Diogo Relvas a Aldebarã, onde por pouco não entra a cavalo em casa do “chefe jacobino da vila” e não o zurze com o cavalo marinho, como teria feito anos antes<sup>327</sup>... Ou no episódio da manipulação das eleições locais, onde a ironia chega ao ponto do lavrador dizer ao presidente da mesa que exagerou nos resultados: “Noventa e oito por cento é um disparate, ó professor Matos! Nada de exageros... Ponha lá noventa e dois, que está na conta”<sup>328</sup>. No entanto, é com a própria família e os criados mais próximos da casa que ele consegue ser mais cruel, arrependendo-se depois amargamente, mas sem nunca deixar de agir como ele considera necessário. Desde logo com *Zé Segeiro*, castigado como se fosse uma criança, apesar dos seus 50 anos, junto com os dois filhos de Diogo Relvas por terem *partilhado* uma *gaibéua*<sup>329</sup>. Depois com o próprio filho António Lúcio, a quem toda a vida tratou como um fraco e só depois de o ver à morte com tuberculose admitiu que afinal tinha a valentia da família<sup>330</sup>. E finalmente com a filha preferida, Maria do Pilar, que se apaixonou por Zé Pedro Borda-d’Água, o domador de cavalos favorito do patrão, que chegou a levá-lo a Madrid como cavaleiro tauromáquico. É precisamente por gostar tanto dos dois que não lhes perdoa a traição, mandando matar o criado e encerrando a filha num monte isolado, na sua herdade de Cuba, com grades nas janelas.

Este romance foi descrito por Pinheiro Torres como uma “biografia de uma personagem real, mas fundamentalmente simbólica de um potentado ribatejano”<sup>331</sup>. De facto,

---

<sup>325</sup> Logo a seguir ao *Constantino Guardador de Vacas e de Sonhos*, 19ª ed. (1ª ed. de 1961), Caminho, Lisboa, 1999, de novo sobre o Ribatejo.

<sup>326</sup> Tavares Rodrigues – *Um novo olhar...*, p. 33.

<sup>327</sup> Alves Redol – *Barranco de Cegos...*, p. 52.

<sup>328</sup> *Ibidem*, p. 149.

<sup>329</sup> *Ibidem*, p. 133.

<sup>330</sup> *Ibidem*, p. 186.

<sup>331</sup> Pinheiro Torres, contracapa de Alves Redol – *Barranco de Cegos...*

Alves Redol propôs-se relatar, entre a fábula e a realidade, “o que foi passado à minha beira, não só o que soube e vi, mas também o que inventei na interpretação imaginosa da história desse homem...”<sup>332</sup>. O protagonista foi certamente inspirado no maior latifundiário da Lezíria do Ribatejo na época: José Maria dos Santos, o mesmo lavrador de Alcochete que distribuiu terras por colonos e que era considerado o “Rei dos vinhos”<sup>333</sup>. Diogo Relvas, por outro lado, era o “Rei do Gado” e tinha origens familiares já na agricultura, enquanto a personagem real tinha ascendido socialmente pelo casamento com uma viúva rica. Este pormenor distinguia-os fundamentalmente: enquanto o primeiro pegou na fortuna da mulher e multiplicou-a, pondo em acção o seu já referido “espírito empresarial moderno”, a personagem ficcionada foi construída propositadamente pelo autor como um arquétipo de uma classe conservadora, ultra-montana e resistente à inovação. Os seus bens foram herdados e preservados para transmissão aos herdeiros, como era obrigação do grande proprietário<sup>334</sup>. E entre os símbolos introduzidos por Alves Redol não faltaram as características tradicionalmente atribuídas aos latifundiários e que já encontrámos nos autores atrás estudados, como por exemplo a decadência dos herdeiros, que só gastam o dinheiro da lavoura em palácios e divertimentos em Cascais em vez de reinvestirem na agricultura. As divergências entre Diogo Relvas e José Maria dos Santos não impedem, no entanto, que outros pormenores nos revelem a inspiração do autor: também o avô *Chicote*, que tinha ascendido socialmente com o seu próprio trabalho e iniciativa, teve uma acção de colonização parecida com a acção real atrás descrita, se bem que não tão elaborada. Apesar do plano não ter sido de iniciativa directa do lavrador, nem incluir a componente dos contratos de arrendamento e dos empréstimos de capital a juros, os mesmos resultados positivos foram alcançados.

O Neo-Realismo não se esgotou com os seus últimos representantes oficiais, José Cardoso Pires e Urbano Tavares Rodrigues, este último já mais próximo de uma “nova ficção de inspiração existencialista”, que ainda nos anos 50 deu os seus primeiros passos e que pode considerar-se de continuidade neo-realista<sup>335</sup>. Também marcado por uma infância passada no Alentejo, Tavares Rodrigues escreveu *As Aves da Madrugada*, um conjunto de novelas

---

<sup>332</sup> Alves Redol – “Breve nota de culpa”, *Barranco de Cegos...*, p. 16.

<sup>333</sup> Conceição Andrade Martins – *op. cit.*, p. 367.

<sup>334</sup> Essa era a mentalidade predominante nos meios rurais, que Fernando Namora resume com as seguintes palavras: “Um homem nascia com a herança de uma terra e cumpria-lhe deixar o legado, íntegro, aos que viessem depois”, *O Trigo e o Joio...*, p. 38.

<sup>335</sup> António José Saraiva e Óscar Lopes – *op. cit.*, p. 1114.



publicadas em 1959, entre as quais se destaca “Margem esquerda”<sup>336</sup>, sobre um homem que ao chegar a uma vila alentejana atropela um cego, um miserável que se atravessou à frente do carro. Isto causa incómodo na vila, a resolução do problema dá muito trabalho aos senhores locais, etc. Seguiu-se no mesmo ano a publicação de *Bastardos do Sol* e em 1961 *Os Insubmissos*.

Nestes anos é óbvio o afastamento dos temas rurais da literatura, apesar de n’*O Delfim* de José Cardoso Pires ainda podermos assistir a um drama sobre o fim de uma casa agrícola: depois de onze gerações de lavradores cheios de virtudes, Tomás Manuel da Palma Bravo, o *Infante*, é o símbolo da decadência das elites rurais, descrito como uma pessoa cruel, esbanjadora e cheia de vícios, jogador profissional e amante da vida nocturna<sup>337</sup>, e ainda por cima estéril. Engenheiro Silvicutor com emprego numa fábrica, transformou a sua propriedade numa coutada de caça, “a derradeira produção de uma casa que deixara de ter lavoura”<sup>338</sup>, reduzindo os seus criados ao mínimo, enquanto a antiga população que a casa empregava emigra, deixando para trás as “viúvas-de-vivos”.

A maioria das obras contemporâneas passa a centrar-se em meios urbanos, acompanhando, aliás, a tendência demográfica geral e o percurso geográfico dos autores, que residem maioritariamente em Lisboa, perdendo o contacto com as alterações que vão ocorrendo no mundo rural. O próprio José Cardoso Pires apresenta o seu narrador como um escritor que vai à Gafeira, a aldeia imaginária onde o drama se desenrola, apenas para caçar, portanto quase um turista, já não um residente no mundo rural como Fernando Namora ou Alves Redol tinham sido.

No conjunto da produção literária mais recente surgem ainda algumas excepções que voltam aos temas rurais, se bem que com características diferentes das obras anteriores. Enquanto os autores neo-realistas atrás descritos relataram o que viram e o que ainda era a verdade do seu tempo, alguns dos mais recentes, sobretudo os que escreveram logo a seguir ao 25 de Abril, abordaram os mesmos temas com uma perspectiva de um passado congelado que é recuperado para vingar os oprimidos. Em consequência da revolução de 1974, os escritores permitem-se agora atribuir ao povo uma capacidade de acção que até então não lhe era reconhecida. O pobre trabalhador que amargava em silêncio numa vida estagnada e sem

---

<sup>336</sup> Tavares Rodrigues – *As Aves da Madrugada* (1ª ed. de 1959), 2ª ed. com prefácio de Óscar Lopes, Bertrand, Lisboa, 1959, pp. 43-83.

<sup>337</sup> José Cardoso Pires – *O Delfim*, Moraes Editores, Lisboa, 1968, p. 25.

<sup>338</sup> *Ibidem*, p. 201.

horizontes de mudança passa a ser um revoltado que quer agir para mudar o seu destino e essa revolta torna-se possível.

No caso do “romance-folhetim, semi-histórico, melodramático em partes...”<sup>339</sup> *O pão não cai do céu*, escrito por José Rodrigues Miguéis nos Estados Unidos em 1975 (onde residia desde 1935) e publicada em 1981, um ano após a sua morte, essa possibilidade de luta é transplantada para o período dos anos 30, quando ainda estava muito presente a tradição da resistência republicana contra a Ditadura militar. Com o objectivo de mostrar a capacidade do povo para se unir e lutar pelos seus direitos (que de facto já tinha perdido nessa época), o autor descreveu-nos um Alentejo de grandes movimentações sociais e debates políticos. Esta obra foi inspirada no mesmo incidente explorado por Manuel da Fonseca na *Seara de Vento*, e evoca um Baixo Alentejo “algo abstracto” que Miguéis visitara muitos anos antes. No entanto, em vez do protagonista ter um percurso completamente isolado de luta contra a injustiça que o estava a vitimar, neste caso o “Cigano” está envolvido num movimento revolucionário de grande envergadura que mobiliza uma multidão em Beja, e que está ligado a uma tentativa de revolução a nível nacional para derrubar o regime. Mantendo o respeito pela verdade histórica, o autor reconhece que “a revolução estava estrangulada antes de nascer”<sup>340</sup>, mas não resiste a descrever a morte do herói como um momento de vitória da união do povo com o exército. As características deste romance valeram-lhe o comentário do seu amigo Mário de Castro, publicado na própria obra numa nota final do autor:

“Só não é actual pela temática, mas tu não quiseste que ele fosse actual, pois não? [mas apenas] a crónica de um tempo passado”<sup>341</sup>.

Na mesma onda de entusiasmo com a revolução, e sobretudo com a Reforma Agrária em curso no Alentejo, José Saramago instalou-se durante uns meses no Lavre, uma freguesia do concelho de Montemor-o-Novo, onde participou na vida dos trabalhadores da Cooperativa *Boa Esperança* e recolheu a memória oral que lhe serviu de suporte para o livro *Levantado do Chão*. A semelhança entre as experiências relatadas neste livro e as que eu levantei no concelho de Avis é gritante. Além de uma recolha etnográfica importante, que inclui a descrição das tarefas agrícolas e dos diversos trabalhadores que as executam<sup>342</sup>, encontramos neste romance todos os componentes tradicionais da Questão Agrária e da literatura Neo-

---

<sup>339</sup> José Rodrigues Miguéis – *op. cit.*, p. 271. Para uma biografia, ver site [www.brown.edu/Facilities/University\\_Library/libs/hay/collections/migueis/](http://www.brown.edu/Facilities/University_Library/libs/hay/collections/migueis/).

<sup>340</sup> *Ibidem*, p. 260.

<sup>341</sup> *Ibidem*, p. 275.

Realista: os patrões cruéis, agora absentistas; os feitores laçaios e os capatazes malvados; os trabalhadores oprimidos, os pobres a mandar os filhos pedir “ao prédio”<sup>343</sup>, apesar da vergonha, entre tantos exemplos que retratam à exaustão os gravíssimos problemas sociais de um Alentejo que não esquece a miséria por que passou sobretudo nos anos 30 e 40 do século XX. Mas outros temas surgem agora mais às claras, depois de apenas aflorados nas obras anteriores: por exemplo a resistência ao trabalho pesado nas condições mais duras como era o caso do manuseamento da debulhadora fixa<sup>344</sup>, ou os presos políticos, detidos injustamente e sem julgamento. Enquanto nos *Esteiros* encontramos apenas uma alusão remota ao pai do Gaitinhas, aqui a prisão de João Mau-Tempo é descrita com todo o pormenor em trinta páginas, onde não faltam as desventuras da mulher, Faustina, que se perde no caminho para Caxias e chega já depois da hora da visita<sup>345</sup>.

Também o tema dos trabalhadores que eram levados aos comícios de apoio ao regime já fora aflorado por Fernando Namora n’*O Trigo e o Joio*, mas numa perspectiva diferente, como se pode ver no seguinte excerto:

“O Vieirinha contava agora que os lavradores, num desses dias, tinham levado os ganhões de camioneta à cidade, para darem vivas a um senhor qualquer, que aparecia numa varanda a agradecer com os braços levantados.

– Eles diziam aos homens: gritem! E eles gritavam, compadre, mesmo sem saber porque haviam de gritar, e o tal senhor voltava a acenar com os braços.(...)

– E tu, Vieirinha?

– Eu também fui... e também gritei.

– Abrenúncio! Para quê?

– É bom ir à cidade, compadre. A gente sente-se lá excelentemente”<sup>346</sup>.

A ingenuidade aqui exposta já não existe nos trabalhadores de Saramago, os quais, mesmo fazendo o que lhes mandam, revoltam-se contra a sua sorte. João Mau-Tempo vai a uma manifestação a Évora porque a tal é obrigado, porque tem família e não quer ficar marcado, não pode perder o trabalho, nem a jorna daquele dia:

“A vontade é dizer não (...) o pior é depois, que este cachorro toda a gente conhece, é o Requite, ouve e vai contar (...) sei lá se depois me vêm prender...”<sup>347</sup>.

---

<sup>342</sup> José Saramago – *op. cit.*, por exemplo nas pp. 89-90, entre outras.

<sup>343</sup> *Ibidem*, p. 187.

<sup>344</sup> Quatro rapazes largam o trabalho na debulhadora porque não aguentam o calor e o barulho que ela produz: “são apenas quatro rapazes, estes que se afastam movidos por suas razões de quem não tem que pensar em mulher e filhos a sustentar...”, *ibidem*, pp. 99-101. Tal como o *Barbaças d’ O Trigo e o Joio*, também estes só o puderam fazer porque não tinham família para sustentar, se fossem casados teriam aguentado. De qualquer modo ficaram marcados na região e não conseguiram mais arranjar emprego.

<sup>345</sup> *Ibidem*, p. 257.

<sup>346</sup> Fernando Namora – *O Trigo e o Joio...*, p. 138.

Os medos com que se vivia, o trabalho duro e incerto, a opressão, tudo isto é vingado com a revolução e a ocupação das terras. A Reforma Agrária é evocada no último capítulo que se desenrola num *crescendo* de emoção e no qual assistimos ao simbolismo dos mortos que se levantam chão para assistirem a esse movimento glorioso que vai resolver todos os problemas e injustiças que ao longo de tantos séculos caracterizaram o latifúndio. O mérito de Saramago como um dos melhores escritores contemporâneos foi reconhecido internacionalmente com a atribuição do Prémio Nobel da Literatura de 1998. Pouco depois de o ter recebido, Saramago foi visitar a Cooperativa Boa Esperança, almoçou com os antigos “camaradas” e na entrevista sobre o período que tinha retratado no livro disse que “A História do Depois está por fazer...”<sup>348</sup>. Ora é precisamente esse o grande problema das obras escritas nesse período *quente* da História de Portugal: se o livro *Levantado do Chão* termina com um grito de esperança, os anos que se seguiram marcaram o absoluto insucesso de todo o movimento, cujas causas ainda variam consoante a cor política do respectivo analista. No entanto, se bem que apenas por alguns momentos, os mortos de Saramago tiveram o seu momento de glória, quanto mais não seja pelo facto de terem conseguido humilhar os proprietários que eles consideravam a causa de todas as suas misérias.

A obra de Saramago é um dos melhores exemplos da possibilidade de uma continuidade da corrente neo-realista. Contudo, no que diz respeito à literatura que se seguiu a Saramago, poucas ou nenhuma obras atingiram o nível de profundidade dos autores atrás expostos ao abordarem os problemas sociais do mundo rural em geral. No que diz respeito ao Alentejo, podemos referir o *Auto dos Danados*, de António Lobo Antunes, ou o *Adeus Princesa*, de Clara Pinto Correia, ambos publicados em 1985.

Em conclusão, verifica-se na literatura portuguesa do século XX a construção intencional de uma imagem<sup>349</sup> do Alentejo no qual predomina a bipolarização social marcada pelos estereótipos do latifundiário, cidadão “de lavoura e cabaré”<sup>350</sup>, com uma conotação irremediavelmente negativa, e do trabalhador rural vitimado pelo próprio nascimento e pela

---

<sup>347</sup> José Saramago – *op. cit.*, pp. 90-91.

<sup>348</sup> Entrevista concedida ao jornal televisivo do dia 28/10/1998.

<sup>349</sup> Não esquecer que Bourdieu classifica os intelectuais como “profissionais da manipulação de bens simbólicos” ou “especialistas da produção simbólica”, que têm o “poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão”, *O Poder Simbólico*, Difel, Lisboa, 1989, pp. 11-12. Sobre a produção literária, ver também *idem – Les règles de l’art. Genèse et structure du champ littéraire*, Editions du Seuil, Paris, 1992.

<sup>350</sup> José Cardoso Pires – *op. cit.*, p. 151.

condição de *pobre*<sup>351</sup>, sem qualquer capacidade de escapar a um destino de servidão e de humilhação às mãos da prepotência do *patrão* e dos seus representantes: feitores, capatazes... Toda esta construção literária encontra a sua correspondência teórica nas obras atrás analisadas e especialmente no retrato fiel e aprofundado que José Cutileiro fez dos *Ricos e Pobres no Alentejo*. No entanto, desde os levantamentos etnográficos de José da Silva Picão e de Leite de Vasconcelos (respectivamente de 1903 e de 1933), qualquer leitor mais atento poderá ter começado a tomar consciência da maior diversidade social que se pode encontrar nesta região e, sobretudo, da enorme evolução que se verificou ao longo do século. Foi uma evolução marcada por oscilações várias, em consequência de fenómenos económicos e políticos que desencadearam movimentos demográficos de grande importância. E se talvez um número considerável de latifundiários alentejanos apresentasse de facto as características que deram origem ao retrato do proprietário absentista e esbanjador, outros porém, como os que foram estudados por Conceição Andrade Martins para o século XIX ou por Fernando Oliveira Baptista e Afonso de Barros para o século XX, tiveram comportamentos empresariais dinâmicos e capitalistas, modernizando as suas explorações e contribuindo para o desenvolvimento do concelho ou da freguesia à qual as suas herdades pertenciam.

Igualmente, se muitos trabalhadores sofreram de facto tantas ou mais humilhações como as que atrás se citaram, sobretudo na qualidade de eventuais, sem contrato ao ano, e com maior incidência nos já referidos anos 30 e 40, quando a emigração esteve vedada devido à Segunda Guerra Mundial e as Campanhas do Trigo promoveram a intensificação cultural e a diminuição dos salários na agricultura, por outro lado nos anos 50 e 60, e com o auxílio da emigração e da nova legislação social, alguns assalariados que ficaram na terra conseguiram ascender às categorias de seareiro ou mesmo de pequeno rendeiro<sup>352</sup>, ao mesmo tempo que se criaram novos grupos profissionais como tractorista, alugador de máquinas<sup>353</sup> e outras especializações que muito contribuíram para uma melhoria da qualidade de vida do trabalhador rural alentejano.

São estas particularidades que tentarei analisar para o concelho de Avis, não esquecendo, porém, que quando se pretendeu mobilizar a população rural para a Reforma

---

<sup>351</sup> Balabanian refere que é lendária a reputação de miséria associada aos “homens pobres tendo que subsistir mal numa terra pobre; homens miseráveis que seriam acoburnados por um sistema social iníquo”, *op. cit.*, p. 9.

<sup>352</sup> O percurso destes grupos no período da Reforma Agrária foi desenvolvido por António Barreto na sua tese (*op. cit.*) e no volume *Memória da Reforma Agrária...*

<sup>353</sup> Ver Conceição Andrade Martins e Maria Antónia Pires de Almeida – “Maquinista” e “Alugador de Máquinas”, *in* Conceição Andrade Martins e Nuno G. Monteiro (orgs.) – *op. cit.*, pp. 222-225 e 285-288, respectivamente.

Agrária verificou-se uma tentativa fortíssima de anulação intencional dessa diversidade e de reconstrução de uma imagem dos trabalhadores como um grupo coeso e igualitário. Neste período assistiu-se, como veremos na segunda parte, a uma verdadeira luta para nivelar em termos de salário e horários trabalhadores tão diferentes como pastores e tractoristas, pessoal administrativo e mondadeiras (que realizam um dos mais eventuais dos trabalhos agrícolas). Houve nitidamente uma recuperação dos temas da Questão Agrária atrás enunciados e tão salientados na literatura. Para a geração que participou nas ocupações de terras, a memória de uma infância de privações e muito trabalho ainda estava muito presente, se bem que a fome e os longos períodos de desemprego já fizessem parte das recordações transmitidas pela geração anterior<sup>354</sup>.

E se Saramago nos falou de António Mau-Tempo, que emigrava sazonalmente para França, onde trocava “anos de vida por moeda forte”, e o trabalho ao menos “era garantido e bem pago (...) em mês e pouco tiravam-se quinze ou dezasseis contos, uma fartura”, apesar das péssimas condições da viagem e do trabalho e do racismo dos franceses<sup>355</sup>, falta agora alguém que escreva um romance no qual um antigo porqueiro consegue chegar a caseiro e encarregado geral de uma pequena lavoura, enquanto o seu filho já é dono da drogaria da vila e a neta é médica. Ou outro sobre o trabalhador rural que ao fim de muitas empreitadas de searas e de covas para oliveiras, entre tantos outros trabalhos, comprou a sua pequena courela, conseguiu uma bolsa para as filhas estudarem num colégio e agora vê com satisfação uma delas licenciada em Línguas e Literaturas Modernas e a outra escriturária numa fábrica, ambas a viverem melhor do que ele alguma vez sonhou... E tantas outras histórias sobre carpinteiros que emigraram para Lisboa (não necessariamente para a cintura industrial, mas para o centro da cidade) e têm filhos engenheiros com bons empregos e filhas que compram

---

<sup>354</sup> António Barreto salienta que “Mesmo com os exageros próprios do neo-realismo e da propaganda política, a condição social destes homens e mulheres ficará gravada nas memórias colectivas. O trabalhador alentejano será personagem da literatura, da história e da mitologia política (...) A mudança só virá a partir dos anos 1960. Mas, aquando da revolução de 1974, os assalariados lembrar-se-ão do que viveram antes, eles ou os seus pais”, *Anatomia de uma Revolução...*, p. 43. E continua, afirmando que em 1975 “Os tempos da fome e da mendicidade já passaram, mas não estão assim tão longe. Recordam-se ainda dos anos 40 e 50, quando era preciso andar a pedir trabalho em Novembro, pão em Janeiro e esmola em Agosto...”, *ibidem*, p. 213. Também Vacas de Carvalho fez este tipo de consideração: “Falou-se muito de ‘desemprego’, ‘salários de fome’, ‘fome’, atribuindo à data de 24 de Abril de 74 uma situação que existiu no Alentejo há 10, 20 ou 40 anos atrás, quando a ceifa era feita a braços e as lavouras eram feitas com juntas de bois”, *O Fracasso de um processo. A Reforma Agrária no Alentejo*, e. a., Lisboa, 1977, p. 25.

<sup>355</sup> “A França é um campo infindo de beterrabas em que a brincar se trabalha dezasseis ou dezassete horas por dia (...) A França é um palheiro de pouco resguardo para o pouco dormir e um prato de batatas, é uma terra onde misteriosamente não há domingos, nem dias santos. (...) A França é este desprezo, este falar e olhar em modo de mangação. (...) A França é ser mal tratado de alimento e asseio (...) A França são longas viagens de comboio, uma grande tristeza...”. E até o racismo das prostitutas: “alê, nêgres, é o que acontece a estas raças morenas, tudo são pretos para quem nasceu na Normandia e presuma de raça apurada, mesmo puta”, José Saramago – *op. cit.*, pp. 125, 287-290.

pequenas quintas onde recordam aos fins-de-semana a vida rural que os pais deixaram<sup>356</sup>. Felizmente não acabou tudo em tragédia e é esta diversidade que ainda está por contar.

---

<sup>356</sup> Entrevistas realizadas em Avis e no Ervedal, em 21/8/1998, e em Lisboa, 23/4/1998, respectivamente.